



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RONDINELLE HUDSON PEREIRA DE ALBUQUERQUE



**PEQUENOS MUNICÍPIOS NA AMAZÔNIA: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES
NO CANTÁ-RR**

Boa Vista/RR
2020

RONDINELLE HUDSON PEREIRA DE ALBUQUERQUE

**PEQUENOS MUNICÍPIOS NA AMAZÔNIA: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES
NO CANTÁ-RR**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Geografia na Linha de Pesquisa:
Produção do Território Amazônico

Orientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho.

Boa Vista/RR
2020

RONDINELLE HUDSON PEREIRA DE ALBUQUERQUE

**PEQUENOS MUNICÍPIOS NA AMAZÔNIA: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES
NO CANTÁ – RR**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico. Defendida em 18 de março de 2020 e avaliada pela seguinte banca:



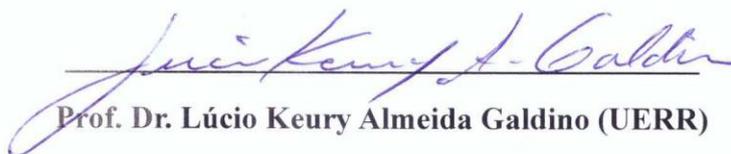
Prof. Dr. Artur Rosa Filho – Orientador (UFRR)



Prof. Dr. Antonio Tolrino de Rezende Veras (UFRR)



Profa. Dra. Elisângela Gonçalves Lacerda (UFRR)



Prof. Dr. Lúcio Keury Almeida Galdino (UERR)

*Este trabalho é dedicado à minha família,
em especial aos meus dois filhos, Murilo e
Teodoro que são o motivo para eu chegar
até aqui.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por estar presente em todos os momentos da vida, dando-me oportunidade de vivencial mais este momento.

À minha família, pelo apoio e incentivo durante todo esse tempo, ajudando-me a alcançar mais uma meta.

Ao meu pai Paulo Joel, por ter me dado a base de sempre estudar, e à minha mãe Quintina, por sempre estar presente em todos os momentos.

À minha irmã Elaine, pois foi quem me apresentou ao Programa de Pós-Graduação juntamente ao professor Antônio Veras. Quando no momento em que pensei em desistir, por não ter sido classificado como aluno especial, mandou-me um recado para eu não parar e insistir até o fim, pois o importante mesmo é o processo seletivo e que, no fim, se eu continuasse frequentando as aulas de Produção do Espaço Urbano, aprendendo sobre os conceitos geográficos, iria dar certo.

À minha esposa Monique Medeiros, muito com sua importante contribuição e incentivo desde o processo seletivo e durante o mestrado, ajudando-me na interpretação dos livros diante da minha dificuldade, sempre estando ao meu lado.

Agradeço aos amigos Marcos e Maurício, pois quando precisei tive uma grande ajuda na pesquisa de campo e aplicação dos questionários; e ao amigo Tadeu, que por problemas pessoais não pôde estar junto, mas se colocou à disposição para me ajudar.

Ao meu sogro “Lero” e à minha Sogra Maria, moradores do município do Cantá, que me receberam de braços abertos quando precisei realizar visitas no local.

À professora Dra. Graciete Guerra, que me acompanhou nessa caminhada junto ao mestrado e sempre ofereceu ajuda quando mais precisei.

Ao meu orientador professor Dr. Artur Rosa Filho, por sua paciência, tranquilidade e segurança em suas decisões as quais me trouxeram até aqui.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima, pela oportunidade de realizar esta pesquisa; a todos os professores que tive o prazer de conhecer, levarei boas lembranças ; e aos seus funcionários que sempre nos atenderam.

Aos colegas de mestrado sem exceção, nesse período de pesquisa tivemos momentos incríveis de muita parceria, aprendizado, troca de experiências, coleguismo e, acima de tudo, a união e o respeito.

Aos moradores do Cantá que contribuíram de boa vontade, fornecendo subsídios para

a realização deste trabalho, pelas informações e percepções sobre suas vidas e do espaço urbano da cidade.

Aos membros da banca de qualificação, pelas sugestões e ideias para o prosseguimento do trabalho.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa, o meu sincero agradecimento.

Obrigado!

RESUMO

Esta dissertação de mestrado se fundamenta num estudo sobre os pequenos municípios na Amazônia, destacando Cantá - RR, no contexto de suas potencialidades e limitações. Entende-se que o homem como agente que (re) organiza o espaço vem gerando transformações socioespaciais, muitas vezes de acordo com suas necessidades. Diante disso, o objetivo geral foi identificar as limitações e potencialidades do espaço urbano no município do Cantá-RR. O estudo se iniciou primeiramente com pesquisa bibliográfica; posteriormente com pesquisa documental e a observação do local de estudo. Depois dessas fases houve a pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários com os moradores e representantes do poder público na cidade. A realização dessas fases buscava responder aos objetivos específicos onde se destacam: analisar as potencialidades que o município possui, visando o seu desenvolvimento no estado de Roraima e verificar, através de aplicação de questionários e entrevistas, como os moradores percebem o município e sua importância para o estado. Nessa perspectiva, buscou-se contribuir para o entendimento sobre as pequenas cidades da Amazônia visto que ainda necessita de mais estudos sobre elas. Ainda constatou-se que o Cantá, como pequena cidade da Amazônia Setentrional, carrega traços da época de sua criação como colônia agrícola e tem ganhado destaque com suas produções na agropecuária e mais recentemente no turismo. Espera-se que esta pesquisa venha contribuir também para entender a natureza e as tendências da hierarquia urbana do espaço e as novas formas e funções do urbano nas pequenas cidades da Amazônia Setentrional, aumentando, assim, a pesquisa científica nas diferentes linhas, sobretudo, na constituição da ciência geográfica.

Palavras-chave: Amazônia, Pequenos Municípios, Limitações e Potencialidades.

ABSTRACT

This master's thesis is based on a study on small municipalities in the Amazon, highlighting Cantá - RR, in the context of their potential and limitations. It is understood that man as an agent that (re) organizes space, has been generating socio-spatial transformations, often according to his needs. Therefore, its general objective was to identify the limitations and potential of urban space in the municipality of Cantá-RR. The study started first with bibliographic research; later with documentary research and observation of the study site; after these phases, there was field research, through the application of questionnaires with residents and representatives of public authorities in the city. The accomplishment of these phases sought to answer the specific objectives where they stand out: to analyze the potential that the municipality has, aiming at its development in the state of Roraima and to verify, through the application of questionnaires, and interviews, how the residents perceive the municipality and its importance to the state. In this perspective, we sought to contribute to the understanding of small towns in the Amazon, as it still needs more studies on them. It was also found that Cantá, as a small city in the Northern Amazon, bears traces of the time of its creation as an agricultural colony and has gained prominence with its productions in agriculture and more recently in tourism. It is expected that this research will also contribute to understand the nature and trends of the urban hierarchy of space and the new forms and functions of the urban in the small cities of the Northern Amazon, thus increasing scientific research in the different lines, especially in the constitution of the geographic science.

Keywords: Amazon, Small Municipalities, Limitations and Potentialities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização do município do Cantá-RR	43
Figura 2 - Distribuição da população, por faixa etária e sexo, do Município de Cantá – RR em 2000 e 2010	52
Figura 3- Serra Grande I, Cantá-RR.....	63
Figura 4- Haras Cunha Pucá, Cantá-RR.....	64
Figura 5- Vista aérea Serra Grande I, Cantá-RR.....	72
Figura 6- Cachoeira Excalibur – Serra Grande - Cantá.....	73
Figura 7- Banho do Sacolejo	74
Figura 8- Maloca do Canauanim	75
Figura 9- Maloca do Canauanim	75
Figura 10- Entrada do Hotel Fazenda Castanhal.....	76
Figura 11- Vista geral do Hotel Fazenda Castanhal.....	77
Figura 12- Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra Grande	86
Figura 13- Vista parcial da ilha de São Lourenço – Arquipélago do Surrão	87
Figura 14- Vista parcial do Rio Branco.....	87
Figura 15 - Limites do proposto Parque Estadual Fluvial do Rio Branco.....	90
Figura 16- Tempo de moradia no Cantá.....	92
Figura 17- Quanto à satisfação com o local moradia no Cantá.....	93
Figura 18- Motivos de satisfação do local de moradia no Cantá.....	94
Figura 19- Motivos de insatisfação de moradia no Cantá	95
Figura 20- Municípios escolhidos para moradia	96
Figura 21- Motivos para se mudar do Cantá	97
Figura 22- Quanto à existência de pontos turísticos no Cantá	98
Figura 23- Pontos turísticos no Cantá	98
Figura 24- Fatores que podem contribuir para o desenvolvimento do Cantá.....	99
Figura 25- Atividades que mais contribuem com a economia do Cantá.....	100
Figura 26- A prefeitura tem realizado a infraestrutura para desenvolver o turismo local?	101
Figura 27- Motivos que a prefeitura não tem realizado infraestrutura necessária para desenvolver o turismo local.....	102
Figura 28- Motivos que a prefeitura tem realizado a infraestrutura necessária para desenvolver o turismo local.	103
Figura 29- I Workshop e Exposições do turismo local no Cantá-RR	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Diversidade de critérios para definir o que é uma cidade	33
Tabela 2- Terras indígenas, área total, população indígena (estimada) municípios abrangidos	48
Tabela 3- Distribuição das terras indígenas do Estado em 2011	49
Tabela 4- População residente e estimada no Cantá e em Roraima – 2006 a 2013	49
Tabela 5- Densidade demográfica comparativa 2000, 2007, 2010 e 2013.....	50
Tabela 6- População estimada e densidade demográfica – Cantá.....	51
Tabela 7- Taxa de urbanização comparativa 2000, 2007 e 2010 (em %)	51
Tabela 8- Indicadores gerais de mercado de trabalho - 2010	53
Tabela 9- Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2011	54
Tabela 10- Remuneração média de empregos formais em 31 de dezembro de 2011	55
Tabela 11- Variação do emprego formal em 31 de dezembro entre 2010 e 2011.....	56
Tabela 12- Matrícula inicial, funções docentes e estabelecimentos por nível -município do Cantá – 2010.....	57
Tabela 13- N° de Matrículas, de professores e de escolas nas comunidades indígenas na rede estadual de ensino – 2004 a 2012	57
Tabela 14- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município do Cantá na rede pública, estadual e privada– 2005 a 2011	58
Tabela 15 - Evolução do PIB do Município de Cantá 2004 a 2010	59
Tabela 16- Evolução do PIB a preços básicos por setor da economia do Município do Cantá (em R\$ 1.000).....	60
Tabela 17- Produtos agrícolas produzidos no Município de Cantá - 2010 a 2012.....	60
Tabela 18- Produção da pecuária no Município de Cantá - 2008 a 2012.....	61
Tabela 19- Produtos de origem animal no Município de Cantá – 2008 a 2012	61
Tabela 20- Extração vegetal no Município de Cantá – 2008 a 2012.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Rede prestadora de serviços, por municípios – 2014.....	59
Quadro 2 - Potencialidades do Cantá segundo PDLIS/FGV.....	65
Quadro 3- Potencialidades dos municípios de Roraima segundo FGV/Suframa.....	66
Quadro 4- Modalidades de turismo predominantes no espaço rural	68
Quadro 5- Programas e projetos para o desenvolvimento do ecoturismo no estado de Roraima	79
Quadro 6- Programa de estruturação de atrativos naturais e culturais	81
Quadro 7- Programa de adequação dos equipamentos ecoturísticos.....	82
Quadro 8- Programa de capacitação de recursos humanos para o setor de turismo.....	83
Quadro 9- Avaliação da unidade proposta 1	85
Quadro 10 - Avaliação da unidade proposta 02	89
Quadro 11- Potencialidades e limitações no município do Cantá-RR	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Preservação Ambiental
APL's	Arranjos Produtivos Locais
CGPTERR	Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial
CIC TUR	Centro Interamericano de Capacitação Turística
DPTC	Divisão de Produção Terras e Colonização
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
INCRA	Administra terras públicas da União
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PDLIS	Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
PEA	População Economicamente Ativa
PROECOTUR	Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
SEPLAN/RR	Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento do Estado de Roraima
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 METODOLOGIA.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1- ESPAÇO	20
2.2 - ESPAÇO URBANO.....	28
2.3- PEQUENAS CIDADES.....	32
2.4 - PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA	36
3 CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO CANTÁ-RR... 	42
3.1 A GÊNESE DA COLÔNIA	44
3.2 INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DO CANTÁ.....	47
4 POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NO MUNICÍPIO DO CANTÁ PARA O ESTADO DE RORAIMA	67
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: A PESQUISA COM OS MORADORES DO MUNICÍPIO	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICATIVO	116

1 INTRODUÇÃO

A urbanização é um fenômeno mundial, em que as dinâmicas espaciais ocorrem rapidamente e os espaços urbanos estão em constante processo de produção. O Brasil é um país predominante urbano, que se urbaniza cada vez mais em grande velocidade (SOUZA, 2011).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1991), o processo de urbanização no Brasil se intensificou a partir da década de 1960, onde mais de 50% da população se tornou urbana. Até então, o país era considerado predominantemente rural. Essa mudança ocasionou uma transformação na estrutura urbana das cidades das regiões brasileiras. Hoje, no seu quadro observa-se uma população urbana de quase 84,72%, ocasionando assim novos estudos e pesquisas frente à dinâmica e conflitos existentes nas áreas urbanizadas, sobretudo, nas pequenas cidades (IBGE, 2015).

No que se refere à Região Norte, nesse período, a Amazônia foi a região brasileira que apresentou as maiores taxas de crescimento urbano na segunda metade do século XX: 3,5% da população total em 1970; 44,6% em 1980; 61% em 1996 e 69,07% em 2000. O ritmo galopante com tamanha proporção fundamentaram a sua concepção como uma floresta urbanizada (BECKER, 2009, p. 95).

A urbanização na Amazônia proporcionou um grande crescimento populacional, transformando as formas de ocupação e uso do solo. Esse crescimento se deu, sobretudo, por parte do governo federal utilizando o argumento de segurança nacional. Existia a necessidade da proteção das fronteiras brasileiras, de modo que o governo implantou uma política essencial de ocupação dos espaços vazios, de integração da região ao território brasileiro e valorização da Amazônia, principalmente através de suas riquezas naturais, abrindo espaço para novas atividades socioeconômicas e viabilizando, ao mesmo tempo, alternativas de trabalhos.

O processo de urbanização intenso ocorrido na Amazônia levou ao surgimento de pequenas cidades. Cabe ressaltar que muitas já existiam como vilas e, com o crescimento urbano, tornaram-se pequenas cidades. Diante desse processo, estas se tornaram importantes, recebendo atenção especial por parte dos pesquisadores da geografia urbana.

Nesse sentido, Costa (2012b) procura definir que "estas pequenas cidades, são pequenos aglomerados urbanos, com menos de vinte mil habitantes, que se emanciparam recentemente ou foram fundadas há anos". Na Amazônia, muitas são as pequenas cidades surgidas nas últimas décadas, como os municípios do Cantá-RR, Iranduba-AM,

Tartarugalzinho-AP, Ponta de Pedras-PA e Bonfim - RR. Cada uma delas possui um destaque e uma importância pelas particularidades econômicas, sociais e nas transformações dos modos de vida que foram surgindo nesses lugares.

As dinâmicas urbanas regionais realizadas por essas pequenas cidades e a deficiência de bens e serviços que elas apresentam, serviram como motivação para esta pesquisa, uma vez que elas se articulam às cidades maiores buscando suprir suas carências em serviços.

Como objetivo geral, esta pesquisa visa a identificar as limitações e potencialidades do espaço urbano no município do Cantá-RR. Com os objetivos específicos buscou-se analisar as potencialidades que o município possui, visando o seu desenvolvimento no estado de Roraima; identificar os conceitos geográficos destacando o espaço, referente às pequenas cidades da Amazônia; e verificar, através de aplicação de questionários e entrevistas, como os moradores percebem o município e sua importância para o estado.

Entender as pequenas cidades, suas histórias, organização, estrutura e funções pode fazer diferença na compreensão das médias e grandes cidades, ainda mais que são nelas que se encontram grande parcela da população em geral. Atualmente, as pequenas cidades têm sido objeto de estudos, porém ainda há muito que se discutir sobre elas, principalmente na Amazônia Setentrional.

O estado de Roraima se caracteriza por ser o mais setentrional da Amazônia Legal. De acordo com o IBGE (2010), muitos de seus municípios são considerados pequenos por possuírem características que os remetem a essa categoria. Um deles é o aspecto demográfico que corresponde a menos de 20.000 habitantes.

Para Bethonico (2012), as pequenas cidades surgidas na Amazônia Setentrional, especificamente no estado de Roraima, tiveram sua formação ligada aos processos de produção do espaço regional, sobretudo, com a infraestrutura de abertura e construção das rodovias federais comum na Amazônia, como a BR-174 interligando Manaus a Pacaraima; BR-401 interligando Boa Vista a Bonfim e BR-210 (Perimetral Norte).

O período entre as décadas de 1970 a 1990 representou um marco para o desenvolvimento do estado de Roraima e as rodovias tiveram uma contribuição significativa para o surgimento de novos municípios, gerando, assim, um grande fluxo migratório para o estado. A conclusão da BR-174 e de parte da BR-210 na década de 70 contribuiu para a expansão mais abrangente no antigo território e fez com que o governo mantivesse firme a base de construção, particularmente na cidade de Boa Vista (VERAS, 2009).

No final da década de 70 houve em Roraima o início do processo de assentamento humano dirigido, em que foram montados projetos nas regiões Centro-Oeste e Leste do

território. A partir desses núcleos, foram se formando várias vilas, todas embriões das chamadas “cidades pioneiras”. A implantação das colônias agrícolas fez surgir os aglomerados urbanos e conseqüentemente a criação de novos municípios, permitindo aos representantes políticos da época a justificativa para a entrada de recursos federais (VERAS, 2009).

As colônias agrícolas também tinham a função de produzir alimentos para suprir as necessidades de consumo da população de Boa Vista, além de procurar de alguma forma diminuir a dependência de consumo dos produtos de Manaus (SOUZA, 2014).

Nesse cenário das antigas colônias agrícolas está o município do Cantá, localizado a 37 km de Boa Vista. Seu surgimento se deu no início da década de 1940 com a criação da Colônia Brás de Aguiar através da Divisão de Terras e Colonização (DTC) e tinha como objetivo produzir gêneros alimentícios para o mercado consumidor de Boa Vista. Em 17 de outubro de 1995, a colônia Brás de Aguiar se desmembra de Bonfim e eleva-se a categoria de município com a denominação de Cantá através da Lei Estadual n.º 99, de 17 de outubro de 1995 (IBGE 2010).

Com base em informações legais, pretende-se discutir o município do Cantá no contexto da Amazônia Setentrional, apontando os agentes que atuaram no decorrer de sua história e como isso interferiu na (re) produção de seu espaço urbano. Para que os objetivos propostos fossem alcançados, esta dissertação foi dividida em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais, que podem ser descritos resumidamente da seguinte forma:

No primeiro capítulo se tem a fundamentação teórica, buscando apresentar o conceito de Espaço nas linhas que compõem a história do pensamento geográfico e de espaço urbano, em que se destacam os seus agentes produtores. Para contextualizar especialmente essa discussão, fez-se uma breve apresentação dos conceitos de pequenas cidades, acrescentando-se debates sobre as da Amazônia.

O segundo capítulo traz breves considerações sobre o Cantá, voltando-se para algumas de suas questões históricas, desde o início da colônia até sua expansão urbana; dos agentes que atuaram e ainda atuam nesse sentido, apresentando algumas configurações do município através de suas informações socioeconômicas.

No terceiro capítulo expôs-se as principais potencialidades que o município possui, partindo posteriormente para um debate sobre as limitações que impedem seu desenvolvimento no contexto do estado de Roraima.

O quarto capítulo traz os resultados e discussões da pesquisa, em que por meio da

aplicação de questionários com os moradores e representantes do poder público, buscou-se entender a dinâmica urbana desse espaço, no contexto de pequena cidade da Amazônia.

Por fim, as considerações finais, em que se buscou ressaltar a resposta para o problema: porque o município do Cantá, sendo uma pequena cidade da Amazônia, não se desenvolve economicamente mesmo possuindo potencialidades e proximidade com a capital do estado?

Além do destaque para a referida questão, essas considerações buscaram apontar a relevância da pesquisa e sua possibilidade de continuação. Diante disso, as justificativas que embasaram a presente dissertação estão atreladas a três aspectos, sendo estes:

PESSOAL: enquanto morador de Boa Vista, é possível observar através de vivências próprias a situação em que o município do Cantá se encontra atualmente, assim como outros municípios do estado de Roraima, que são caracterizados por uma estagnação tanto econômica quanto urbana. Desde meados de 2012, frequento a sede do município ao menos uma vez por mês a fim de visitar a casa de meu sogro, nestas ocasiões, aproveito para realizar observações sob o olhar do urbanista.

Percebe-se que não há um desenvolvimento econômico e há carências de serviços e equipamentos urbanos. Existe ainda outra situação, caracterizada pela migração pendular, em que uma parte da população economicamente ativa deixa suas residências antes do horário comercial para chegar ao trabalho em Boa Vista e, no fim da tarde, retorna para o Cantá, o que a caracteriza como cidade dormitório.

SOCIAL: na perspectiva social, esta pesquisa poderá trazer uma visualização ao município que tem estado esquecido por alguns órgãos públicos. Chamar atenção a esse espaço pode possibilitar um crescimento do interesse local, levando investimentos e melhorias urbanas para a população. Além disso, uma análise das informações populacionais e econômicas locais permitirá que a população faça requerimentos pontuais e coerentes, levando a ações governamentais mais eficientes, poupando tempo e aplicando de forma consciente o investimento público adequado.

CIENTÍFICA: no aspecto científico, como arquiteto e urbanista, formado pela Universidade Federal de Roraima-UFRR e agora como mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia dessa mesma instituição, a pesquisa existe primeiramente como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia, na linha de pesquisa Produção do Território Amazônico. Em segundo lugar, a proposta representa uma oportunidade de expandir o conhecimento existente a respeito dos municípios do estado de Roraima considerando que a maioria dos trabalhos discute a capital do estado, existindo, assim, um

déficit de pesquisas que abordem os municípios menos populosos. Em terceiro lugar, embora exista estudo realizado por alguns autores sobre pequenas cidades da Amazônia, não há uma variedade de pesquisas relacionadas ao Cantá no estado de Roraima.

1.1 METODOLOGIA

Para que a prática de investigação científica fosse realizada, foram necessários meios científicos. Sendo assim, é importante mencionar a metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados durante a pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, do tipo quali-quantitativa, tendo como seu objetivo uma pesquisa explicativa, destacando-se os procedimentos: levantamento bibliográfico, pesquisa documental, estudo de caso, pesquisa de campo, aplicações de questionário com moradores e pessoas que trabalham em órgãos públicos da cidade. Além disso, houve também consultas com alguns representantes de órgãos públicos do Cantá e do estado. A pesquisa se dividiu em partes, explicitadas logo a seguir:

a) Na primeira fase da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico, contendo conceitos importantes como o de pequenas cidades, pequenas cidades da Amazônia, espaço e espaço urbano. O espaço recebeu destaque como categoria da Geografia, servindo, assim, de base teórica para o restante da pesquisa.

b) Também foi realizado um segundo levantamento bibliográfico, focando no contexto geohistórico do município do Cantá. Dentre os documentos investigados, foi necessário acessar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN/RR).

c) Em seguida, a coleta de dados ocorreu através de uma pesquisa documental, com visitas a prefeitura do município e a outros órgãos governamentais, com o intuito de adquirir informações quanto ao uso da terra, mapeamento, distribuição populacional, percentuais econômicos e qualquer outra informação considerada relevante.

d) Foram realizadas também observações *in loco* nos meses de setembro e outubro de 2019, para que fosse possível compreender a rotina dos moradores e realizar um acervo fotográfico local. As observações *in loco* ainda completaram as informações obtidas durante a pesquisa documental, atualizando qualquer modificação física que tenha sido realizada na área de estudo.

e) O próximo passo envolveu a elaboração de questionários semiestruturados (apêndice A) os quais possuíam uma linguagem clara e simples, com questões objetivas para a coleta de

informações quantitativas e perguntas subjetivas para abordagem qualitativa. Para amostragem, realizou-se um total de 278 questionários, o que corresponde a 2% da população, sendo adotado para o cálculo amostral a população equivalente a 13.902 habitantes, com base no censo demográfico do IBGE de 2010. O erro amostral correspondeu a 4,87% e o nível de confiança correspondeu a 90%.

f) Durante a aplicação dos questionários, foram realizadas perguntas com o formato semiestruturado para dar mais liberdade tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador. Os questionários foram aplicados aleatoriamente e os indivíduos escolhidos se tratavam de homens e mulheres a partir de 18 anos. Para tal, foram escolhidas datas comemorativas como campeonatos de futebol e workshops, que costumam reunir pessoas de várias vilas do município do Cantá (Serra Grande I, Vila Central, Vila Felix Pinto, Vila Fonte Nova), além de também serem aplicados durante os dias da semana, com moradores que se encontravam nas ruas e comércios, assim como com os funcionários de órgãos públicos.

g) O próximo momento se baseou na análise dos dados obtidos, comparando-os com as informações e conceitos coletados durante a revisão bibliográfica inicial. A partir da análise foi possível criar uma comparação quanto à realidade local.

h) Consequente, foram realizados apontamentos sobre locais propícios às futuras potencialidades de desenvolvimento econômico do município do Cantá.

i) Por fim, os resultados foram exibidos em forma de texto, tendo como produto final a dissertação de mestrado em Geografia, na linha de pesquisa Produção do Território Amazônico, trazendo um estudo sobre as limitações e potencialidades do município do Cantá.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem por objetivo expor ao leitor o referencial teórico que fundamentou a pesquisa sobre **"Pequenos municípios na Amazônia: potencialidades e limitações no Cantá-RR"**.

A discussão sobre pequenas cidades é um dos temas abordados no campo da geografia urbana, muitos são os autores que investigam essa temática. Todos consideram importante a discussão sobre os estudos relacionados às pequenas cidades, porém, precisa-se de mais referências e publicações sobre a temática.

Primeiramente, apresentaremos o conceito de espaço e sua evolução a partir da história do pensamento geográfico. Em seguida, apresentaremos as bases que orientaram a pesquisa em relação ao conceito de produção do espaço urbano, a partir de autores como Ana Fani Alessandri Carlos, Roberto Lobato Corrêa e Maria Encarnação Beltrão Sposito e, por fim, exporemos uma discussão sobre pequenas cidades e pequenas cidades da Amazônia.

2.1- ESPAÇO

O espaço pode ser compreendido de várias formas. Na intenção de dialogar sobre sua definição, será apresentada a visão de alguns autores que, ao longo dos anos, fizeram sua análise a respeito desse conceito, sendo possível observar que existem muitos pontos destacados que contém certo grau de semelhança, cabendo à geografia definir e compreender o espaço a partir de um olhar que considere tanto aspectos físicos quanto os aspectos sociais.

A busca pelo objeto de estudo da Geografia não se encontra encerrada, pois temos vários conceitos que são construídos e reconstruídos. Sendo assim, é possível observar que as contínuas correntes de pensamento dentro dessa disciplina evidenciam o quanto ainda se pode desenvolver na área, pois ela não está parada, estagnada, trata-se de uma ciência viva, em constante renovação epistemológica.

Segundo Braga (2007), a Geografia Humana não é analisada de maneira diferente em relação à Geografia Física (como mostra Kant), pois o pensamento de espaço leva em consideração a sociedade e as ações do homem no mundo, uma vez que o mesmo não age sozinho no mesmo.

O autor ainda destaca que para La Blache, a Geografia Humana engloba os aspectos físicos e humanos, mas que podem ser estudados de forma separada. Sendo assim, o homem

(fator geográfico de primeira ordem) domina a natureza e é dominado por ela. A Terra seria palco da ação do homem, mas dotada de vida, e a ação do homem seria aleatória, ou seja, ele escolheria onde, quando e como agir, possuindo várias possibilidades.

Os primeiros geógrafos pregavam a Geografia como a descrição da Terra, entretanto, essa descrição sofreu alterações tanto em seus aspectos metodológicos quanto em seu conteúdo, pois deixa de ser mera descrição para, então, se tornar uma ciência analítica, explicativa e crítica, que busca entender a relação entre o homem e a natureza.

Desde Paul Vidal de La Blache (1845-1918) a Geografia buscou compreender a relação entre o homem e a natureza, sendo a descrição uma importante ferramenta metodológica. Para o geógrafo, era importante investigar a diferenciação dos lugares através de suas características, levando em consideração a história humana e a influência do meio.

Quando se refere ao homem, Vidal de La Blache o caracteriza como população em movimento, pois considera que o homem não age sozinho no meio. O homem transforma o meio através da técnica, o que tende a fixá-lo ou enraizá-lo no ambiente, sendo o modo de vida (a cultura) o enraizamento ambiental que dá forma ao território. O espaço, então, seria a coabitação do homem e da natureza, repleta de intencionalidade. Essa linha de raciocínio serviu de incentivo, influenciando vários outros autores (BRAGA, 2007).

Em seu artigo, Corrêa (2000) destaca como o espaço foi concebido na Geografia Tradicional, em seguida como ele foi concebido na Geografia Teorético-Quantitativa, depois tendo-se o conceito de espaço no âmbito do materialismo histórico e dialético e, ao final, como os geógrafos humanistas e culturais abordaram o espaço.

A Geografia Tradicional dava mais ênfase aos conceitos de paisagem e região, em torno deles estabelecendo-se a discussão sobre o objeto da Geografia e sua identidade no âmbito das demais ciências. Os debates incluíam os conceitos de paisagem, região natural e região-paisagem, como também os de paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. Nesse momento, a abordagem espacial, associada à localização das atividades dos homens e aos fluxos, era muito secundária entre os geógrafos (CORRÊA, 2000).

Na Geografia Tradicional, o espaço não era um conceito chave, porém está presente nas obras de Ratzel e Hartshorne, ainda que de modo implícito. Corrêa (2000) mostra que, para Ratzel, o espaço é a base indispensável para a vida, sendo assim, o domínio do espaço é elemento crucial na vida do homem. Ratzel adota dois conceitos principais em sua Antropogeografia: *território* - vinculado à apropriação de uma porção do espaço por determinado grupo; e *espaço vital* – equilibrado entre população e recursos, mediada pela capacidade técnica. Nesse contexto, o espaço é transformado, por meio da política, em

território, tornando-se então o conceito-chave Geografia.

Nas pesquisas feitas por Hartshorne, o mais importante para a ciência geográfica convive na descrição e análise da interação e na integração de fenômenos no espaço. Em sua visão, o espaço é absoluto, ou seja, é um conjunto de pontos que tem existência em si, independente de outros fatores. Nesse sentido, o espaço não deriva da experiência, mas é intuitivamente utilizado na experiência, seria então um “receptáculo que apenas contém as coisas” (CORRÊA, 2000, p.19). Sendo assim, há uma combinação de fenômenos naturais e sociais que caracterizam cada espaço.

Segundo Corrêa (2000, p. 19), para Hartshorne, há uma associação entre concepção de espaço e a visão ideográfica da realidade, na qual em uma dada área estabelece-se uma combinação única de fenômenos naturais e sociais. É como cada porção do espaço absoluto fosse o *locus* de uma combinação única (unicidade) em relação à qual não se poderia conceber generalizações: “nenhuma (lei) universal precisa ser considerada senão a lei geral da geografia de que todas as áreas são únicas.

De acordo com Corrêa (2000), para Hartshorne, a Geografia se preocupa em estudar os fenômenos organizados espacialmente, enquanto a História os estudaria a partir da dimensão temporal. O espaço é dado como um conceito abstrato relacionado aos fenômenos que se realizam no seu interior.

No que diz respeito ao espaço e a Geografia Teorético-Quantitativa, Corrêa (2000) destaca que, para Schaefer, é necessário ressaltar que a geografia passa a ser considerada como ciência social. Para Bunge, conforme ainda esta o autor, a Geografia devia ser vista como uma ciência espacial.

Segundo Corrêa (2000), tanto em Schaefer quanto em Bunge, assim como em Ullman e Watson, o espaço aparece, pela primeira vez na história do pensamento geográfico, como o conceito-chave da disciplina. Desse modo, o conceito de paisagem começa a ser deixado de lado, enquanto o de região é reduzido ao resultado de um processo de classificação de unidades espaciais segundo procedimentos de agrupamento e divisão lógica com base em técnicas estatísticas. O lugar e o território não são considerados conceitos significativos na Geografia Teorético-Quantitativa.

No âmbito da corrente geográfica em questão, o espaço é considerado sob duas formas que não são mutuamente excludentes, sendo elas de um lado planície isotrópica e, de outro, de sua representação matricial. A *planície isotrópica* é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético dedutivo. É admitido como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como

ao clima e à cobertura vegetal. Assim como à sua ocupação humana, há uma densidade demográfica, de renda e de padrão cultural que se caracteriza, entre outros aspectos, pela adoção de uma racionalidade econômica fundada na minimização dos custos e maximização dos lucros ou da satisfação (CORRÊA, 2000).

Nessa planície, a variável mais importante é a distância, aquela que determina um espaço previamente homogêneo da diferenciação espacial. Assim, os esquemas centro-periferia, tanto ao nível intra-urbano como em escala nacional e internacional, são derivados desta concepção marcada pela noção de efeito declinante da distância. É nesse sentido que o espaço relativo é crucial no âmbito dessa concepção, em que ele é entendido a partir das relações entre os objetos, relações estas que implicam em custos (CORRÊA, 2000).

Corrêa (2000) mostra que em Nystuem aparece claramente a aceitação e desenvolvimento da proposta de Bunge de considerar a Geografia uma ciência espacial, a qual estudaria os fenômenos sociais e da natureza sob um ângulo comum, o espacial, fornecendo, assim, unidade à Geografia. Assim, o espaço geográfico pode ser representado por uma matriz e sua expressão topológica, o grafo. Trata-se da representação comum aos economistas espaciais como indica Guigou (1980) e os geógrafos como Hagget e Chorley (1969), o primeiro desenvolvendo uma proposta de análise locacional com base nos temas movimento, redes, nós, hierarquias e superfícies, enquanto ele e Chorley desenvolveram sistematicamente como se podem realizar estudos sobre redes em geografia. Diante disso,

É preciso considerar o que significou para a geografia a concepção de espaço que os geógrafos lógico-positivistas nela introduziram. Trata-se de uma visão limitada de espaço, pois, de um lado, privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente. Nesta concepção, de outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário. Privilegia-se um presente eterno e, subjacente, encontra-se a noção paradigmática de equilíbrio (espacial), cara ao pensamento burguês (CORRÊA, 2000).

Ainda conforme o autor, existem vários modelos de organização espacial e, no limite também sobre as transformações nele realizadas, foram produzidos pelos geógrafos modelos que fornecem pistas e indicações efetivamente relevantes para a compreensão crítica da sociedade em sua dimensão espacial e temporal.

Na década de 1970 surgiu a Geografia Crítica que, fundada no materialismo histórico e na dialética, apresenta-se como uma revolução que tenta romper com a Geografia Tradicional e com a Geografia Teorético-Quantitativa. Nesse sentido, o espaço reaparece como conceito-chave; de um lado, debate-se na obra de Marx se o espaço está presente ou ausente, e de outro, qual a natureza e o significado do espaço. Diante disso, outra preocupação

dos geógrafos críticos seria a identificação das categorias de análise do espaço (CORRÊA, 2000).

A dimensão espacial passa a ser ignorada na teoria de Marx, assim, é discutida por Soja e Hadjimichalis (1979) sendo retomada mais tarde por Soja (1993). Segundo os autores, os marxistas tinham abordado o espaço considerando como um receptáculo ou como um espelho externo da sociedade. Sendo assim,

O desenvolvimento da análise do espaço no âmbito da teoria marxista deve-se, em grande parte, "à intensificação das contradições sociais e espaciais tanto nos países centrais como periféricos" (SOJA e HADJIMICHALIS, 1979, p.7), devido à crise geral do capitalismo durante a década de 1960. Crise que transformou o espaço por ele produzido em "receptáculo de múltiplas contradições espaciais" (SOJA e HADJIMICHALIS, 1979, p.10), que suscitaria a necessidade de se exercer maior controle sobre a reprodução das relações de produção em todos os níveis espaciais (CORRÊA, 2000, p.25).

O espaço aparece efetivamente na análise marxista a partir da obra de Henri Lefebvre "Espacio y Política", onde argumenta que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica de um sistema (LEFEBVRE, 1976, p.25). Como apresenta:

"Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção" (LEFÉBVRE, 1976, p.34) (CORRÊA, 2000, p.26).

Corrêa (2000) destaca que Milton Santos, em sua obra inspirada em Lefebvre e em sua concepção de espaço social, estabelece o conceito de formação socioeconômica e submete a intenso debate na década de 1970, afirmando não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem se recorrer ao espaço. Nesse sentido, modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes.

A partir desse pensamento surge a linha de raciocínio a partir da qual se admite que a formação socioespacial pode ser considerada como um meta-conceito, um paradigma, que contém e está contida nos conceitos-chave de natureza operativa de paisagem, região, espaço (organização espacial), lugar e território.

Segundo Santos (2012), o espaço é considerado uma instância da sociedade, ao mesmo tempo que as instâncias econômica e cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é contida por ele. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. E

continua quando diz que o espaço não pode ser formado apenas pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que, de um lado, participa certo arranjo de objetos geográficos, naturais e sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos) e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (SANTOS,2012).

Para Santos (2014), torna-se necessário ultrapassar a interpretação simplista das forças produtivas e das relações de produção como enfoque para dar ênfase ao estudo do espaço. E completa quando diz que o espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações os quais devem ser considerados em conjunto.

Não é possível considerar apenas objetos criados pelo homem, sendo também necessário considerar como ele se aproveita da natureza para que se possa sobreviver e reproduzir socialmente. O autor ainda conclui dizendo que não cabe ao geógrafo separar a Geografia em partes para compreender um determinado aspecto geográfico. É preciso considerar o conjunto como um sistema, não como uma seleção ou como uma coleção (SANTOS, 2014).

Ainda segundo o autor, o movimento da história nos mostra que a existência desses objetos está carregada de significados e símbolos. Portanto, trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, formulando, então, um sistema de conceitos que dê conta da interação entre o todo e as partes, ou seja, o espaço geográfico é um dado social. “A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contiguidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social.” (SANTOS, 2014, p. 77).

O sistema de ações – parte característica do espaço, portanto, não podendo ser analisado individualmente – deriva da ação do homem, um processo dotado de propósito e intencionalidade na busca por um objetivo, finalidade. A ação é um processo dotado de propósito, em que se um agente muda alguma coisa, muda a si mesmo, ou seja, são dois movimentos concomitantes e presentes nas ideias de Marx e Engels colocados por Santos, ao considerarem que “através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a

natureza externa” (SANTOS, 2014, p.78).

As ações se dão no espaço e não estão restritas aos homens, mas também incluem as empresas e as instituições, por meio dos indivíduos. Para a Geografia, o tema central “objetos e ações” não poderia ser analisado separadamente, mas, sim, tomados em conjunto. Santos (2014, p. 94) chama a atenção para o fato de que a ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados, ou seja, “à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território”.

Nesse sentido, ao longo de sua obra “A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção”, Santos expõe a inseparabilidade dos sistemas de ações e de objetos como uma necessidade de interpretação e conceituação de um espaço geográfico híbrido, uma relação de forma-conteúdo, em que a cada evento, a forma se recria, ou seja,

Sendo o espaço geográfico um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico. Já a técnica é também social, pode-se lembrar que sistemas objetos e sistemas ações em conjunto constituem sistemas técnicos, cuja sucessão nos dá a história do espaço geográfico. (SANTOS, 2014, p. 332).

Santos (2012) nos mostra que o espaço deve ser analisado a partir das categorias estrutura, processo, função e forma as quais devem ser consideradas em suas relações dialéticas.

De acordo com o autor, a *forma* é o aspecto visual de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante de tempo. A *função* implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado, a forma. Habitar, vivenciar o cotidiano em suas múltiplas dimensões. A *estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. O *processo* é definido como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. Em outras palavras, processo é uma estrutura em seu movimento de transformação (SANTOS, 2012). Sendo assim,

"Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade" (SANTOS, 1985, p. 52 apud CORRÊA, 2000, p. 29-30).

Segundo Corrêa (2000), na década de 1970 também surgiu a Geografia Humanista

enquanto a década seguinte foi acompanhada da retomada da Geografia Cultural. Nesse sentido, a paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na Geografia Humanista uma de suas matrizes. O lugar passa a ser conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido.

Segundo Tuan (1979 apud Corrêa, 2000), no estudo do espaço dentro da Geografia Humanista se consideram os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência. O autor argumenta que existem vários tipos de espaços, um espaço pessoal e outro grupal, onde é vivida a experiência do outro, e o espaço mítico-conceitual que, embora ligado à experiência, extrapola para além da evidência sensorial e das necessidades imediatas e em direção a estruturas mais abstratas.

Conforme Holzer (1992), a temática do espaço vivido está particularmente vinculada à Geografia francesa e tem suas raízes, sobretudo, na tradição vidaliana, mas também na psicologia genética de Piaget e na sociologia, de onde se retiram os conceitos de espaço-regulamentação, espaço-apropriação e espaço-alienação, e na psicanálise do espaço baseada em Bachelard e Rimbert.

De acordo com Gallais (1977 apud Corrêa, 2000), nas sociedades industriais, o espaço vivido está assentado sobre uma cadeia relativamente neutra de unidades quilométricas, onde geram uma concepção homogênea de distância objetivada por custo ou tempo. Essa homogeneidade é devido a certa identidade cultural que inclui uma métrica regular e monótona de contagem tanto do espaço como do tempo, e à eficiência da técnica que elimina certas especificidades do meio.

Em contrapartida, ainda de acordo com Gallais, nas sociedades primitivas tropicais, o espaço vivido é profundamente marcado por três concepções de distância que nas sociedades industriais possuem reduzido peso: distância estrutural, afetiva e ecológica.

A *distância estrutural* pode ampliar ou reduzir as relações entre os lugares quando confrontada com a distância objetiva;

(GALLAIS, 1977, p.8 apud CORRÊA, 2000, p.8) “organizações históricas, técnicas, sociais, de bens de raiz e religiosas que lhes são próprias, estranhas entre si, *estruturalmente afastadas*, embora vizinhas, ou superpostas dentro de uma percepção *objetiva* da distância”.

Para Corrêa (2000), a questão da *afetividade* manifesta-se tanto no que diz respeito ao gostar dos lugares como à movimentação espacial. Lugares e áreas longínquas se tornam próximos em função da afetividade por eles, como se exemplifica com os lugares sagrados,

objetivamente distantes. Em relação à distância *ecológica*, esta interfere no espaço vivido das sociedades primitivas tropicais. Contudo, essas diferenças ecológicas não são nem percebidas nem vivenciadas igualmente por todos.

(GALLAIS, 1977, p.11 apud CORRÊA, 2000, p.34) “A estação seca homogeneiza o espaço, facilita seu percurso e reduz a distância ecológica, enquanto a estação das chuvas o fragmenta: pântanos inundados, cheia de grandes rios cuja travessia se torna difícil, e áreas de cultivos que se alternam com regiões vazias, infestadas de feras. O espaço se diversifica e se torna pouco penetrável”.

Segundo Massey (2012), existe uma ideia de que há uma associação entre o espacial e a fixação do significado, sendo tal representação concebida como espacialização. Apesar de a referência ser a espacialização, em todos os casos há uma derivação, não se tratando apenas de que a representação seja equiparada à espacialização, mas que as características daí derivadas são atribuídas ao próprio espaço.

Embora os desenvolvimentos posteriores dessas posições filosóficas impliquem, quase sempre, um entendimento bem distinto do que o espaço poderia ser, nenhuma delas se detém muito tempo ou explicitamente no desenvolvimento dessa alternativa ou na exploração do curioso fato de que esta outra visão do espaço se apoia nessa simplória oposição em relação à sua igualdade incontestável associação entre representação e espaço. Nesse sentido, trata-se de uma velha associação; em que muitas vezes subjugamos o espaço ao texto e ao conceitual, à representação (MASSEY, 2012).

2.2 - ESPAÇO URBANO

A partir do conceito de espaço, trataremos do espaço urbano. Para tanto, é necessário esclarecer que o mesmo tem características próprias as quais se baseiam principalmente nos diferentes usos do solo. Isso significa dizer que há distinção entre espaço urbano e rural do ponto de vista do uso do solo, bem como das atividades que se realizam nesses dois espaços.

Para o senso comum, basta olhar a paisagem para reconhecer o que é o rural e o urbano. Espaço rural é o lugar da fazenda, do gado e da agricultura; enquanto o espaço urbano é o lugar dos prédios, automóveis, lojas e indústrias. Mas apenas a paisagem é suficiente para qualificar ou compreender a função que determinado espaço desempenha? Nesse sentido, busca-se aprofundar a análise e desviar o olhar daquilo que está posto.

De acordo com Corrêa (1995), de uma maneira geral, o espaço urbano é o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, que definem áreas como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas

residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Sendo assim, esses conjuntos de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado.

Para Carlos (2015), é preciso questionar o que parece óbvio, ou seja, afastar as aparências e preconceitos da análise a ser feita, direcionando o pensamento para um ponto de vista determinado pela vida cotidiana do homem, unindo pensamento, ação, sentimentos e expectativas, o fundamento do mundo.

Partiremos em busca de uma aproximação conceitual sobre o espaço urbano a partir da noção de produção, pois é ela quem revela questões importantes para nós, como os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção por determinada sociedade, bem como as formas de apropriação (CARLOS, 2015).

Para Corrêa (1995), a organização espacial da cidade ou, como coloca o autor, a fragmentação do espaço urbano se dá pelo conjunto de usos da terra, onde são definidos os diferentes usos do espaço e funções, que permanece articulado como reflexo e condicionante social, conjunto de símbolos e campos de lutas.

O espaço urbano está em constante movimento de produção e reprodução e, por isso, é compreendido como um espaço dinâmico, "consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadoras de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade" (CORRÊA, 2016, p. 43).

Segundo Beaujeu-Garnier (1997, p. 11, grifos da autora), deve-se considerar que a cidade,

É ao mesmo tempo sujeito e objeto. Enquanto objeto, a cidade existente materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que eles necessitam; é o lugar onde os contactos de toda natureza são favorecidos e maximizados os resultados; [...] Mas o corolário desta *função objecto* é um verdadeiro papel de intervenção, de *função sujeito*. O quadro urbano, o ambiente urbano exerce influência nos seus habitantes; podem transformá-los pouco a pouco; pelas suas exigências (alimentação, matérias-primas, comércio), a cidade desempenha um papel importante nas atividades internas e periféricas; pelo seu próprio poder, favorece, difunde ou bloqueia diversos vindos do exterior. Se o homem utiliza e molda a cidade, a recíproca é igualmente verdadeira.

Nesse sentido, podemos inferir que a produção do espaço urbano tanto é moldado pelos movimentos de reprodução quanto pelas relações sociais estabelecidas. As cidades desenvolvem mais esse duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar, integram-se de modo mais completo na troca e no valor de troca, mas continuam como valor de uso em razão

dos espaços em que atividades específicas são oferecidas. Tornam-se, então, centros de consumo (LEFEBVRE, 2001).

Já o urbano não é necessariamente sinônimo de cidade. Lefebvre (2008) remete a ideia de urbano como transcendente à noção de produção e de troca, de espaço dos mercados, mas ressalta que são relações, ao mesmo tempo, visíveis e invisíveis. Considera que a realidade urbana não está vinculada apenas ao consumo, ao setor terciário, às redes de distribuição, mas intervém na produção e nas relações de produção.

Ao longo de sua obra, “A revolução urbana”, Lefebvre (2008) debate quais seriam as dimensões possíveis para se compreender o fato urbano e aponta duas fases críticas através do tempo histórico: a primeira fase agrária, da vida rural e da produção agrícola, que depois de muito tempo dominante, acaba subordinada a uma realidade urbana inicialmente impulsionada e logo devastada pelo comércio e pela indústria; na segunda fase da indústria dominante se torna subordinada à realidade urbana, o *habitar* se torna essencial.

Nesse sentido, o urbano pode ser compreendido como o espaço produzido, social e historicamente, por meio da ação humana, no caminho para a produção da vida. Nessa perspectiva, vale ressaltar a indissociabilidade de espaço e tempo por meio da ação humana, que se realiza enquanto modo de apropriação, como prática socioespacial no plano da vida cotidiana e, enquanto modos de apropriação, envolvendo espaço e tempo determinados, além da construção de uma história individual como história coletiva (CARLOS, 2015).

O processo de produção do espaço aponta a sociedade como sujeito dessa produção, que age e cria um modo cheio de significados, construindo as condições necessárias à produção/reprodução da vida, e o faz produzindo a si mesmo como sujeito ativo (CARLOS, 2015).

O espaço urbano é reflexo da própria sociedade, materializada nas formas espaciais produzidas e reproduzidas por agentes diversos, Entre os apontados por Corrêa (1995), merecem destaque:

- Os **proprietários dos meios de produção:** são grandes consumidores de espaço. Em razão da dimensão de suas atividades, precisam de terrenos amplos e com valores baixos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas, as relações entre os proprietários dos meios de produção e a terra urbana são mais complexas devido à especulação fundiária possuir duplo efeito: de um lado, onera os custos de expansão na medida em que esta pressupõe terrenos amplos e baratos; de outro, o aumento dos preços dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra, atinge os salários da força de trabalho.

- Os **proprietários de terras:** atuam no sentido de obter maior renda fundiária de suas

propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso mais remunerador possível, especialmente, o uso comercial ou residencial de status. Estão interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. Assim, alguns proprietários fundiários poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura. Essa demanda de terras e habitação depende do aparecimento de novas camadas sociais, que tenham rendas capacitadas a participar do mercado de terras e habitações. Depende ainda da política que o Estado adota para permitir a reprodução do capital, como reforço do aparelho estatal pelo aumento do número de funcionários e através da ideologia da casa própria. Os diferenciais das formas que a ocupação urbana na periferia assume são, em relação ao uso residencial, os seguintes: urbanização de *status* e urbanização popular, variando de acordo com a localidade da área.

- Os **promotores imobiliários**: entende-se um conjunto de agentes que realizam, parcialmente ou totalmente, as seguintes operações: incorporação; financiamento; estudo técnico; construção ou produção física do imóvel; e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro.

Eles utilizam de estratégias como: produção de habitações com inovações, com valor de uso superior às antigas, obtendo-se, portanto, um preço de venda cada vez maior, o que amplia a exclusão das camadas populares.

- O **Estado**: atua também na organização espacial da cidade, por exemplo, através do direito de desapropriação e precedência na compra de terras, regulamentação do uso do solo, impostos fundiários e imobiliários, investimento em obras de infraestrutura, entre outros aspectos.

- OS **grupos sociais excluídos**: os que não possuem renda para pagar aluguel de uma habitação ou para comprar um imóvel, fato que atrelado ao desemprego, doenças e subnutrição, principalmente, delineiam a situação social desses grupos. Geralmente, moram em cortiços, autoconstruções, conjuntos habitacionais degradantes fornecidos pelo Estado e também em favelas.

Justamente nesse ponto da análise, em que a sociedade é sujeito ativo na produção do espaço, podemos entender que a cidade não se caracteriza por um contínuo urbano. Os espaços urbanos são estabelecidos crescentemente, em descontinuidade, fruto do processo de centralização e fragmentação dos espaços da cidade (SPÓSITO, 2016).

2.3- PEQUENAS CIDADES

As discussões e pesquisas referentes às pequenas cidades no Brasil cresceram bastante nos últimos anos, e os estudos vêm sendo abordados por várias ciências e pesquisadores. Sendo assim, o que seriam essas pequenas cidades?

Como descreve Costa (2012), "estas cidades são pequenos aglomerados urbanos, com menos de vinte mil habitantes que se emanciparam recentemente ou foram fundadas há muitos anos". Elas apresentam diversas particularidades dependendo do contexto regional em que se encontram, tiveram suas origens relacionadas com a expansão do capital e com as novas formas dadas ao espaço, geradas por grandes projetos, pelas revoluções tecnológicas e pela divisão técnica do trabalho.

Para Figueredo (2008), não existe ainda um consenso entre os pesquisadores sobre o que seria uma pequena cidade e que critérios deveriam ser utilizados para a sua classificação, considerando que há uma variação destes. Sposito (2008, p. 16) aponta que, no Brasil, toda sede de município é considerada uma cidade. O autor consiste em ressaltar o Decreto Lei nº 311 de 2 de março de 1938 cujo artigo 3º determina que "A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome". Ela também é constituída pela área urbana do distrito sede e delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal.

Ainda segundo Sposito (2008, p. 17), essa diversidade de critérios e referências para se definir o que é uma pequena cidade varia de acordo com cada país. "[...] mesmo que tenhamos outros critérios adotados em diferentes países, eles sempre se baseiam ora nos dados demográficos, ora nos limites administrativos". A organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, considera urbano qualquer agrupamento humano com mais de 20 mil habitantes.

Ainda de acordo o autor, este apresenta alguns critérios utilizados em outros países para definir o que é uma cidade, conforme apresenta a tabela a seguir:

Tabela 1- Diversidade de critérios para definir o que é uma cidade.

PAÍSES	CRITÉRIOS
Portugal	População mínima de 8.000 habitantes.
Reino Unido	Núcleos definidos por uma forma de administração
África do Sul	Núcleos definidos por uma forma de administração
Dinamarca	250 habitantes, critério populacional (número de habitantes).
França	2.000 habitantes, critério populacional (número de habitantes)
Holanda	20.000 habitantes, critério populacional (número de habitantes)
Japão	Apenas aglomerados com 30.000 habitantes, são considerados cidades.
Coréia do Sul	O número é de 40.000 habitantes
Estados Unidos	Busca combinar o critério numérico com o administrativo
Turquia	Busca combinar o critério numérico com o administrativo
Noruega	Busca combinar o critério numérico com o administrativo
Itália	Só é considerada cidade a aglomeração em que pelo menos metade da população não exerça atividades agrícolas.
Brasil	Considera o critério numérico e político-administrativo

Fonte: Barbosa (2014).

Conforme a tabela 1, Portugal considera como cidade o núcleo urbano que no mínimo tenha 8.000 habitantes. Reino Unido e África do Sul ambos levam em consideração a forma administrativa. Os países como Dinamarca, França e Holanda consideram o critério populacional que vai de 250 a 20 mil habitantes, enquanto que no Japão e na Coreia do Sul, países bastante populosos, o número de habitantes deve está entre 30 a 40 mil para ser considerada como cidade. Para Os Estados Unidos, Turquia e Noruega todos buscam combinar o critério numérico com o administrativo. Já o Brasil considera o critério numérico (IBGE) e político-administrativo. Desses países, somente a Itália considera como cidade a aglomeração em que pelo menos metade da população não exerça atividades agrícolas.

As variações de cada país apresentam sua interpretação de classificação das cidades, revelando a importância e a complexidade delas que, com suas particularidades e contradições, (re) produzem o espaço urbano. Essas diversidades dizem respeito, sobretudo, ao desenvolvimento das contradições, dos conflitos socioeconômicos, político-administrativo, ambientais e culturais, de uma variedade de manifestações que alteram, transformam, determinando assim a história desse lugar (BARBOSA, 2014).

No entanto, o tamanho de uma cidade é muito importante uma vez em que se pode diferenciar uma cidade de outra, como também explicar tais diferenciações. No Brasil, o

número das pequenas cidades é bem expressivo. Segundo o IBGE (2000), existia 5.507 cidades das quais 4.980 possuíam uma população de até 50 mil habitantes. A dimensão das cidades normalmente é medida por meio do contingente populacional ou ainda pelo número de habitantes. Porém, os estudos mostram dificuldades para se classificar e definir critérios para determinar o que é uma pequena cidade.

Baseado no Estatuto das Cidades, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana através da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, e no IBGE (2010), que classifica as cidades quanto ao porte e o número populacional, considera-se como vila os assentamentos com menos de 2 mil habitantes, enquanto as pequenas, médias e grandes cidades a partir dos seus contingentes populacionais, definindo-se assim como pequenas cidades aquelas com um aglomerado populacional inferior a 100 mil habitantes. Desse número, até 500 mil habitantes são nomeadas de cidades médias e, acima de 500 mil habitantes, são denominadas de grandes cidades. Esse critério tem sido adotado pelo IBGE e pela maioria dos estudos que abordam o assunto.

Para caracterizar os critérios de pequenas cidades, na pesquisa foram utilizados dados do IBGE e autores que estudam o conceito delas, não evidenciando apenas o fator demográfico, mas também fatores econômicos, políticos e sociais.

Praticamente não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denominou de pequenas cidades, todavia, por outro lado, não se pode partir unicamente desse dado. Ao relacionar os elementos que classificam as cidades em pequenas, pode-se considerar as expressões de funcionalidades específicas de cada localidade, pois mesmo que se enquadrem em uma mesma faixa de número de habitantes, há ainda muitas especificidades entre estes espaços.

Santos (2010, p. 117) cita o termo "cidades locais", referindo-se aos aglomerados populacionais com uma extensão mínima, que " deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço", respondendo às "necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função que implica em uma vida de relações".

As cidades apresentam papéis importantes no seu desenvolvimento urbano local e, muitas vezes, regional, visto que os equipamentos urbanos são necessários para elas, principalmente para gerar uma melhor qualidade de vida para sua população.

Equipamentos urbanos aqui são todos os bens de utilidade pública destinados à prestação de serviço indispensável ao funcionamento de uma cidade. O autor considera que nas "cidades locais" para aquelas cidades localizadas em regiões que se modernizaram ou que

apresentam transformações espaciais em função principalmente dos avanços tecnológicos.

Para Santos (2008, p 58), “Hoje, cada cidade é diferente uma da outra, não importa o seu tamanho, pois as metrópoles também há diferença”. Como explica o autor,

A rede urbana é cada vez mais diferenciada, é cada vez mais complexificada; cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social de tal maneira que toda simplificação no tratamento dessas questões precisa ser superada. “[...] há, pois, diferenciação extrema entre os tipos de urbano. Houve um tempo em que se podia tratar a rede urbana como entidade onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou” (SANTOS, 2008, p. 58).

O espaço urbano brasileiro é intensamente diverso, dado pelo conjunto de informações e caracterizações que compõem as suas cidades, tais como diferenças de tamanho, número de habitantes, dinâmica econômica, política e cultura. Essa diversidade parece ser relevante pelo fato das estatísticas oficiais e análises tomarem por base o que se denomina o conjunto de cidades do território brasileiro.

Observando alguns estudos sobre as pequenas cidades, verifica-se que muitas delas têm passado por processos que as levam a perder papéis, enquanto em outros casos conseguem incorporar novos papéis e certo dinamismo. Nesse sentido, Coutinho (2011, p. 86) dá sua contribuição destacando que,

As cidades pequenas não se restringem somente à definição local, nem menos podem ser caracterizadas apenas como espaços destinados ao abastecimento das necessidades básicas da população residente nas áreas rurais que fazem parte dos municípios, nos quais os centros urbanos estão localizados, isso porque na era das redes aumenta o poder da articulação entre as cidades, incluindo as de pequeno porte, mesmo em menor proporção, quando comparadas com os grandes centros.

As pequenas cidades são vistas como uns núcleos de povoamento, no qual a população está dividida em diferenciadas proporções: atividades ligadas ao setor urbano e atividades rurais. Isso faz com que elas sejam caracterizadas como uma transição, com uma maior integração do rural-urbano, sem que haja um rígido limite entre elas.

Santos (2012) ressalta que para ser uma pequena cidade não basta ser um núcleo urbano, mas deve haver um padrão dominante no que diz respeito à presença da função político-administrativa.

Nota-se que não se possui um padrão para definir as pequenas cidades, e sim diversas formas de entendê-las, pois existem várias características que em alguns momentos se assemelham. Contudo, é necessário entender sua dinâmica, observando, assim, a sua produção e reprodução no espaço.

2.4 - PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA

Nesse subcapítulo aborda-se sobre as pequenas cidades na Amazônia. Nas últimas décadas, houve seu aumento expressivo, estando nelas presente grande parte da população local. Entender sua organização, estrutura e funções pode contribuir para a compreensão das médias e grandes cidades, haja vista que há muito que se discute sobre elas, principalmente na Amazônia Setentrional.

Quando tratamos dessa temática, temos a impressão que é a concretude da cidade, a qual nos coloca em contato com uma falta de infraestrutura, como asfaltamento nas vias, falta de esgoto sanitário, e uma impressão de que tudo está inacabado ou envelhecido. Contudo, essa segunda visão pode não ser apenas aparente por conta de que baseamos nossas concepções a partir da realidade de um urbano que, na maioria das vezes, não pode ser encontrado na Amazônia (OLIVEIRA, 2004).

Existe uma falsa impressão que as cidades amazônicas são pouco conhecidas, mas, nas últimas décadas, vem surgindo pesquisas sobre elas em especial àquelas desenvolvidas nas próprias instituições de pesquisas situadas na região. Essas pesquisas são responsáveis por gerar novos conhecimentos sobre a Amazônia e serem capazes de dialogar com estudos macrorregionais elaborados pelo IBGE e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que são fundamentais para o conhecimento da região, porém insuficientes para dar conta das especificidades das cidades amazônicas (OLIVEIRA, 2013).

Sob o ponto de vista urbano, Oliveira (2006) nos mostra que a região Amazônica, mesmo possuindo indicadores urbanos que fazem com que ela seja considerada uma “Floresta Urbana”, apresentou estatísticas bem peculiares: entre 1991 e 2000, aumentou o número de cidades, entretanto este aumento foi verificado com mais intensidade em relação às cidades consideradas pequenas em número de habitantes.

De um modo geral, houve uma mudança na produção dessas localidades, isso se deu ao maior acesso à tecnologia, ao conhecimento e à educação, favorecendo oportunidades para uma maior inserção e formação de profissionais especializados nessas localidades. Nesse sentido, os agentes sociais contribuem para essa reprodução.

Apesar de serem bastante representativas no quadro total das cidades brasileiras, hoje, na região Amazônica, elas tornam-se a maioria. À vista disso,

O Censo Populacional, IBGE (2000), contabilizou mais de 638 cidades-sedes de municípios com menos de 20.000 habitantes ou aproximadamente 85% do total das

idades-sedes na região. Em 2010, as cidades com menos de 20 mil habitantes representavam 64% do total (COSTA, 2012a, p. 60).

Conforme Oliveira (2013), atualmente as dimensões socioespaciais na Amazônia são compartilhadas diferentemente como era no passado, pois existem novos e velhos sujeitos (indígenas, movimentos sociais, empresas, governo, forças armadas, pacifistas e mídia) que produzem espacialidades diversas e articulam as estruturas preexistentes quase locais.

Desse modo, a produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é resultado da "mão invisível do mercado" nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com os outros seguimentos da sociedade (CORRÊA, 2011, p. 43).

Outras estão inseridas no processo direto da produção. Com isso, é ampliada a atuação do papel político, com as funções de controle das atividades econômicas, não só na tributação da produção local, mas inserindo-se em uma rede que ultrapassa o local. No entanto, apesar dessas mudanças, o papel político das pequenas cidades ocorre no âmbito local.

Apesar das conhecidas limitações ao acesso de tecnologia e informação em pequenas localidades, essa situação na atualidade já é bem menos expressiva do que foi no passado. O formato que uma cidade vai adquirindo é o resultado dos diversos agentes e fatores combinados no espaço e no tempo, desenvolvido por uma dinâmica socioeconômica. Costa (2012) também destaca que,

O estudo das pequenas cidades vem auxiliar a "compreender a Amazônia, não porque são importantes do ponto de vista político, mas porque são lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominantemente em outras regiões do Brasil".

Oliveira (2004, p. 01) ainda ressalta que a vida nas (das) pequenas cidades estão ligadas ao rio e à floresta. Elas trazem funções definidas, em grande parte, pela lógica global que rege a sociedade, pela posição ou situação geográfica que ocupam e pelos papéis político e administrativo que desempenham.

Trindade Junior, Silva e Amaral (2008) classificam as cidades da Amazônia em três padrões: o *padrão ribeirinho*, orientado direta ou indiretamente pelo rio; *padrão espontâneo*, como os que não obedecem a uma orientação referencial devido à sua construção aleatória que seguiu a necessidade e interesses de apropriação espacial de seus diferentes agentes; e *padrão pré-definido*, com as frações diferenciadas do espaço em relação à evolução histórica,

geralmente loteamentos públicos ou privados.

De acordo com Saint-Clair, nem toda cidade é ribeirinha, mesmo que esteja localizada às margens do rio, pois a cidade ribeirinha tem seus traçados de ruas ligados ao rio, assim como também toda a dinâmica da cidade está ligada ao movimento das marés, ao tempo da natureza. Seu padrão de ocupação foi rio/várzea/floresta. A cidade beira-rio se desenvolveu de costas para o rio, como a cidade de Belém, e sua dinâmica está ligada a fatores externos, às rodovias e à terra firme, com o padrão de ocupação rodovia/subsolo/terra-firme. As cidades ribeirinhas têm ligações identitárias com o lugar demonstrado em seu modo de vida, como interação de seus habitantes com os cursos fluviais em vários sentidos (TRINDADE JUNIOR; SILVA; AMARAL, 2008, p. 39-40).

O elemento urbanístico que representa uma cidade ribeirinha é o porto como local de partida e chegada. O trapiche compõe a paisagem inicial, e depois vem a sensação do espaço caótico. Logo após vem a feira, os fluxos que, juntos, marcam a dinâmica da cidade:

A feira e o porto registram na paisagem a dinâmica da cidade, seja pela hora de chegada e de partida dos barcos, seja pela lógica e forma de seu abastecimento, com produtos e fluxos notadamente locais e regionais que chegam por esses espaços. Eles dizem, de forma muito sutil, a hora que a cidade acorda, a hora que a cidade tem maior fluxo, a hora que chegam e partem de barcos, a hora que a cidade faz a sesta e a hora que a cidade vai dormir. Como um relógio cotidiano, eles revelam o ritmo e o tempo da própria cidade e da própria natureza (TRINDADE JUNIOR; SILVA; AMARAL, 2008, p.40).

O movimento populacional é marcado pelo pedestre, num ir e vir constante devido à proximidade dos locais, dos serviços, a não ser em comunidades distantes que dependem das pequenas embarcações para se deslocar, por uma, duas, três horas ou mais:

Na compreensão das cidades ribeirinhas da Amazônia, para além da paisagem aparente, é preciso atravessar o rio, pois do outro lado há sempre esperança. A complexidade da sociedade contemporânea não nos permite compreender a Amazônia apenas relacionando-a a crise, emersa no diagnóstico das carências, mas também como virtualidades e possibilidades (OLIVEIRA; SHOR, 2008, p. 23-24).

A questão das pequenas cidades urbanas da Amazônia é importante porque tem muito a ver com a expansão urbana, com o desenvolvimento que se deu na região nas últimas décadas, como também aos problemas ambientais. Tais problemas levaram o Estado federal a criar estratégias.

As pequenas cidades da Amazônia desempenham um papel fundamental na articulação produtiva regional, pois um amplo leque de estratégias territoriais - composto por áreas protegidas em macro escala - não permite o seu povoamento pleno (HUERTAS, 2009, p. 201).

Algumas dessas localidades se encontram em áreas demarcadas (indígenas), muitas

com dificuldades para o seu desenvolvimento, mas, mesmo assim, essas cidades buscam desempenhar seu papel de base logística, impulsionada pelo incentivo aos grandes empreendimentos e pela política de imigração induzida e financiada pelo Estado.

Além disso, outros fatores que contribuíram para esses surgimentos foram as grandes oportunidades de serviços a viajantes, aos inúmeros migrantes: colonos, administradores dos projetos, os trabalhadores de madeiras que chegaram em grande quantidade nos meados dos anos de 1970 até 1985/ 1988 (BARROS, 1995, p. 30). Não só o comércio favoreceu para o surgimento das pequenas cidades na região da Amazônia, como elementos articulados contribuíram para que a rede urbana pudesse fluir, proporcionando acessibilidade a todas as variáveis que constituem uma área urbana.

Conforme Oliveira (2013), uma das maneiras de entender como a dinâmica das cidades amazônicas ocorre é pela via da classificação das cidades. Classificá-las pode significar criar uma hierarquia estática entre elas, mas pode também ser o processo direto do entendimento das semelhanças e diferenças entre as diversas cidades que compõem a rede urbana.

A todo o momento, cada pequena cidade com suas especificidades se readaptam a uma nova realidade para atender às novas e constantes mudanças pelas quais a sociedade está passando. Tendo em vista o crescimento e as mudanças das pequenas cidades da Amazônia, destacando a sua articulação em rede urbana e reconhecendo o seu papel na estruturação, elas tiveram e têm muito a contribuir com o desenvolvimento da Amazônia Setentrional.

A realidade brasileira e a localização dessas cidades nos levam a entender que as mesmas se apresentam como de suma importância para o país. Santos (1988, p. 46) explana que "as cidades pequenas ou grandes, enquanto lugares, são singulares e uma situação não é semelhante a outra, e cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem ser comuns a vários lugares".

Portanto, a importância das cidades pequenas se faz tanto em escala regional quanto nacional. Para Sposito (2008, p. 34), a solução, enfim, é entender as diferentes dinâmicas que se articulam nos espaços urbanos, sejam eles de cidades pequenas, médias ou grandes. Sabendo que esses espaços são constantemente alterados visando à viabilização da vida cotidiana.

Tomando como exemplo o município de Ponta de Pedras-PA, o qual está inserido na realidade das pequenas cidades da Amazônia, temos uma pequena cidade que apresenta uma população de pouco menos de 26 mil habitantes, de acordo com os resultados demográficos do Censo 2010. Passou por diversos ciclos exploratórios da região: exploração da borracha, o

uso de produtos da floresta, extração de palmito, produção de mandioca e produção bovina, que se mostraram como motores da economia local no passado e presente. A economia local de Ponta de Pedras ainda mantém o vínculo com a criação de búfalos, e também com o cultivo de açaí que movimenta a economia na cidade (RANGEL, 2011).

Ponta de Pedras pertence ao conjunto de municípios considerados pequenos em termos demográficos, localizando-se na ilha de Marajó, aproximadamente a 50 km da capital Belém-PA e fazendo parte das 143 cidades pertencentes ao estado do Pará.

O município teve sua atividade econômica substituída em 1940. Antes, era a borracha, com a economia passando depois a ser por meio da criação de gado. Houve um aumento da população de aproximadamente 72%, em que neste momento predominava a população rural, representando 89% da população total. A população total flutuou entre 10 e 15 mil habitantes até 1970, estando ainda muito marcada pela predominância rural. A economia do açaí surge em meados dos anos 70, diante da qual o município apresenta um crescimento urbano e migracional proveniente de Belém (GUEDES; COSTA; BRONDIZIO, 2009) (COSTA; BRONDIZIO, 2009).

Ponta de Pedras possui uma peculiaridade em relação à dinâmica da cidade que é toda ligada ao rio, com o padrão de ocupação rio/várzea/floresta. A relação que a população tem com o rio é muito particular, uma vez que os rios são considerados as vias por onde essa população local mantém contato com seus parentes mais distantes e também por onde acessam os recursos e serviços da cidade. São famílias inteiras circulando por canoas, rio acima e abaixo; são crianças que se deslocam manhã e tarde a caminho da escola; são chefes de família que saem de seus sítios rio afora para efetuar suas compras na cidade. Assim, a população fortalece, estreita e consolida a relação da população local com o rio, afinidade essa que somente pode ser entendida por quem a vive (RANGEL, 2011).

O porto da cidade de Ponta de Pedras se configura como o ponto de partida e chegada do município. São as viagens a barco, travessias em voadeiras que permitem o contato externo. Por mais que a cidade apresente aspecto bucólico e tranquilo, aspecto muito particular dos pequenos municípios da Amazônia, não podemos deixar de nos atentar à relação existencial entre pequenos núcleos que se integram de forma gradativa com as forças reprodutivas externas (RANGEL, 2011).

No que diz respeito às residências construídas na área urbana, elas se localizam ao longo da várzea e possuem jardins com açazais. Nas áreas de terra firme, a paisagem urbana é caracterizada por edificações de tipologia mista (alvenaria e/ou madeira) ao longo das estradas não pavimentadas e ocasionalmente escurecidas pelas plantações dispersas de açaí.

Outra questão é o crescimento contínuo da cidade desde 1980, em que a maior parte dessa ocupação se caracteriza por ser clandestina (RANGEL, 2011).

Com o crescimento urbano desordenado, sendo alvo de interesses de especulação política, não é oferecido o mínimo de infraestrutura nem a regularização de lotes. Isso acaba afetando no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), coletado pelo município, que representava em 2007 somente 0,04% (aproximadamente 4 mil reais) do orçamento municipal anual. Isso é resultado da irregularidade de uso do solo urbano, que causa impactos nos impostos e reflete a negligência do poder público para administrar esse fenômeno urbano.

As pequenas cidades têm, em geral, economias de transformação frágeis, a dependência elevada de subsídios federais, maiores disponibilidades de emprego no setor público, baixa competência em oferecer serviços básicos tais como acesso à infraestrutura, educação e segurança pública, e predominância das atividades rurais que funcionam como parte de um sistema econômico informal (GUEDES; COSTA; BRONDIZIO, 2009 apud COSTA; BRONDIZIO, 2009).

Assim é o caso de Ponta de Pedras, que possui uma arrecadação baixa e depende dos subsídios do governo federal e programas assistenciais. Os cargos públicos são alvo de barganha política, sendo criados para a criação de aliança e favoritismo. Já os empregos informais são provenientes da extração de recursos naturais, trabalho temporário, comércio ambulante, artesanato e venda de produtos de catálogos. As ações governamentais não são suficientes para geração de emprego e renda, ocasionando o crescimento do comércio informal (RANGEL, 2011).

Costa e Brondizio (2009, p.2016) afirmam que, cada vez mais, uma parte significativa dessas economias está associada aos programas federais de transferência de recursos, tais como "bolsa família", o qual representa a principal fonte de renda para muitas famílias que vivem em várias pequenas cidades da região e caracterizadas por um setor informal crescente e por distinções imprecisas entre rural/urbano. De acordo com dados do governo federal (2008), aproximadamente 40% das famílias dos municípios da Amazônia legal são atendidas com o Programa Bolsa Família, representando uma importante fonte de renda para essas pessoas.

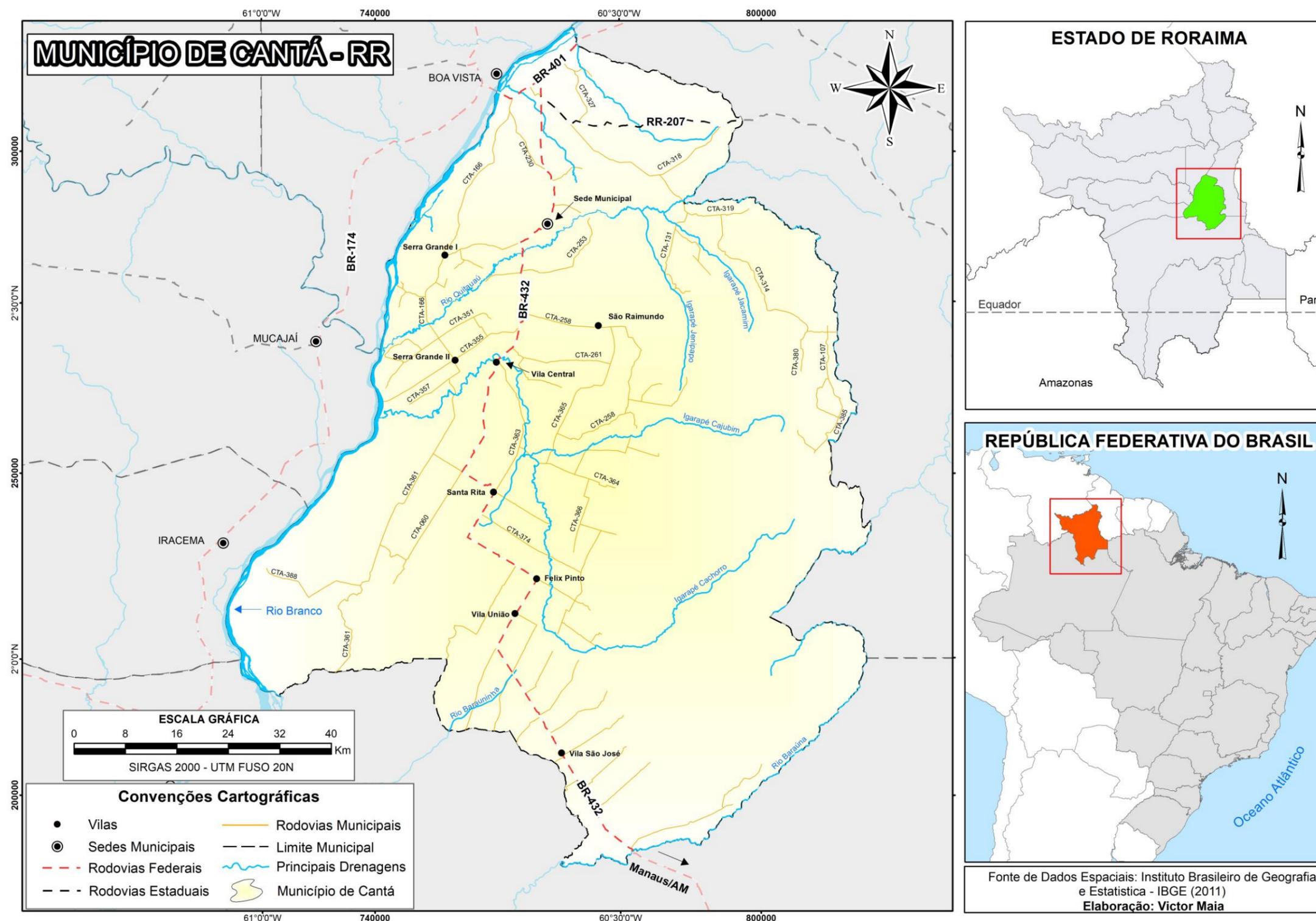
3 CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO CANTÁ-RR

Segundo o IBGE (2010), o município do Cantá está localizado na região centro - leste do estado de Roraima, limitando-se ao norte com a capital Boa Vista e o município de Bonfim; ao sul com Caracará; a leste com Bonfim; e a oeste com Mucajaí e Iracema.

O município do Cantá, uma área de 7.664,831 km², que corresponde a 3,41% do território de Roraima, possui uma população de 13.902 habitantes (IBGE 2010) o que corresponde a uma densidade demográfica de 1,81 hab/km². Ainda segundo o IBGE (2018), a população estimada é de 17.868 habitantes com densidade demográfica de 2,01 hab/km². O município de Cantá foi criado pela Lei nº 099 de 17 de outubro de 1995. Na figura 1 podemos ver a localização da área de estudo.

De acordo com a SEPLAN (2014), o Cantá se originou da Vila ou Colônia Brás de Aguiar em meados do século XX quando foi desmebrado do município de Bonfim. A Colônia Brás de Aguiar recebeu essa denominação principalmente em homenagem ao capitão-de-mar-e-guerra Brás Dias de Aguiar, que foi um importante geógrafo e demarcador das fronteiras brasileiras. De acordo com dados do Ministério da Defesa (2004), a Colônia Brás de Aguiar, foi criada com a finalidade de abastecer Boa Vista com produtos de primeira necessidade, entre os quais merece destaque o arroz e a mandioca.

Figura 1- Mapa de localização do município do Cantá-RR.



Fonte: IBGE (2011) Elaborado por Victor Maia.

3.1 A GÊNESE DA COLÔNIA

A criação do município do Cantá se originou da colônia agrícola Brás de Aguiar, com finalidade de produzir gêneros alimentícios para abastecer o mercado consumidor de Boa Vista em meados da década de 1940 (SOUZA; FILHO, 2018). Segundo Souza (2014), os assentamentos agrícolas, além de abastecer o consumo boavistense, tinham como objetivo diminuir a dependência de consumo dos produtos de Manaus.

De acordo com Silva (2001), a colônia agrícola foi criada através da Divisão de Produção Terras e Colonização DPTC. Existia a necessidade de se povoar as regiões mais ao norte de Manaus aproveitando o já existente município de Boa Vista e outras vilas que se localizavam entre Manaus e as áreas fronteiriças com a Venezuela e a Guiana. Diante disso, o governo federal criou por Decreto-Lei de 24 de julho de 1945 a DPTC cuja finalidade era a de estudar os diferentes aspectos que possibilitasse sua ocupação, exploração e defesa da região.

A DPTC, ligada diretamente ao governo federal, iniciou uma política de colonização através de propaganda e incentivo aos que se dirigissem à região. Estima-se que a nova política de migração tenha atraído entre 30 a 50 mil trabalhadores, a maioria vindos do nordeste brasileiro para a Amazônia (FREITAS, 1996).

Segundo Kotinsk (1999), a criação da Colônia Braz de Aguiar ocorreu em 1944, entretanto a implantação foi acontecendo de forma gradativa, já que dependia do assentamento de colonos que viriam de variadas regiões brasileiras. Os moradores antigos relatam que os colonos eram cadastrados e destinados a colônias, recebiam hospedagem, quantia em dinheiro, ferramentas e terras.

De acordo com Silva (2001) esses trabalhadores passaram por várias dificuldades, assim como epidemias e doenças, por estarem em áreas pouco conhecidas e depois pelo abandono evidenciado pelo pouco interesse do governo em investimentos na região. Muitos desses nordestinos voltaram ao seu estado de origem, a maioria em condições piores do que haviam chegado, outros que decidiram ficar, buscaram novas áreas de colonização.

A Colônia Brás de Aguiar começou a receber incentivos à sua colonização a partir de 1951. Sua ocupação administrativa estava a cargo do DPTC, que criou uma infraestrutura para recrutar e assentar os imigrantes na colônia (SILVA, 2001). De acordo com Kotinsk (1999), o ano de 1951 foi considerada a época de maior impulso, acontecido após as discontinuidades administrativas e aos problemas relacionados aos colonos que não permaneciam na área.

Os colonos recebiam ferramentas agrícolas gratuitas, bem como a promessa para o escoamento da produção. A área que ocupariam na colônia estavam dividida em 45 lotes, cada um medindo 200 x 1200 metros estrategicamente demarcados às margens do igarapé Sucurijú. Os primeiros que chegaram eram constituídos, em sua maioria, por cearenses (em torno de 25 famílias), seguido de piauienses, maranhenses, paraibanos e potiguares (SILVA, 2001).

De acordo com Silva (2007), embora o início do fomento da produção agrícola tenha se iniciado em 1951, foi apenas em 1953 que a colônia contava com 58 famílias, as quais se dispersavam dentro da floresta. Inicialmente, os colonos abriram clareiras ao longo dos igarapés Jabutí e Cantar. Embora a cultura do arroz fosse a mais importante na época, a mais difundida era a da mandioca.

Segundo Silva (2001), no que diz respeito aos assentamentos, esses locais não possuíam marcos legíveis delimitando os lotes para cada família. A área às margens do igarapé, cujas águas deveriam abastecer as roças, logo se revelou um dos piores obstáculos, pois as chuvas faziam com que transbordasse com isso inundando as roças. A cada dificuldade encontrada era visível a saída dos ocupantes daquele espaço e, com isso, chegavam novos colonos os quais ocupavam os lotes vazios, como relatado.

Embora a colônia tenha sido criada com objetivo inicial de abastecer com gêneros alimentícios a capital Boa Vista, nos primeiros anos a produção era considerada baixa, suprimindo apenas o consumo interno dos moradores. Após um período de tempo, os moradores foram descobrindo formas para solucionar problemas de produção.

Meneses e Veras (2018) nos apresentam, por meio de entrevista realizada com o senhor Osvaldo Aureliano da Costa, filho de José Aureliano da Costa, um dos moradores antigos que chegou na década de 1940 juntamente com outras famílias para povoar e produzir na região, que os primeiros comércios foram realizados na base de troca, em que a produção era cambiada por materiais de primeira necessidade e quase não era utilizada a moeda corrente.

Silva (2001) nos mostra que a quantidade de novos imigrantes chegados à colônia fez crescer a quantidade de áreas ocupadas, bem como a necessidade de expandir o núcleo urbano, que se originou ao longo do igarapé Sucurijú em sua margem esquerda. Com a chegada de veículos à vila, o número de casas começou a aumentar, assim como o escoamento mais rápido da produção para abastecer Boa Vista.

Na década de 50, as colônias agrícolas já produziam uma quantidade suficiente para abastecer todo território. A capital Boa Vista era abastecida de grãos de primeira necessidade

na base da alimentação, como o arroz, e quando faltavam alimentos ou outros produtos, os aviões búfalo da Força Aérea Brasileira – FAB transportavam até Roraima (KOTINSK, 1999). Nesse sentido, Kotinsk (1999, p. 14) esclarece que:

A partir da década de 1950, os encarregados pela colônia influenciavam os colonos a praticarem a pecuária e, alguns relatos mostram que, voando-se na região, não se observava mais nenhum vestígio de ocupação indígena, somente as clareiras abertas pelos colonos ali introduzidos. As referências sobre a aldeia é de Deodato Bandeira, inspetor que relatava sobre o Rio Branco.

A década de 1960 foi marcada pela chegada da energia elétrica e com ela veio o sistema de ensino MOBREAL, destinado à alfabetização de adultos. Outra atividade que marcou essa época foi o início da atividade de criação de gado que logo se desenvolveu.

No fim da década de 1970, iniciou-se o processo de aberturas de novos trechos de estradas que se denominaria de Confiança I, isso devido fato do esgotamento do solo e a necessidade de áreas mais produtivas.

Segundo Almeida e Oliveira (1998 apud SILVA, 2001), a partir a partir da década de 1980, com o surgimento de novos lotes, inicia-se uma forte política de assentamento de novos colonos através dos projetos Programa de Assentamento Dirigido – PAD, no qual o INCRA assumia a responsabilidade de organização e implantação de infra-estrutura física, seleção e assentamento dos beneficiados nos respectivos lotes; e os Programas de Assentamento Rápido – PAR, cujo objetivo consistia apenas na demarcação dos lotes, de modo a garantir uma rápida interação na região onde se localizavam e permitir a ocupação do espaço definido no projeto em período de tempo curto.

As migrações para o estado, vindas dos mais distintos pontos do país, permitiram que se formasse uma teia de estradas no meio do lavrado chegando até a mata densa. Estas estradas ou vias pelas quais davam acesso aos colonos a seus lotes passaram a ser designados pelos mais diferentes nomes e especificações, cabendo a cada uma delas um detalhamento que as diferenciavam entre si.

Silva (2001) explica que existia a necessidade de garantir uma infra-estrutura mínima, com isso fazendo que fossem aproveitados os “picadões” abertos na mata, melhorando o acesso com máquinas de grande porte, assim surgindo as principais vias de acesso denominadas Confianças I, II e III, que eram conhecidas como “estradas tronco” por possuírem apenas uma forte extensão que permitia ser percorrida de seu início ao fim sem desvios. Essas estradas foram muito importantes para o desenvolvimento da colônia, possibilitando o acesso e o escoamento da produção.

A via de acesso Confiança III recebe um destaque pelo fato de possuir em suas

margens uma grande quantidade de colônias agrícolas e um grande número de vicinais, picadões e habitantes, permitindo o acesso a cerca de quatro vilas: Vila Central, Vila Santa Rita, Vila Felix Pinto e Vila União.

Com o desenvolvimento da colônia, é importante destacar que a implantação das colônias agrícolas foram importante para o surgimento de novos municípios no estado de Roraima, nisso destacando-se o município do Cantá, que anos mais tarde passou por um processo de emancipação (MENESES; VERAS, 2018)

Nesse sentido, Kotinsk (1999) explica que para Cantá se tornar de fato município, foi um longo período de implantação ou idealização por parte de um grupo incentivando a produção, o que proporcionou o crescimento e provocou a emancipação política, enquadrando-o no grupo dos 15 municípios de Roraima.

A origem do nome do município é derivada de uma planta existente na região, encontrada na Serra do Cantá localizada próximo a sede do município. A planta foi batizada com esse nome pelos nativos locais que, posteriormente, passaram a chamar a área pelo mesmo nome devido a grande quantidade em que ela podia ser encontrada na região (GOVERNO DE RORAIMA, 2015).

A emancipação política do Cantá ocorreu em 1995 por meio da Lei nº 099 de 17 de outubro de 1995, que cria o município de Cantá e dá outras providências. Um dos seus primeiros loteamentos foi o Cidade Santa Cecília, construído pouco mais de 5 km de Boa Vista em direção ao Cantá (SILVA, 2001). Seu primeiro prefeito eleito foi Paulo de Souza Peixoto (PTB), que tomou posse em 1º de janeiro de 1997 e assumiu durante os anos de 1997 - 2000 e 2001 – 2004. No período de 2005-2008 foi eleito o prefeito Zacarias Assunção Ribeiro Araújo (PRONA), sendo este reeleito em 2008 para o mandato entre 2009-2012 (GOVERNO DE RORAIMA, 2015).

Contudo, no que diz respeito à formação do município do Cantá, diversos fatores fizeram parte desse processo, destacando-se principalmente a criação das colônias agrícolas as quais podem ser consideradas o início do núcleo urbano que formaram esses municípios, como é o caso do Cantá, e que se consolidaram com sua emancipação anos mais tarde.

3.2 INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DO CANTÁ

De acordo com o Censo do IBGE (2010), os bairros e localidades do município são: Bairro Novo, Centro, Cidade Santa Cecília, Confiança III, Vila São Raimundo, Vila Felix

Pinto, Vila do Aguiar, Vila União, Vila Santa Rita, Vila central, Vila Serra Grande I e Vila Serra Grande II.

No que se refere à malha rodoviária municipal, esta apresenta uma extensão de 588,4 km dos quais 555,2 km apresentam revestimento primário e 33,2 km de leito natural. O acesso do município a Boa Vista é realizado pela BR-401 e BR-432, distando 35 km completamente pavimentados.

Em relação ao clima, o município é do tipo quente e semiúmido com 5 a 6 meses secos e duas estações bem distintas: verão (época seca) e inverno (época de chuva), com a primeira de outubro a março e a segunda de abril a setembro. A média da temperatura é de 27,5 °C. Com relação às precipitações pluviométricas, apresenta uma distribuição irregular ao longo de todo o ano, com precipitação média se situando entre 1.750 a 2.000 mm (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2004).

Quanto à fitoecologia, Segundo o Ministério da Defesa (2004 apud SEPLAN, 2014), o município do Cantá apresenta basicamente uma composição vegetacional onde a cobertura florestal predominante é do tipo Ombrófila Densa, caracterizada pela exuberância de sua cobertura vegetal e predomínio de árvores emergentes de grande porte. As Formações Pioneiras compreendem um tipo de vegetação primária, de caráter edáfilco, que ocupa terrenos com solos enriquecidos por sucessivos depósitos de aluvionares.

Sobre a hidrografia, Cantá é drenado pelos rios Branco, Quitauaú e Baruana (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2004). Corroborando com os estudos do ZEE (2002), a rede hidrográfica da região apresenta os igarapés Cajubim, Cachorro, Guaruma, Jacamim e Jenipapo. Quanto às unidades de conservação, no Cantá não consta até o momento nenhum dado neste item para o município.

Tabela 2- Terras indígenas, área total, população indígena (estimada) municípios abrangidos.

Terra indígena	Etnia indígena	Município	Superf. (Ha)	Situação	Ato legal	População indígena
Tabalascada	Wapixana	Cantá	13.024	Delimitada	PD 3010- 30.12.02	546

Fonte: Fundação Nacional do Índio – FUNAI-RR;Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES.

Em relação às terras indígenas (conforme a tabela 2), existe a comunidade Tabalascada (grupo indígena Wapixana), com área delimitada de 551,8 km² (GALDINO, 2017) e população de 546 (IBGE, 2010). Quanto à distribuição das terras indígenas no estado de Roraima no ano de 2011, podemos observar na tabela 3.

Tabela 3- Distribuição das terras indígenas do Estado em 2011.

Área institucional por município (participação)								
MUNICÍPIO	FUNAI	ICMBIO	INCRA	APA	Militar	Total institucional	Total	Área remanescente
Alto alegre	75,50%	6,20%	4,40%			86,10%	100,00%	13,90%
Amajari	60,20%	6,20%	2,60%			69,70%	100,00%	30,30%
Boa vista	24,80%		13,80%		0,70%	39,30%	100,00%	60,70%
Bonfim	21,20%		2,10%		1,90%	25,10%	100,00%	74,90%
Cantá	7,20%		22,00%			29,20%	100,00%	70,80%
Caracaraí	16,20%	20,10%	4,20%	32,20%	5,40%	78,20%	100,00%	21,80%
Caroebe	54,40%		12,40%			66,70%	100,00%	33,30%
Iracema	75,70%		8,80%			84,60%	100,00%	15,40%
Mucajá	56,20%	1,90%	9,30%			67,40%	100,00%	32,60%
Normandia	96,40%					96,40%	100,00%	3,60%
Pacaraima	97,90%					97,90%	100,00%	2,10%
Rorainópolis	19,30%	7,70%	7,60%	46,90%		81,40%	100,00%	18,60%
São João da Baliza	47,90%		6,60%			54,50%	100,00%	45,50%
São Luiz			12,00%			12,00%	100,00%	88,00%
Uiramutã	99,70%	14,60%				99,70%	100,00%	0,30%
Roraima	46,20%	7,60%	6,00%	13,80%	1,20%	74,20%	100,00%	25,80%

Fonte: SEPLAN – Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial (CGPTERR); Anuário 2013 Instituto Chico Mendes de Biodiversidade –ICMBio; Área de Preservação Ambiental – APA; INCRA – Administra terras públicas da União.

Conforme a tabela acima, o Cantá se destaca por apresentar 7,2% da área institucional sob responsabilidade da FUNAI; 22% do INCRA, totalizando uma área institucional de 29,2% e remanescente de 70, 8%.

De acordo com a tabela 4, podemos observar a população residente e estimada nos municípios de Roraima entre os anos de 2006 a 2013, destacando-se o Cantá.

Tabela 4- População residente e estimada no Cantá e em Roraima – 2006 a 2013

	*2006	2007	*2008	*2009	2010	*2011	*2012	*2013
CANTÁ	10.826	11.119	11.638	11.942	13.902	14.311	14.707	15.393
RORAIMA	403.344	395.725	412.783	421.499	450.479	460.157	469.524	488.072

Fonte: IBGE-Contagem da População 2007/Censo 2010; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES.

IBGE/Informações estatísticas (*) População Estimada 2006/2008/2009/2011/2012/2013.

Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

Conforme é possível observar, a população era de 10.826 habitantes; nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 a população aumentou, atingindo um número de 15.393 habitantes em 2013.

Na tabela 5, podemos observar a densidade demográfica comparativa, nos anos 2000, 2007, 2010 e 2013, em que temos a comparação do município do Cantá com Amajari, Boa Vista, São Luiz, Estado de Roraima, Região Norte e Brasil.

Tabela 5- Densidade demográfica comparativa 2000, 2007, 2010 e 2013.

ANO	CANTÁ	AMAJARÍ	BOA VISTA	SÃO LUIZ	RORAIMA	NORTE	BRASIL
2000	1,12	0,19	35,27	3,48	1,45	3,35	19,94
2007	1,45	0,27	43,93	3,75	1,76	4	22,3
2010	1,8	0,33	49,98	4,42	2,01	4,12	22,43
*2013	2,01	0,37	54,33	4,72	2,18	4,41	23,61

Fonte: IBGE-Contagem da População 2007/Censo 2010; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES. IBGE/Informações estatísticas (*) Estimativa para 2013. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

A densidade demográfica média da população do município do Cantá é de 2,01 hab./km² em 2013, o que indica ser um dos municípios com menor densidade do estado de Roraima. Comparativamente, a densidade média do município do Cantá é superior ao município do Amajari, que possui densidade de 0,37 hab./km², a menor do estado, bem como é inferior a capital Boa Vista (54,33 hab./km²) e São Luiz (4,72 hab./km²), este último sendo o município de maior densidade, depois da capital.

Na tabela 6, podemos observar a população residente estimada e densidade demográfica do Cantá.

Tabela 6- População estimada e densidade demográfica – Cantá.

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)
1997	8.208	1,07
1998	8.659	1,13
1999	9.112	1,19
2001	8.922	1,16
2002	9.213	1,2
2003	9.511	1,24
2004	10.213	1,33
2005	10.482	1,37
2006	10.826	1,41
2008	11.638	1,52
2009	11.942	1,56
2011	14.312	1,87
2012	14.707	1,92
2013	15.393	2,01
2014	15.774	2,06
2015	16.149	2,11
2016	16.516	2,15
2017	16.877	2,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Elaboração: SEPLAN-(2017)
Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019)

No ano de 1997, o município possuía uma população residente de 8.208 habitantes, o que correspondia a 1,07 hab/km² e, no ano de 2017, uma população de 16.877 habitantes, correspondendo a 2,20 hab/km². Sendo assim, nota-se um crescimento significativo da população num período de tempo de 20 anos em que o número de habitantes praticamente dobrou.

Quanto à taxa de urbanização do município, podemos observar na tabela 7 uma comparação nos anos de 2000, 2007 e 2010, em que os dados são exibidos em porcentagem.

Tabela 7- Taxa de urbanização comparativa 2000, 2007 e 2010 (em %).

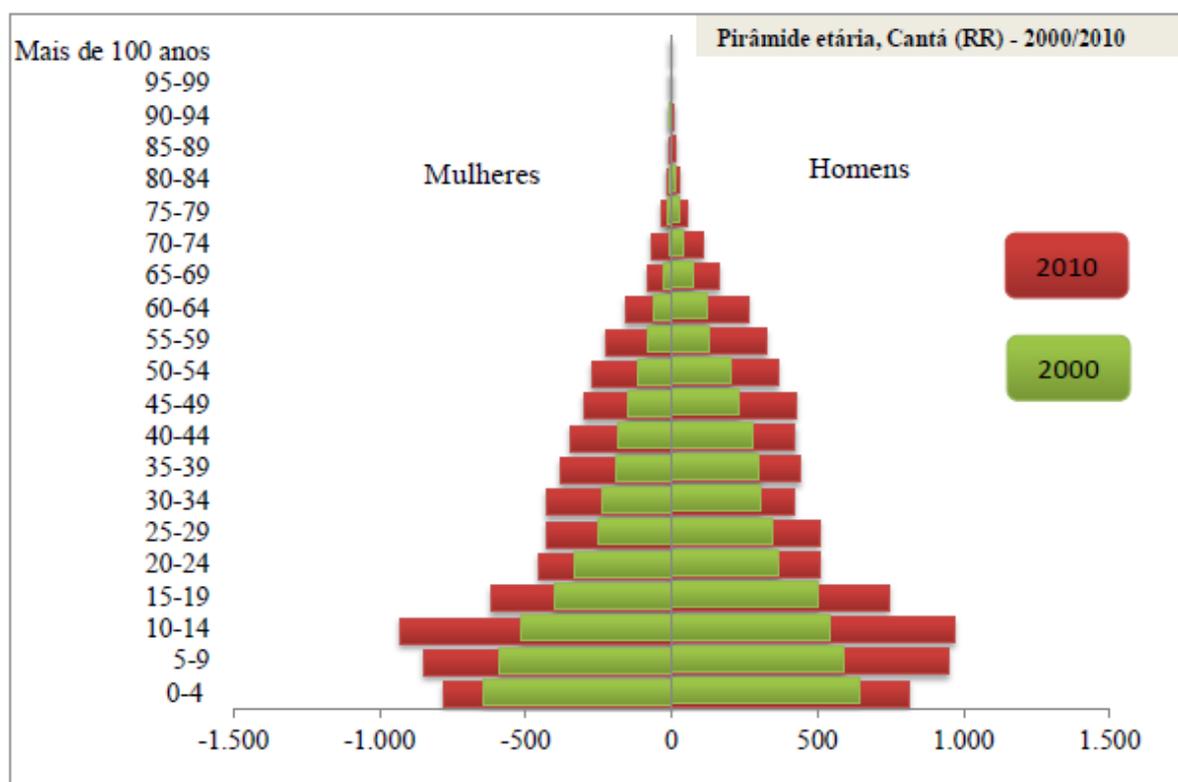
MUNICÍPIOS E REGIÕES COMPARADAS							
ANO	Cantá	BOA VISTA	IRACEMA	UIRAMUTÃ	RORAIMA	NORTE	BRASIL
2000	13,48	98,27	67,52	9,05	76,15	69,7	81,21
2007	16,59	98,52	70,58	9,83	77,58	80,51	83,48
2010	16,24	97,71	46,9	13,59	76,41	77,9	84,4

Fonte: IBGE – Censos 2000/2010. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

De acordo com a SEPLAN (2014), a taxa de urbanização do município do Cantá em 2010 foi de 16,24%, o que indica ser um dos municípios de baixa taxa no estado de Roraima, perdendo apenas para o município do Uiramutã, que apresentou uma taxa de urbanização de 13,59% no ano de 2010.

Quanto à estrutura etária da população, podemos ver no gráfico 1 as pirâmides representam por sexo e refletem a evolução da taxa de fecundidade, expectativa de vida e migrações. Nesse contexto, as pirâmides etárias do município de Cantá entre 2000 e 2010 tiveram como base os dados do Censo Demográfico 2000 e 2010 disponibilizados pelo IBGE.

Figura 2 - Distribuição da população, por faixa etária e sexo, do Município de Cantá – RR em 2000 e 2010.



Fonte: IBGE – Censos 2000 e 2010. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

É possível perceber a mudança ocorrida no período entre 2000 e 2010 na distribuição da população do Cantá, notando-se um aumento relativo da população para as faixas etárias acima de 24 anos. Quanto à estrutura etária, observamos que em 2010 a população do Cantá poderia ser denominada “adulta”, pois um parcela significativa dos habitantes do município era de população em idade ativa entre 15 e 64 anos, seguida de “jovens” menores de 14 anos de idade e de idosos com idade superior a 65 anos.

Para analisar os parâmetros de condições de vida, leva-se em consideração o fundamento que a população tenha acesso ao mercado de trabalho. Para contextualizar, fez-se uso do parâmetro fundamental que é a População Economicamente Ativa (PEA), distribuída nos diversos setores e seu nível de ocupação, verificada na tabela 8.

Tabela 8- Indicadores gerais de mercado de trabalho – 2010.

INDICADORES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
POPULAÇÃO RESIDENTE	7.538	6.364	13.902
Pop. Economicamente ativa	2.737	1.804	4.541
Pea desocupada	107	136	243
Pea ocupada	2.631	1.667	4.298
-De 16 a 24 anos	463	295	758
-Rendimento médio (em r\$)	774,48	751,48	765,35
POP. ECONOMICAMENTE ATIVA	2.737	1.804	4.541
-Branca	422	278	700
-Preta	153	97	250
-Amarela	26	27	53
-Parda	1.707	1.095	2.802
-Indígena	429	307	736
-Não declarado	0	0	0
POP. NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	3.060	2.922	5.982
-Branca	362	311	673
-Preta	248	183	431
-Amarela	47	48	95
-Parda	2.168	2.081	4.249
-Indígena	235	299	534
-Não declarado	0	0	0

Fonte: CENSO/2010 - IBGE. Adaptação SEPLAN/CGEES. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

Segundo dados do IBGE (2000), o município do Cantá possuía, no referido ano, 8.571 habitantes e uma PEA de 3.537 equivalente a 41,27% da população total. Porém, em 2010, a população do município totalizou 13.902 habitantes e uma PEA de 4.541. Com isso, pode-se afirmar que a sua população total teve aumento de 62,19%, enquanto que a PEA corresponde a 32,66% da população total.

Conforme a tabela 9, tem-se os dados referentes ao número de empregos formais em 31 de dezembro de 2011, mostrando-se os indicadores por gênero.

Tabela 9- Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2011.

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
Total das atividades	405	264	664
Indústria de transformação	87	13	100
Construção civil	5	5	10
Comércio	27	5	32
Serviços	22	3	25
Administração pública	166	232	398
Agropecuária	98	6	104
Idade de 18 a 24 anos	46	14	60
Ocupações com maiores estoques	Masculino	Feminino	Total
Professor de nível médio da educação infantil	48	92	140
Auxiliar de serviços de importação e exportação	47	67	114
Assistente administrativo	18	26	44
Inspetor de alunos de escola pública	15	19	34
Agente comunitário de saúde	10	11	21

Fonte: RAIS/2011 – MTE. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

Observa-se que, no ano de 2011, a atividade que mais gerou número de empregos foi a administração pública, totalizando um número de 398, seguido da agropecuária com um total de 104. Chama-se atenção para a forte presença dos homens na ocupação dos empregos formais, totalizando um número de 405 enquanto as mulheres são 264.

Na tabela 10, tem-se a remuneração média de empregos formais de 31 de dezembro de 2011.

Tabela 10- Remuneração média de empregos formais em 31 de dezembro de 2011.

INDICADORES	MASCULINO	FEMININO	MÉDIA
TOTAL DAS ATIVIDADES	5.539,26	5.248,62	5.503,55
Indústria de transformação	1.030,66	807,41	1.001,64
Construção civil	1.279,63	1.279,63	1.279,63
Comércio	683,91	670,43	681,80
Serviços	1.051,48	1.189,46	1.068,04
Administração pública	637,31	618,13	626,13
Agropecuária	856,27	683,56	846,31
Idade de 18 a 24 anos	680,47	632,16	669,20
OCUPAÇÃO COM MAIORES ESTOQUES	REMUNERAÇÃO MÉDIA/MASCULINO	REMUNERAÇÃO MÉDIA/FEMININO	REMUNERAÇÃO MÉDIA /MÉDIA
Professor de nível médio na educação infantil	609,16	647,05	637,06
Auxiliar de serviços de importação e exportação	627,56	570,77	594,18
Assistente administrativo	742,60	725,59	732,18
Inspetor de alunos de escola pública	557,23	559,02	558,23
Agente comunitário de saúde	589,63	575,28	582,11

Fonte: RAIS/2011 – MTE. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

No período de 31 de dezembro de 2011, podemos notar que a atividade que mais remunerou foi a construção civil, com uma média de 1.279,63, bem diferente da administração que, nesse mesmo ano, foi a atividade mais prejudicada, com uma média de 626,13.

Na tabela 11, encontra-se a variação do emprego formal em 31 de dezembro entre 2010 e 2011.

Tabela 11- Variação do emprego formal em 31 de dezembro entre 2010 e 2011.

INDICADORES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
TOTAL DAS ATIVIDADES	132	209	336
Indústria de transformação	-76	-13	-89
Construção civil	2	4	6
Comércio	3	-5	-2
Serviços	-7	-12	-19
Administração pública	166	232	398
Agropecuária	44	3	47
Idade de 18 a 24 anos	7	-4	3
OCUPAÇÕES COM MAIORES VARIAÇÕES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Professor de ensino médio na educação infantil	48	92	140
Auxiliar de serviços de importação e exportação	46	67	113
Inspetor de alunos escola pública	15	19	34
Assistente administrativo	15	19	34
Serrador de madeira	-18	-2	-20
Agente comunitário de saúde	10	11	21
OCUPAÇÕES COM MENORES VARIAÇÕES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Operador de serras no desdobramento de madeira	-28	0	-28
Serrador de madeira	-18	-2	-20
Auxiliar geral de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	-5	-3	-8
Classificador de madeira	-5	-2	-7
Serrador de madeira (serra circular múltipla)	-4	0	-4

Fonte: RAIS/2010 e 2011 – MTE. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

Quanto à variação de emprego formal no período entre 31 de dezembro de 2010 e 2011, temos como ocupação de maior variação a de professor de ensino médio na educação infantil e, como ocupação de menor variação, a de operador de serras no desdobramento de madeira.

No que diz respeito a educação no Cantá, o número de matrículas totaliza 5.344 em 2010, 5.017 em 2011 e 5.189 em 2012. Destas, o maior número de matrícula totaliza para o ensino fundamental: 3.628 em 2010, 3.485 em 2011 e 3.486 em 2012.

Por sua vez, a educação infantil apresentou 761, 738 e 738 alunos matriculados, respectivamente, nos anos de 2010, 2011 e 2012, enquanto o nível médio apresentou 558, 517 e 574 matrículas, respectivamente.

Podemos observar na tabela 12 a matrícula inicial, funções docentes e estabelecimentos por nível no município do Cantá em 2010.

Tabela 12- Matrícula inicial, funções docentes e estabelecimentos por nível -município do Cantá – 2010.

Município	2010				
	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	FEDERAL	TOTAL
Cantá					
Educação infantil	0	761	0	0	761
Ensino fundamental	2.323	1.305	0	0	3.628
Ensino médio	558	0	0	0	558
Educ. Jovens e adultos	218	127	0	0	345
Educação especial	25	27	0	0	52
Total de alunos	3.124	2.220	0	0	5.344
Nº de professores	185	0	0	0	185
Nº de escolas	17	0	0	0	17

Fonte: SEPLAN-RR/CGEES. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

Para as variáveis, funções docentes e número de estabelecimentos de ensino, constata-se que no ano de 2010 foram contabilizadas 3.124 matrículas na rede estadual, 2.220 na rede municipal, totalizando 5.344 matrículas. Foram contabilizadas 185 funções docentes e 17 estabelecimentos para o ano de 2010.

Na tabela 13, tem-se o número de matrículas, de professores e de escolas nas comunidades indígenas da rede estadual de ensino nos anos de 2004 a 2012.

Tabela 13- Nº de Matrículas, de professores e de escolas nas comunidades indígenas na rede estadual de ensino – 2004 a 2012.

Nível	ANO									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
MATRÍCULAS	787	800	891	887	717	816	803	792	783	
Nº DE PROFESSORES	66	85	*	86	67	78	71	69	76	
Nº DE ESCOLAS	8	8	21	0	8	11	8	7	8	

Fonte: SECD/RR – Gerência de Avaliação e Informação Educacionais/GAIE; Elaboração SEPLAN/CGEES. * Dados não informados. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

No ano de 2004, nota-se o número de 787 matrículas e, em 2012, temos um número de 783. Quanto ao número de professores, temos o número de 66 em 2004 e de 76 em 2012, observando-se um aumento de 10 professores nesse intervalo de tempo. Quanto ao número de

escolas, temos 8 em 2004 e 8 em 2012, porém nesse intervalo de tempo houve variações quanto a esse número.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador criado pelo MEC para medir a qualidade na educação em uma escala crescente que varia de zero a dez, em que quanto maior mais elevada a qualidade, a tabela 14 apresenta como o Cantá apresenta o IDEB na rede pública estadual e privada de 2005 a 2011.

Tabela 14- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município do Cantá na rede pública, estadual e privada– 2005 a 2011.

Rede pública	IDEB observado					Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
Roraima	4ª série/5ºano	3.6	4.1	4.2	4.5	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8
	8ªsérie/9ºano	3.2	3.5	3.7	3.6	3.2	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.2
	3º série E.M
Cantá	4ª série/5ºano	2.9	3.5	3.6	3.2	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2
	8ªsérie/9ºano	3.3	3.3	3.9	3.5	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	5.3
	3º série E.M

Fonte: SEPLAN-RR/CGEES. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

O IDEB observado na rede pública do estado de Roraima no ano de 2005 para a 4ª série/5ºano foi de 3.6 e a meta projetada para o ano de 2021 é de 5.8. Já no Cantá, o IDEB observado na rede pública no ano de 2005 para a 4ª série/5ºano foi de 2.9 e a meta projetada para 2021 é de 5.2.

Para a 8ª série/9ºano, o IDEB observado do estado de Roraima no ano de 2005 foi de 3.2 e no município do Cantá de 2.9. As metas projetadas para o estado de Roraima para a 8ª série/9ºano em 2021 corresponde a 5.2 enquanto para o Cantá, no respectivo ano, corresponde a 5.3.

No que se refere à saúde, no município não possuía nenhuma unidade de saúde e número de leitos cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS) no ano de 2010. Tem-se na tabela 15 a rede prestadora de serviços, por município, no ano de 2014.

Quadro 1- Rede prestadora de serviços, por municípios – 2014.

MUNICÍPIO	UNIDADE DE SAÚDE	ESFERA
Cantá	Centro de saúde/unidade básica de saúde	Municipal
	Clínica especializada/ambulatório especializado	Municipal
	Posto de saúde	Municipal
	Unidade de vigilância em saúde	Municipal
	Unidade móvel terrestre	Municipal
	Unidade móvel de nível pré-hosp na área de urgência	Municipal

Fonte: CNES/DATASUS; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019)

Em relação à rede prestadora de serviços, o município possui cinco. De acordo com a SEPLAN (2014), as unidades de saúde são: Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde, Clínica especializada/Ambulatório especializado, Posto de Saúde, Unidade de Vigilância em Saúde, Unidade Móvel Terrestre, Unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência, todos na esfera municipal.

Quanto ao PIB (Produto Interno Bruto), o município do Cantá ocupa o 6º lugar no ranking dos municípios do estado de Roraima. Na tabela 16, podemos ver a evolução do PIB do Cantá no período de 2004 a 2010.

Tabela 15 - Evolução do PIB do Município de Cantá de 2004 a 2010.

PIB A PREÇO DE MERCADO(1) DO MUNICÍPIO DE Cantá (EM R\$ 1.000)							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cantá	73.626	4.792	88.659	96.322	117.945	146.091	163.017

Fonte: CONAC – IBGE/CGEES/SEPLAN-RR; (1): é o PIB medido através dos preços pagos pelos consumidores (família, empresa, governo e resto do mundo). Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

No ano de 2004, o PIB do Cantá correspondia a R\$ 73.626,00 e, em 2010, correspondeu a R\$ 163.017,00. Percebeu-se uma crescente evolução do PIB entre os anos de 2004 a 2010.

Na tabela 17, podemos ver a evolução do PIB a preços básicos por setor da economia do município do Cantá.

Tabela 16- Evolução do PIB a preços básicos por setor da economia do município do Cantá (em R\$ 1.000).

ANO	SETORES - EM %			
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
2004	27.873	3.343	40.420	71.636
2005	23.671	4.727	44.999	73.396
2006	26.648	5.829	54.250	86.728
2007	26.783	5.903	61.474	94.160
2008	29.994	11.767	72.695	114.457
2009	32.174	21.192	86.529	139.895
2010	30.689	22.519	101.399	154.607

Fonte: CONAC – IBGE/CGEES/SEPLAN-RR; (1): é o PIB medido a preço de fatores (preço de porteira, preço industrial ou na porta da fábrica etc). Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

O setor terciário foi o que mais faturou no ano de 2004 tendo um número de 40,420%, sendo seguido pelo setor primário com 27,873% e, logo após, pelo secundário com 3.343%. Em 2010, o setor terciário também foi o que mais faturou, com um número de 101,399%, seguido pelo primário com 30,689% e o secundário com 22,519%, assim totalizando 154,607%.

No que diz respeito ao setor agropecuário do município, podemos observar na tabela 18 os produtos agrícolas produzidos no Cantá nos anos de 2010 a 2012. Para os produtos de origem animal, destaca-se a produção de mel, leite e ovos. Também possui relevância os produtos do extrativismo vegetal, tais como madeira em tora, lenha e carvão vegetal.

Tabela 17- Produtos agrícolas produzidos no Município de Cantá - 2010 a 2012.

CULTURA	Área plantada (Ha)			Produção (toneladas)			Valor da produção (R\$ MIL)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Arroz	1.600	1.600	1.200	7.744	7.744	7.082	5.420	5.421	6.374
Abacaxi	125	120	120	642	600	600	834	786	804
Cana-de-açúcar	16	16	16	48	48	48	16	18	19
Feijão	295	295	295	249	249	249	485	498	548
Mandioca	870	870	860	11.088	11.088	10.966	4.989	6.542	7.128
Melancia	65	65	65	476	476	476	238	252	262
Milho	600	600	600	1.557	1.518	1.557	1.012	994	1.090
Soja	.	450	500	.	1.260	1.400	.	945	1.120
Tomate	20	20	20	140	140	128	196	210	230
Banana	150	150	150	650	650	650	364	390	455
Laranja	10	10	10	80	80	80	34	35	38
Limão	.	6	6	.	1	2	.	0	1
Mamão	45	45	45	78	78	78	29	31	39

Fonte: PAM - Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

No ano de 2012, entre as culturas, a mandioca teve sua maior produção com 10.966 toneladas, sendo seguida do arroz que teve produção de 7.082 toneladas. No mesmo ano, a cultura com menor produção foi o limão com 2 toneladas, seguido da cana-de-açúcar com 48 toneladas.

A seguir, podemos ver na tabela 19 o efetivo dos rebanhos entre os anos 2008 a 2012, como o: bovino, suíno, equino, galinhas, galos, frangos e pintos, caprinos.

Tabela 18- Produção da pecuária no Município de Cantá - 2008 a 2012.

EFETIVO DOS REBANHOS	QUANTIDADE (CABEÇAS)				
	2008	2009	2010	2011	2012
BOVINO	60.000	59.960	60.000	69.941	76.453
SUÍNO	6.800	6.710	6.780	5.900	4.130
EQUINO	2.400	2.450	2.450	2.111	1.970
GALINHAS	29.000	29.000	29.500	20.000	21.854
GALOS, FRANGOS E PINTOS	48.000	48.100	48.100	30.000	27.310
CAPRINOS	1.650	1.600	1.620	1.015	679

Fonte: PPM - Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

No que se refere aos rebanhos, no ano de 2012 a maior produção foi a da criação bovina totalizando 76.453 cabeças de gado e, em segundo lugar, temos a criação de aves, com um total de 27.310 animais.

Tabela 19- Produtos de origem animal no Município de Cantá – 2008 a 2012.

PRODUTO	QUANTIDADE				
	2008	2009	2010	2011	2012
LEITE (MIL LITROS)	210	210	210	310	391
OVOS (MIL DÚZIAS)	110	110	110	68	75
MEL (KG)	30.000	30.050	30.100	27.108	27.000

Fonte: PPM – Pesquisa Pecuária Municipal - IBGE; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

Quanto aos produtos de origem animal do município, no ano de 2012 ganha destaque o leite, com produção de 391 mil litros; em seguida os ovos, com 75 mil dúzias; e o mel, com 27 toneladas.

Tabela 20- Extração vegetal no Município de Cantá – 2008 a 2012.

PRODUTOS	QUANTIDADE				
	2008	2009	2010	2011	2012
CARVÃO VEGETAL (TON.)	299	305	306	305	336
LENHA (M ³)	30.000	31.000	32.000	31.500	33.000
MADEIRA EM TORÁ (M ³)	33.300	31.000	31.500	31.000	33.800

Fonte: PEVS - Pesquisa da Extrativa Vegetal e Silvicultura – IBGE; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES. Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

Quanto à extração vegetal no Cantá, temos o carvão vegetal com 299 toneladas em 2008 e 336 toneladas em 2012; seguido da lenha que teve 30.000 m³ em 2008 e 33.000m³ em 2012; e a madeira em tora com 33.300m³ em 2008 e 33.800m³ em 2012.

No que se refere ao turismo, existem algumas datas festivas e históricas no Cantá:

- Festival da Mandioca – 32 de janeiro a 02 de fevereiro;
- Cantá Folia – 14 e 15 de março;
- Festival do Milho – 15 e 16 de agosto;
- Aniversário do município – 16 e 17 de outubro;
- Festival do Mel – 14 e 15 de novembro;
- Festa da Padroeira do município – 07 e 08 de dezembro;
- Festival do Abacaxi – 18 a 20 de dezembro.

Em relação aos pontos turísticos do Cantá, destaca-se a Serra Grande (figura 2), situada na margem do rio Branco, que certamente é a praia mais conhecida e visitada de Roraima. É consumida pelas águas no alto inverno e seus mais de 15 km de praia reaparecem no início do verão.

Figura 3- Serra Grande I, Cantá-RR.



Fotografia: Rondinelle Albuquerque (2018).

Outro ponto turístico é o Haras Cunha Pucá (figura 3), um complexo ambiental e de lazer, localizado na BR 401, saindo pela estrada da Serra Grande no quilômetro 1,5. Oferece uma paisagem belíssima, como variedades de floresta e savana. O local dispõe de um jardim botânico com grande variedade de orquídeas e plantas nativas. Na parte de lazer, acontecem festas semanalmente, e o tradicional rodeio no mês de novembro, reunindo peões de vários estados brasileiros.

Figura 4- Haras Cunha Pucá, Cantá-RR.



Fotografia: Rondinelle Albuquerque (2020).

No que se refere às potencialidades econômicas, a Fundação Getúlio Vargas conceitua como os recursos naturais, produtos, setores, ramos ou atividades econômicas que, por suas características, têm apelo suficiente para estimular ou inibir a implantação ou ampliação de uma determinada atividade econômica, considerando-se os limites e as características socioeconômicas e ambientais da região.

Nesse sentido, o município do Cantá apresenta excelente potencial para a pecuária, tanto de leite como de corte. O potencial produtivo está concentrado nas colônias agrícolas Confiança III e Serra Grande I e II. No que tange à produção agrícola, destaca-se as culturas tradicionais (arroz, milho, mandioca, abacaxi e banana), bem como as culturas permanentes (cupuaçu, coco, cítricos e outras).

Assim, segue nas tabelas 22 e 23, de acordo com o estudo “Panoramas e Vetores do Desenvolvimento do Estado de Roraima”, baseado em dados do Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS) da Suframa/FGV e dos Arranjos Produtivos Locais (APL`s), um resumo das potencialidades do município do Cantá.

Quadro 2 - Potencialidades do Cantá segundo PDLIS/FGV.

Potencialidades PDLIS/FGV			
1. Agricultura de Curto Ciclo		4. Pecuária	
Hortaliças ⁽¹⁾	Δ O	Avicultura	Δ O
Arroz	Δ O	Suinocultura	Δ O
Feijão	Δ O	Bovinocultura de corte	Δ O
Milho	Δ O	Bovinocultura leiteira	Δ O
Tubérculos ⁽²⁾	Δ O	Equinos e caprinos	Δ O
Frutas ^(2a)	Δ O	5. Extrativismo animal	
2. Agroindústria		Pesca comercial	-----
Beneficiamento de frutas regionais ⁽³⁾	● Δ O □	Piscicultura	● Δ O □
Mandioca (farinhas, amido)	Δ O	Apicultura	Δ O □
Carne (embutidos, frigorificados, couro)	● Δ O	6. Extrativismo vegetal (c/manejo)	
Leite (queijo, iogurte, manteiga)	● Δ O	Madeira (serrado e pré-beneficiada)	Δ O □
Peixe (salga, defumação, couro)		Madeira beneficiada (móveis e utilidades)	Δ O □
Cana-de-açúcar	● Δ O □	Castanhas-da-Amazônia	-----
Café	● Δ O □	Produção de mudas agrícolas e florestais	-----
Soja	Δ O □		-
Dendê	● Δ O □	7. Extrativismo mineral	
Arroz irrigado	● Δ O □	8. Prestação de serviços ⁽⁷⁾	
Guaraná	● Δ O □	9. Turismo Ecológico ⁽⁸⁾	
3. Bio-Agroindústria (matéria-prima)		10. Comércio ⁽⁹⁾	
Plantas medicinais ⁽⁴⁾	● Δ O □	11. Artesanato	
Óleos essenciais ⁽⁵⁾	● Δ O □	12. Indústria ⁽¹⁰⁾	
Especiarias e corantes naturais ⁽⁶⁾	● Δ O □	● Δ O □	
		● Δ O	

Fonte: PDLIS 2001- 2004. Adaptação SEPLAN/CGEES.

Mercados Potenciais: Δ - mercado local; O - mercado regional; □ - mercado extra-regional (amplo); ● - condições naturais favoráveis para implementação da produção ou atividade.

(1) - tomate, pimentão, maxixe, quiabo, feijão-de-metro, cheiro verde, coentro, pimenta-de-cheiro, couve, cebolinha, alface, pepino, repolho, abóbora.

(2) - batata doce, batata inglesa, macaxeira, mandioca.

(2a) - abacaxi, banana, cupuaçu, cítricos (laranja, limão), acerola, maracujá, mamão, melancia, coco, abacate, caju, graviola, goiaba.

(3) - frutas amazônicas de excelente sabor e alto valor como alimento, dentre elas: açaí, patauí, bacaba, buriti, camu-camu, acerola, manga, cupuaçu, pupunha, tucumã, graviola, caju, melão. A partir dessas e de outras frutas amazônicas ou aclimatadas poderão ser produzidos sucos, compotas, geléias e doces, destinados aos mercados interno e externo.

(4) - crajirú, cipó-alho, amor-crescido, carapanaúba, mucuracá.

(5) - andiroba, copaiba, capim-santo, louro-pimenta, puxiri, para perfumes, sabonetes e cosméticos de base vegetal, resinas (copaiba, andiroba, jatobá) e gomas elásticas e não-elásticas (sorva).

(6) - urucu, pimenta-do-reino, cravo-da-índia, cominho, canela, anil, gengibre, gergelim e outras especiarias tropicais, retomando-se, em bases técnico-empresariais modernas, o ciclo de extração das drogas do sertão.

(7) - praticamente todas as atividades existentes no setor de prestação de serviços para pessoas física e jurídica.

(8) - hotéis convencionais e de selva (lodge), operadoras de turismo, empreendimentos de lazer, turismo rural.

(9) - comércio de alimentos, material de construção, produtos escolares, artigos esportivos e estivas em geral.

(10) - adubo, ração, subprodutos da carne.

Quadro 3- Potencialidades dos municípios de Roraima segundo FGV/Suframa.

Potencialidade	Descrição da atividade	Municípios
	Área de Livre Comércio	Boa Vista e Bonfim
	Café	Amajari e Uiramutã
	Construção Civil (oleiro-cerâmica)	Boa Vista, Caracará e Iracema
	Pecuária de corte	Amajari, Normandia
	Fruticultura	Alto Alegre, Bonfim, Cantá, Caracará, Caroebe, Iracema, Iracema, Mucajaí, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz
	Guaraná	Amajari e Normandia
	Grãos (arroz irrigado)	Amajari, Boa Vista, Caracará e Pacaraima,
	Movelaria	Boa Vista e Normandia
	Pesca artesanal	Mucajaí
	Óleo de dendê	Amajari, Caracará e Rorainópolis
	Indústria de amido de mandioca	Bonfim, Rorainópolis e São Luiz
	Indústria de processamento de frutas	Amajari, Normandia e Pacaraima
	Indústria de madeira laminada/compensada	Boa Vista
	Indústria de madeira serrada e pré-beneficiada	Boa Vista, Cantá, Rorainópolis e São Luiz
	Piscicultura	Mucajaí e Amajari
	Soja	Bonfim
	Turismo Ecológico	Alto Alegre, Amajari, Caracará, Pacaraima e Uiramutã

Fonte: FGV/Suframa. Adaptação SEPLAN/CGEES.

Dentre as potencialidades apresentadas pela FGV/Suframa, a fruticultura é a principal potencialidade apresentada pela maioria dos municípios de Roraima, dentre eles o Cantá.

O capítulo 4 desta dissertação destacará as limitações e potencialidades do município do Cantá no estado de Roraima.

4 POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NO MUNICÍPIO DO CANTÁ PARA O ESTADO DE RORAIMA

Este capítulo objetiva abordar as potencialidades do município do Cantá, bem como as suas limitações. Daremos ênfase ao potencial turístico do município, o que poderá trazer recursos e visibilidade que contribua para a economia, porém sem esquecer das limitações que dificultam a alavancagem dessa atividade.

De acordo com Ruschmann (2002), Roraima apresenta alguns aspectos físicos determinantes para se afirmar como grande potencialidade para o turismo rural. De todos os Estados da Amazônia, Roraima é o que apresenta maior variedade de fisionomias vegetais. Ao todo são oito tipos distintos de coberturas vegetais. O relevo acidentado, com características marcantes, apresenta as formações conhecidas como tepuis, uma das mais antigas da América do Sul, além de paredes rochosas, topos planos e vistas panorâmicas. Outro fator de destaque é a possibilidade de pesca nos rios. O Rio Branco apresenta características distintas, com existência de quedas d'água e corredeiras de grande beleza cênica e potencial para prática de esportes como rafting e canoagem.

Ainda segundo o autor, os aspectos turísticos são descritos conforme a divisão de insumos naturais e culturais e infra-estrutura turística. Existem diversas modalidades de turismo no espaço rural, assim como é conceituado por Zimmermann (1996). Na tabela a seguir são especificadas as modalidades e as características das modalidades de turismo que ocorrem no espaço rural, sendo elas: turismo rural, agroturismo, turismo de aventura, turismo cultural e ecoturismo.

Quadro 4- Modalidades de turismo predominantes no espaço rural.

TURISMO RURAL	É o segmento do turismo que é desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com a convivência e com o alojamento na sede da propriedade, onde os turistas podem participar das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas neste espaço. Oferecem algumas atividades de lazer, produtos turísticos naturais de origem local ou regional, gastronomia típica e o conhecimento da cultura local.
AGROTURISMO	Ocorre quando há o deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem a dormida no local. Destacam-se dois aspectos que distinguem esse segmento do turismo rural: o primeiro é a produção agropastorial em escala econômica, que representa a maior fonte de rendimento da propriedade, e o turismo como receita complementar, e o segundo é que as próprias atividades agropastoris constituem em si mesmas o principal diferencial turístico.
TURISMO DE AVENTURA	Nesta modalidade de turismo é utilizado o entorno rural ou o meio natural como recurso para produzir nos participantes sensações de descobrimento e de emoção, ocorrendo em espaços pouco explorados. Utilizam, também, nestes espaços rurais ou naturais: vela, tiros com arco, canoagem, <i>rapel</i> , balonismo, entre outros.
TURISMO CULTURAL	Atividade turística voltada para a preservação, embasada na utilização dos recursos culturais de um território em área rural, recursos artísticos, históricos e costumes.
ECOTURISMO	Tem como objetivo principal a integração dos visitantes no meio humano natural. É a modalidade de turismo em áreas rurais e/ou naturais, em que a paisagem é o principal componente, como ponto de encontro entre fatores ambientais e antrópicos.

Fonte: Zimmermann (1996). Adaptado por Rondinelle Albuquerque (2019).

O turismo rural já é uma prática recorrente no Brasil, observadas as primeiras atividades trazidas da Europa e adaptadas à realidade latina local que, com o passar do tempo, foi sendo adaptada e ganhou maiores espaços, admiradores e praticantes da modalidade. Os estudos comparados entre a atividade praticada na Europa e no Brasil mostram que são atividades adaptadas à realidade local, e que as pesquisas realizadas pelos autores servem de base de conhecimento para a compreensão dessa atividade que se diferencia, na prática, de um país para outro, assim como entre regiões (BEZERRA, 2017).

Quanto à promoção do turismo no estado de Roraima, no ano de 2006, surgiram diversas parcerias com o objetivo de promover os programas de qualificação para o turismo. Entre elas, destaca-se a Associação Brasileira de Operações de Turismo – BRAZTOA, a qual promoveu uma jornada técnica de qualificação dos serviços turísticos juntamente com o MTUR, DETUR e SEBRAE (BRITO, 2018).

Foi nesse mesmo período que primeiro se tratou do Programa de Regionalização do Turismo – PRT, citando ainda as três regiões turísticas de Roraima: Extremo Norte do Brasil – Amajari, Bonfim, Uiramutã, Normandia e Pacaraima; a Savana Amazônica – Boa Vista, Mucajaí, Alto Alegre, Iracema e Cantá; Águas e Florestas da Linha do Equador – Rorainópolis, Caracarái, São Luís do Anauá, São João da Baliza e Caroebe. Nessa ocasião, estavam inseridos todos os 15 municípios de Roraima no PRT. Os segmentos turísticos destacados para essas regiões foram: ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico, turismo de pesca, turismo cultural e turismo social. A ocasião serve como um importante marco histórico na medida em que as regiões foram formuladas e apresentadas ao conhecimento dos atores do turismo local (BRITO, 2018).

O Inventário Ruschmann (2002) mostra que os atrativos e recursos naturais mais significativos identificados em Roraima são: as Corredeiras do Paredão e o Igarapé Au-Au, em Alto Alegre; a Cachoeira do Paiva, a Cachoeira do Funil e a Estação Ecológica de Maracá, em Amajari; a Praia do Cauamé, as Praias da Polar, do Curupira e Grande, e a Ilha da Praia Grande, em Boa Vista; o Lago do Bicho e o Buritizal Grande, em Bonfim; as Corredeiras do Bem Querer, a Ilha do Jarú e os Parques Nacionais da Serra da Mocidade e do Viruá, em Caracarái; o Lago do Caracaranã, em Normandia; a Trilha da Nova Esperança e as Corredeiras do Sumuru, em Pacaraima; Santa Maria do Boiaçu, em Rorainópolis; as Cachoeiras do Urucá, do Paiuá, do Ourinduke e Uailã e o Parque Nacional do Monte Roraima, em Uiramutã; a Serra Grande e o Banho do Sacolejo, no Cantá.

Quanto à tipologia, a maioria dos insumos (atrativos e recursos) naturais do Estado se classifica como balneários e praias. Em segundo lugar, quantitativamente, observa-se a categoria de cachoeiras e corredeiras, seguida pela observação de fauna e flora e trilhas. Grande parte dos balneários possui infraestrutura composta por restaurante ou bar com serviço de alimentação e sanitários, sendo que, na quase totalidade, os outros insumos necessitam da implantação de infra-estrutura. Os acessos consistem também em fator com necessidade de melhorias.

O aspecto cultural de maior importância para as atividades de ecoturismo consiste no alto grau de preservação da cultura local e das culturas indígenas da região. Tais aspectos são expressos na culinária, no linguajar, no artesanato e no modo de vida. Os atrativos culturais mais significativos são: as Vilas Tepequém e de Cabo Sobral, em Amajari; o Centro Histórico, a Fazenda São Marcos, a Festa de São Pedro e o Festival Histórico, em Boa Vista; as Malocas do Jacamim e do Apum e as Ruínas do Forte São Joaquim, em Bonfim; a festa religiosa da Paixão de Cristo, em Mucajaí; a Maloca da Raposa, em Normandia; a Pedra

Pintada, a Maloca da Boca da Mata, os Festejos de São José e a Festa Micaraíma, em Pacaraima; e as culturas indígenas do município de Uiramutã; a Maloca do Canauanim, no Cantá.

Alerta-se para o fato de que as manifestações culturais das populações autóctones são um tipo de atrativo delicado, havendo a necessidade de se observar características como a sazonalidade e aquiescência dessas comunidades em apresentar sua cultura ao visitante. As aldeias indígenas são quantitativamente mais significativas em relação aos demais atrativos.

A metodologia de hierarquização definida pela Organização Mundial de Turismo – OMT e Centro Interamericano de Capacitação Turística – CICATUR, apresentam melhores condições de integrarem um programa ecoturístico: Naturais – Corredeiras do Paredão, em Alto Alegre; ESEC de Maracá e as Cachoeiras do Paiva e do Funil, em Amajari; Ilha da Praia Grande, em Boa Vista; Buritizal Grande, em Bonfim; Parques Nacionais da Serra da Mocidade e do Viruá, em Caracará; em Pacaraima; Santa Maria do Boiaçu, em Rorainópolis; o Parque Nacional Monte Roraima e as Corredeiras do Uailã/Ourinducue, Contingo e Urucá, em Uiramutã. Culturais – Vilas Tepequém e do Cabo Sobral, em Amajari; Malocas do Apum e do Jacamim e Forte São Joaquim, em Bonfim; festa religiosa da Paixão de Cristo, em Mucajaí; Maloca da Raposa, em Normandia, Pedra Pintada e Cultura Indígena, em Uiramutã; e no Cantá temos a Serra Grande e a Maloca do Canauanim.

Quanto à infraestrutura turística, observa-se, de maneira geral, uma carência de equipamentos e serviços no estado de Roraima, com exceção da sua capital. A adequação ao perfil do ecoturista também não é a ideal, uma vez que a maioria dos estabelecimentos está voltada para o turismo de negócios, com instalações simples e sem alternativas de lazer ou de exploração dos insumos turísticos locais. O setor de hospedagem compreende 23 equipamentos que perfazem o total de 1.142 leitos, com maior concentração nos municípios de Boa Vista e Caracará. Há ausência de equipamentos de hospedagem em Cantá e Uiramutã.

A maioria dos equipamentos identificados se caracteriza por estabelecimentos simples, de até 20 unidades habitacionais e administração familiar, que necessitam de incrementos tanto nos padrões de qualidade como na situação quantitativa da oferta. Os equipamentos de alimentação identificados são em número de 14, com exceção daqueles anexados aos equipamentos de hospedagem. Observa-se que a oferta é bastante limitada e os principais tipos de cardápio são: cozinha regional, churrascarias e especializados em peixes (RUSCHMANN, 2002).

O cenário relatado para o estado de Roraima é confirmado ao se analisar a postura do mercado específico dos agentes de viagem, com grande potencialidade turística, porém infra-

estrutura receptiva restrita e divulgação deficiente. Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo não se detectou a venda de pacotes turísticos para Roraima e 60% dos agentes de viagens não souberam responder quais seriam os possíveis pontos de interesse ecoturístico no estado. Atualmente, a demanda da infraestrutura turística de Roraima é composta essencialmente por negociantes, representantes comerciais, funcionários federais e estaduais, parentes de residentes, e outros grupos cuja motivação básica não é o turismo de lazer nem o ecoturismo.

Há ainda um fluxo de visitantes da Venezuela e Guiana, além de uma quantidade pequena de turistas aventureiros. Por meio de pesquisa realizada com turistas na cidade de Boa Vista, tem-se, resumidamente, que o perfil da demanda atual é o seguinte: renda familiar de até 10 salários mínimos, faixa etária de 21 a 30 anos, escolaridade elevada, média de permanência no estado nunca inferior a três dias e são turistas que viajam sozinhos. Os períodos de maior fluxo no estado são de janeiro a abril e de outubro a dezembro.

Com base nas informações sobre a oferta e a demanda existentes, apresentam as proposições que visam ao implemento do produto ecoturístico de Roraima, dispostas da seguinte maneira: roteiros ecoturísticos, infra-estrutura necessária, criação de unidades de conservação, capacitação necessária, análise institucional, fontes de financiamento e o elenco de projetos prioritários.

Destacando os roteiros ecoturísticos, propõe-se quatro roteiros para o mercado externo, três roteiros para o mercado interno, três roteiros de interesse específico e um roteiro já em operação. De acordo com os roteiros propostos, a equipe de consultores sugere os seguintes pólos de visitação: Serra do Tepequém, no município de Amajari; Pacaraima, que engloba os atrativos da Terra indígena São Marcos, como a trilha em Nova Esperança, e as corredeiras do Rio Surumú, a Maloca da Boca da Mata e o sítio arqueológico de Pedra Pintada; Uiramutã, que engloba atrativos próximos à cidade, como as cachoeiras de Urucá, do Paiuá e de Sete Quedas, as Corredeiras do Rio Cotingo; e no município do Cantá, que engloba os atrativos da região da Serra Grande e a comunidade indígena de Canauanim.

Contudo, no que se refere ao município do Cantá, nota-se um potencial de atrativos turísticos significativos como é o caso da Serra Grande, Banho do Sacolejo e Maloca do Canauanim, segundo Ruschmann (2002) .

A Serra Grande possui uma prioridade, que apresenta melhor condições de integrar um programa ecoturístico, por se tratar de um conjunto de montanhas coberto por floresta densa, em bom estado de conservação. É o maior produto turístico do Cantá, acessível pela zona rural do município. O atrativo atende a um numeroso grupo de pessoas que procuram a região

todos os finais de semana para subir por entre as trilhas disponíveis para se chegar ao topo da serra. A caminhada leva cerca de três horas e meia e é recomendada para o público jovem e adulto (BRITO, 2018).

Possui flora e fauna expressivas, afloramentos rochosos, quedas d'água e locais com vistas panorâmicas, favorecendo a prática do ecoturismo e de esportes de aventura como trekking, escalada em rocha, mountain bike, e outros que servem de complementação para a prática do ecoturismo. Há trilhas que levam a diversos pontos do alto da serra e também circulando a área, possuindo condições de acesso regulares. O acesso à área é livre, está localizada cerca de 20 km da sede do Cantá e pode ser feito a partir das vilas de Serra Grande I (figura 04) e Serra Grande II, de onde saem trilhas em direção ao alto da serra. Além disso, possui várias trilhas com vistas panorâmicas e quedas d'água. Na figura a seguir, temos a vista aérea da Serra Grande.

Figura 5- Vista aérea Serra Grande I, Cantá-RR.



Fotografia: Joaquim Rondon Azevedo (2002).

No alto da serra, os visitantes se deparam com a cachoeira Excalibur (figura 5), numa altitude de mais de 800 metros. O acesso ao atrativo se dá pela entrada em uma propriedade privada, onde é cobrada uma taxa de R\$10 por veículo para se estacionar. Não existe infraestrutura turística e de alimentação disponível para os visitantes (bar, restaurante ou

lanchonete). Como se trata de uma caminhada em trilha, os visitantes acabam levando toda infraestrutura na qual podem demandar, como alimentos, vestuários, itens de higiene pessoal, barracas e demais suprimentos. A seguir podemos observar na figura 5, a cachoeira Excalibur, localizada na Serra Grande (BRITO, 2018).

Figura 6- Cachoeira Excalibur, Serra Grande – Cantá.



Fotografia: Érico Veríssimo (2017).

A estadia média depende de cada grupo e pode durar entre algumas horas até mesmo dois dias. Apesar disso, nem a cidade nem os residentes da região empreendem esforços no intuito de transformar a área num polo mais profissional de ecoturismo. A região é propícia à prática de arborismo, tirolesa, trekking e lazer, no entanto, já se constatam numeroso volume de resíduos sólidos gerados pela visitação turística na região, o que denuncia a ausência de gestão e trato ambiental por parte dos proprietários da área que dá acesso as trilhas (BRITO, 2018).

Outro atrativo turístico é o banho do Sacolejo, localizado cerca de 10 km da sede do Cantá. É um balneário popular frequentado pela população local e por turistas provenientes de Boa Vista. Sua condição de acesso é boa, pois fica localizado na estrada que dá acesso à cidade, e é uma propriedade particular. No que se refere à infraestrutura, possui restaurantes e bares, como também quiosques à margem do igarapé, como mostra a figura a seguir.

Figura 7- Banho do Sacolejo.



Fotografia: Rondinelle Albuquerque (2020).

Como atrativo de aspecto cultural para as atividades de ecoturismo no município, o mais significativo é a Maloca do Canauanim (figuras 7 e 8), como pode-se observar nas figuras a seguir. Trata-se de uma aldeia indígena da etnia wapixana que ainda guarda características originais, como construções de madeira e palha. Há artesãos que trabalham com as técnicas indígenas de palha e cerâmica. Possui igarapés de águas límpidas e matas onde podem ser implantadas trilhas interpretativas. A proximidade com Boa Vista favorece a implantação de produtos turísticos. A condição de acesso é considerada regular, por estradas de terra, localizada a cerca de 30 km da sede do Cantá, o acesso depende da autorização da FUNAI. Sobre a infraestrutura, a aldeia possui diversas construções no estilo indígena, além de igreja, posto de saúde e centro comunitário.

Figura 8- Maloca do Canauanim.



Fotografia: Joaquim Rondon Azevedo (2002)

Figura 9- Maloca do Canauanim.



Fotografia: Joaquim Rondon Azevedo (2002).

Segundo Brito (2018), no município também tiveram projetos voltados ao desenvolvimento do turismo rural em algumas propriedades da região, como é o caso do Hotel Fazenda Castanhal (figura 9). O projeto foi conduzido por iniciativa do Sebrae Roraima, já outras propriedades tiveram dificuldades em empreender contratos para modernizar ou adaptar suas propriedades, mas a Fazenda Castanhal foi uma exceção.

Figura 10- Entrada do Hotel Fazenda Castanhal.



Fotografia: Rondinelle Albuquerque (2018).

O atrativo turístico vem ganhando bastante visibilidade no Cantá, distante cerca de 70 km da capital Boa Vista, na margem direita do rio Quitauaú, em meio a densa floresta virgem. São 48 km de via asfaltada e mais 22 km de estrada de terra. Caso se opte pela vicinal que dá acesso às vilas Serra Grande I e Fonte Nova, depois de passar pelo Haras Cunha Pucá, o percurso passa a ter 50 km de rodovia de terra. O Hotel Fazenda Castanhal tem como ferramenta de atração turística o contato com a natureza, o lazer e o descanso dos hóspedes.

A proprietária do Hotel Fazenda, Gerusa Oliveira de Moraes, filha de comerciante e fazendeiro, conta que a motivação para a criação do empreendimento foi o gosto pela vida do campo, onde passava as férias escolares e feriados na fazenda dos pais. Ela já possuía o imóvel rural junto ao seu esposo, com criação de vacas leiteiras, porém ainda não tinham retorno financeiro suficiente desejado. Diante disso, surgiu a ideia de iniciar o projeto da criação de um hotel fazenda com a proposta de ser um empreendimento que possibilitasse o retorno financeiro (FAZENDA CASTANHAL, 2019).

O Hotel Fazenda Castanhal (figura 10) possui uma área total de 1,25 mil hectares. Conta com restaurante, sala de reuniões, sala de televisão, salão de jogos e alguns pequenos e aconchegantes espaços para reuniões de família ou de pequenos grupos mais íntimos. Quanto às atividades oferecidas, tem: passeios à cavalo com guia de comando, caminhada, passeio de barco, observação de pássaros, passeio de bicicletas, trilha, pedalinho, sinuca, piscina e pescaria. No que diz respeito às acomodações, dispõe de nove suítes com: banheiro privativo, roupa de cama e banho, tv parabólica, frigobar e ar-condicionado.

Outra opção de acomodação é a área de camping. Em relação à gastronomia e entretenimento, no café da manhã, o Hotel Fazenda Castanhal oferece bolos variados, cuscuz, tapioca, doces, mingaus, café, leite fresco (direto da vaca), sucos, achocolatados e guloseimas da culinária regional. No almoço, além dos tradicionais arroz, feijão, salada, farofa e maionese, há galinha caipira, frango e peixe assados, carnes de porco e de gado; e no jantar, sopas e canja (FAZENDACASTANHAL, 2019).

Figura 11- Vista geral do Hotel Fazenda Castanhal.



Fotografia: Rondinelle Albuquerque (2018).

No que diz respeito à infra-estrutura turística, o município do Cantá não possui nenhum equipamento de hospedagem. Quanto aos serviços de alimentação, nota-se que são bem limitados, com os principais tipos de cardápios se resumindo a cozinha regional, churrascarias e especiarias em peixes. O Inventário Ruschmann (2002), a partir de uma equipe

de consultores, propõe pólos de visitação em alguns município do estado de Roraima e, para o Cantá propõe os atrativos da Serra Grande e a comunidade indígena de Canauanim.

Percebe-se que há potencialidades para o turismo no Cantá. Nesse sentido, o Inventário Ruschmann expõe propostas para o município dando ênfase na sustentabilidade e conservação ambiental, apresentando inclusive uma proposta de criação de unidades de conservação, onde a mão-de-obra utilizada nas atividades de ecoturismo nestas e nos diversos serviços turísticos a serem criados deve ser composta por pessoas das próprias comunidades abrangidas pelo desenvolvimento do ecoturismo.

Visando o desenvolvimento do ecoturismo no estado de Roraima, o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu uma proposta de projetos prioritários para o pólo de Roraima, descrita com a indicação de prazos, resultados esperados, órgãos envolvidos e parceiros prováveis.

No quadro 5 temos os programas e projetos para o desenvolvimento do ecoturismo no estado de Roraima, através da melhoria da infra-estrutura básica e serviços.

Quadro 5- Programas e projetos para o desenvolvimento do ecoturismo no estado de Roraima.

PROGRAMAS E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NO ESTADO DE RORAIMA							
N	PROJETO	Prazo			RESULTADOS ESPERADOS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	PARCEIROS PROVÁVEIS
		C	M	L			
Programa de melhoria da infra-estrutura básica e serviços							
1	Melhorar condições de tráfego das rodovias RR-202, RR-171, RR-407, RR-203, e RR-343 (295Km)		X		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a acessibilidade a atrativos turísticos e locais de concentração de equipamentos e serviços turísticos 	Governo Federal, Governo do Estado	
2	Implantar estradas cênicas nas rodovias RR-171 e RR-203 (240km)		X		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a acessibilidade aos atrativos naturais, em particular à região de Uiramutã e à Serra do Tepequém; Implantar um novo atrativo turístico. 	PROECOTUR, Governo Federal, Governo do Estado	
3	Adequar sistema de abastecimento e tratamento de água ao aumento da demanda nos municípios de Amajari, Cantá, Caracarái, Pacaraima e Uiramutã		X		<ul style="list-style-type: none"> Adequar o sistema de abastecimento de água às necessidades da população local e do aumento de demanda decorrente do fluxo turístico; Criar condições adequadas para o desenvolvimento de atividades turísticas; Melhorar a qualidade de vida das populações locais. 	Governo Federal, Governo do Estado	
4	Adequar rede de coleta e tratamento de esgoto nos municípios de Amajari, Cantá, Caracarái, Pacaraima e Uiramutã		X		<ul style="list-style-type: none"> Adequar o sistema de tratamento de esgoto às necessidades da população local e do aumento de demanda decorrente do fluxo turístico; Criar condições adequadas para o desenvolvimento de atividades turísticas; Melhorar a qualidade de vida das populações locais. 	Governo Federal, Governo do Estado	
5	Implantar serviço de coleta seletiva e reciclagem de lixo nos municípios de Amajari, Cantá, Caracarái, Pacaraima e Uiramutã		X		<ul style="list-style-type: none"> Implantar sistema participativo de gestão de resíduos incluindo coleta seletiva, reciclagem e disposição final. 	Governo Federal, Governo do Estado	ONGs e Associações comunitárias locais
6	Reforço e capacitação do contingente policial nos municípios de Amajari, Cantá, Caracarái, Pacaraima e Uiramutã		X		<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a segurança da comunidade e dos turistas; Melhorar a imagem turística dos municípios. 	Governo do Estado, Prefeituras Municipais	

Fonte: Rushmann (2002).

Dentre as propostas apresentadas para o programa de melhoria da infra-estrutura básica e serviços, para o município do Cantá temos: adequação do sistema de abastecimento e tratamento de água ao aumento da demanda; adequação da rede de coleta e tratamento de esgoto; implantação de serviço de coleta seletiva e reciclagem de lixo; reforço e capacitação do contingente policial. Tais projetos tem proposta de implantação em que os órgãos envolvidos são os dos governos federal e estadual.

Em seguida, temos a continuação da tabela com programas e projetos para o desenvolvimento do ecoturismo no estado de Roraima.

Continuação do Programa de melhoria da infra-estrutura básica e serviços

N	PROJETO	Prazo			RESULTADOS ESPERADOS	ORGAOS ENVOLVIDOS	PARCEIROS PROVÁVEIS
		C	M	L			
7	Instalar serviços de atendimento médico de emergência nos municípios de Amajari, Cantá, Caracaraí, Pacaraima e Uiramutã		X		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços médicos nos municípios em que deverá se concentrar o fluxo ecoturístico; Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. 	Governo do Estado, Prefeituras Municipais	
8	Ampliar a rede telefônica e a quantidade de postos telefônicos nos municípios de Amajari, Cantá, Caracaraí, Pacaraima e Uiramutã		X		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a capacidade de atendimento nos municípios em que deverá se concentrar o fluxo ecoturístico; Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. 	Iniciativa privada	
9	Apoiar a ampliação de serviços de abastecimento de gêneros alimentícios e outros		X		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a capacidade de atendimento nos municípios em que deverá se concentrar o fluxo ecoturístico no que se refere ao abastecimento de gêneros básicos; Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. 	Prefeituras Municipais, iniciativa privada, BASA, AGREGAR	Iniciativa privada, empreendedores locais
10	Urbanizar praças e espaços públicos dos municípios de Amajari, Cantá, Caracaraí, Pacaraima e Uiramutã		X		<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a atratividade dos locais em que deverá se concentrar o fluxo de ecoturistas; Integrar os equipamentos e serviços turísticos em um conjunto urbano interessante; Favorecer o contato entre ecoturistas e a população local; Melhorar a qualidade de vida e a auto-estima das comunidades locais 	PROECOTUR, Governo do Estado	Comunidade local, iniciativa privada
11	Executar as ações previstas no Plano Diretor dos municípios de Amajari, Cantá, Caracaraí, Pacaraima e Uiramutã, em particular as ações relacionadas ao desenvolvimento do ecoturismo		X		<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso e ocupação do solo dentro de padrões sustentáveis nos municípios em que deverá se concentrar o fluxo turístico; Implantar as diretrizes necessárias à consolidação do ecoturismo nos municípios. 	Governo do Estado, Prefeituras Municipais	ONGs e comunidades locais
12	Elaborar e implantar instrumentos normativos de uso e ocupação do solo		X		<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso e ocupação do solo dentro de padrões sustentáveis nos municípios em que deverá se concentrar o fluxo turístico; Regulamentar as diretrizes propostas pelos Planos Diretores. 	Governo do Estado, Prefeituras Municipais	ONGs e comunidades locais
13	Adequar o acesso aéreo da vila ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu		X		<ul style="list-style-type: none"> Adequar o acesso aéreo a Santa Maria do Boiaçu; Aumentar a pista de pouso do local; Viabilizar a visitação turística. 	Governo do Estado	

Fonte: Rushmann (2002).

Dentre as propostas apresentadas na continuação da tabela, temos os seguintes projetos: instalar serviços de atendimento médico de emergência; ampliar a rede telefônica e a quantidade de postos telefônicos; urbanizar praças e espaços públicos. A seguir, o quadro 6 apresenta os projetos do programa de estruturação de atrativos naturais e culturais.

Quadro 6- Programa de estruturação de atrativos naturais e culturais.

N	PROJETO	Prazo			RESULTADOS ESPERADOS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	PARCEIROS PROVÁVEIS
		C	M	L			
Programa de estruturação de atrativos naturais e culturais							
1	Elaborar estudos para determinar capacidade de carga dos atrativos naturais incluídos nos roteiros		X		<ul style="list-style-type: none"> Definir parâmetros para o aproveitamento sustentável dos atrativos naturais 	PROECOTUR, FINEP	Instituições de pesquisa
2	Elaborar estudos para avaliação de atrativos com potencial para turismo de aventura		X		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar potencial de atividades de turismo de aventura; Definir diretrizes para sua exploração; Capacitação de operadores locais 	PROECOTUR	
3	Elaborar estudos para implantação de programa de visitação em áreas indígenas; implantar equipamentos e serviços necessários à visitação		X		<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a oferta de produtos ecoturísticos; Apoiar a continuidade dos processos culturais de comunidades indígenas e a exploração sustentável dos recursos de suas áreas; Estudar e definir parâmetros para o desenvolvimento do ecoturismo em áreas indígenas. 	PROECOTUR, Governo Federal (Funai)	ONGs e associações indígenas
4	Elaborar estudos para implantação de programas interpretativos em sítios arqueológicos; implantar equipamentos e serviços necessários à visitação		X		<ul style="list-style-type: none"> Pesquisar e proteger o patrimônio arqueológico da região; Incorporar os sítios arqueológicos a atividades turísticas, dentro de parâmetros sustentáveis; Desenvolver programas interpretativos; Implantar a infra-estrutura necessária à visitação dos sítios arqueológicos 	PROECOTUR, Governo Federal, Governo do Estado	Instituições de pesquisa e universidades, ONGs
5	Elaborar e implantar planos de uso público para o PARNA de Monte Roraima e para a ESEC de Maracá		X		<ul style="list-style-type: none"> Definir critérios para a visitação da unidade de conservação compatíveis com os objetivos e com o Plano de Manejo das unidades de conservação; Detalhar os componentes do Plano de Manejo relativos à visitação pública das unidades de conservação 	PROECOTUR, Parques do Brasil, Governo Federal (Ibama)	
6	Elaborar o Plano de Manejo do PARNA de Viruá e do PARNA da Serra da Mocidade		X		<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer as diretrizes para o manejo das unidades de conservação Garantir o cumprimento das funções das unidades de conservação 	PROECOTUR, Parques do Brasil, Governo Federal (Ibama)	
7	Estudar a criação de unidades de conservação e implantar equipamentos e serviços para viabilizar a visitação à Serra do Tepequém e à Serra Grande do Cantá		X		<ul style="list-style-type: none"> Criar as condições para o aproveitamento turístico sustentável dos atrativos naturais em questão; Avaliar a necessidade de criação de unidades de conservação nas áreas em questão; Implantar equipamentos e infra-estrutura necessária; Fomentar a implantação de serviços turísticos. 	PROECOTUR, Governo do Estado	ONGs e comunidades locais

Fonte: Rushmann (2002).

Dentre os projetos do programa de estruturação, destaca-se para o município do Cantá o estudo para a criação de uma unidade de conservação e implantação de equipamentos e serviços para viabilizar a visitação à Serra Grande, em que os órgãos envolvidos seriam PROECOTUR e governo do estado, juntamente com parcerias com ONGs e comunidades locais. O quadro 7 apresenta os programas de adequação dos equipamentos e serviços ecoturísticos.

Quadro 7- Programa de adequação dos equipamentos ecoturísticos.

N	PROJETO	Prazo			RESULTADOS ESPERADOS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	PARCEIROS PROVAVEIS
		C	M	L			
Programa de adequação dos equipamentos e serviços ecoturísticos							
1	Implantar sistema de assistência técnica para desenvolvimento de equipamentos e serviços turísticos	X			<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a adoção de práticas adequadas ao meio ambiente e ao ecoturismo fornecendo assessoria no desenvolvimento de projetos; Facilitar o acesso ao crédito para o desenvolvimento de novos empreendimentos por meio de assessoria na elaboração de projetos de financiamento. 	PROECOTUR, Governo do Estado	Sebrae
2	Facilitar o acesso a linhas de crédito para desenvolvimento de equipamentos e serviços turísticos	X			<ul style="list-style-type: none"> Estimular a implantação de novos empreendimentos turísticos e a adequação dos existentes por meio do acesso facilitado ao crédito. 	Governo do Estado / instituições financeiras	BASA, Prodivino
3	Implantar programa de qualidade nos equipamentos e serviços turísticos	X			<ul style="list-style-type: none"> Adequar os empreendimentos turísticos ao padrão de qualidade necessário para se atingir o nível de competitividade esperado dentro do segmento de ecoturismo; Adequar os empreendimentos ao segmento do ecoturismo; Promover a melhoria contínua de qualidade nos empreendimentos turísticos. 	PROECOTUR, Governo do Estado	Sebrae
4	Implantar mecanismos de controle e licenciamento de serviços e equipamentos	X			<ul style="list-style-type: none"> Estimular a adoção de critérios adequados em novos empreendimentos por meio do condicionamento da liberação de crédito ao atendimento a estes critérios, da exigência de licenciamento de empreendimentos, e da fiscalização a empreendimentos turísticos 	Governo do Estado, Prefeituras Municipais	
5	Identificar empreendedores interessados em implantar novos empreendimentos ecoturísticos ou em readequar seu produto ao segmento do ecoturismo, e conscientizar para a necessidade de observação dos aspectos da sustentabilidade e emprego de tecnologias e procedimentos operacionais ambientalmente adequados	X			<ul style="list-style-type: none"> Conscientizar empresários e comunidades locais a respeito da importância da adoção de medidas que garantam a qualidade e a sustentabilidade da atividade turística; Estimular a adoção de medidas para a melhoria da qualidade dos equipamentos e serviços turísticos do pólo; Estimular a adoção de tecnologias e práticas ambientalmente adequadas nestes empreendimentos. 	PROECOTUR, Governo do Estado	Sebrae
6	Estimular a criação de associações de guias, monitores e prestadores de serviços turísticos locais	X			<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a implantação de serviços turísticos adequados ao ecoturismo; Estimular o envolvimento das comunidades locais no desenvolvimento da atividade turística. 	PROECOTUR, Governo do Estado	Sebrae, ONGs

Fonte: Rushmann (2002).

Em relação aos projetos do programa de adequação dos equipamentos e serviços ecoturísticos, consistem em: implantar sistema de assistência técnica para desenvolvimento de equipamentos turísticos; facilitar o acesso a linhas de crédito para o desenvolvimento de equipamentos e serviços turísticos; implantar mecanismos de controle e licenciamento de serviços e equipamentos; facilitar o acesso a linhas de crédito para desenvolvimento de equipamentos e serviços turísticos; implantar mecanismos de controle e licenciamento de serviços e equipamentos; identificar empreendedores interessados em implantar novos empreendimentos ecoturísticos ou em readequar seu produto ao segmento do ecoturismo; conscientizar para a necessidade de observação dos aspectos da sustentabilidade e emprego de tecnologias e procedimentos operacionais ambientalmente adequados; estimular a criação de associação de guias, monitores e prestadores de serviços turísticos locais. Todos esses projetos são propostos com uma execução a médio prazo, e todos contam com o apoio do governo do estado.

A seguir, o quadro 8 apresenta os programas de capacitação de recursos humanos para o setor de turismo.

Quadro 8- Programa de capacitação de recursos humanos para o setor de turismo

N	PROJETO	Prazo			RESULTADOS ESPERADOS	ORGAOS ENVOLVIDOS	PARCEIROS PROVÁVEIS
		C	M	L			
Programa de capacitação de recursos humanos para o setor de turismo							
1	Treinamento de profissionais que atuam em nível operacional		X		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade da prestação de serviços turísticos. 	PROECOTUR, Governo do Estado	Sebrae, Senac
2	Capacitar a mão-de-obra de nível gerencial dos empreendimentos turísticos		X		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o desempenho dos empreendimentos turísticos e sua adequação ambiental e ao segmento de ecoturismo. 	PROECOTUR, Governo Estadual	Sebrae, Senac
3	Qualificar recursos humanos para atuarem no planejamento da atividade turística		X		<ul style="list-style-type: none"> Capacitar recursos humanos para a realização dos programas e projetos propostos e para dar continuidade ao desenvolvimento do ecoturismo no pólo. 	PROECOTUR, Governo Estadual	
4	Qualificar recursos humanos para a gestão de unidades de conservação		X		<ul style="list-style-type: none"> Capacitar recursos humanos para o gerenciamento de unidades de conservação 	PROECOTUR, Governo Estadual	Ibama
5	Desenvolvimento de palestras de sensibilização do empresariado do setor de turismo para a necessidade de qualificação profissional		X		<ul style="list-style-type: none"> Conscientizar empresários do setor a respeito da necessidade de capacitação de mão de obra para a melhoria da qualidade dos serviços e do desempenho dos empreendimentos. 	PROECOTUR, Governo Estadual	

Fonte: Ruschmann (2002).

Segundo o Inventário Ruschmann (2002), dando ênfase na sustentabilidade e conservação ambiental, apresenta a proposta de criação de duas unidades de conservação no Cantá. Segundo a metodologia de Miller (*Planificación de parques nacionales para el ecodesarrollo em latinoamerica, 1980*), utilizada no Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil II etapa – IBDF/ FBCN, 1982, avaliaram-se as áreas conforme critérios como valor para o turismo, potencial recreativo, potencial educativo, qualidade estética e diversidade ecológica. Diante disso, propôs-se a criação do Refúgio Estadual de Vida Silvestre da Serra Grande no município do Cantá; Parque Estadual Fluvial do Rio Branco.

O Inventário Ruschmann (2002) ainda propõe que a mão-de-obra utilizada nas atividades de ecoturismo nas unidades de conservação, e também nos diversos serviços turísticos a serem criados, deve ser composta por pessoas das próprias comunidades abrangidas pelo desenvolvimento do ecoturismo efetivando-se, dessa forma, os benefícios socioeconômicos gerados pela atividade.

Para que essa situação ocorra em consonância com os padrões de qualidade objetivados para o ecoturismo no estado, é imprescindível que haja a implantação de capacitação das comunidades. A estratégia apresenta os cursos necessários nas áreas de

ecoturismo, de hospedagem, de alimentação, de entretenimento e de gestão, voltados para os públicos constituídos por gestores, empreendedores, técnicos, operadores e população tradicional.

A primeira unidade proposta, Serra Grande, trata-se de uma área de transição (Cerrado/Pantanal/Floresta Amazônica) em relação aos habitats terrestres, possuindo várzea, floresta, cerrado e veredas. Sobre os habitats aquáticos, estes possuem pântanos, lagos e rios. No que se refere às espécies observadas, técnicos da SEPLAN visualizaram espécies como a arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*), papagaios, macacos, onças da espécie parda, pintada e preta. Em relação à geologia e geomorfologia do local, possui origem granulítica; o solo é considerado impróprio para agricultura devido a alteração antrópica.

No que se refere às bacias hídricas, a vertente leste da serra drena para a Bacia do Rio Quitauaú e a vertente oeste para a Bacia do Rio Branco. Possui potenciais recursos cênicos, o Rio Branco com suas ilhas e praias, as elevações em destaque, os picos rochosos e a cobertura vegetal típica – floresta de terra firme. No que diz respeito aos fenômenos únicos, possui recursos cênicos acessíveis e próximos a capital Boa Vista, além da riqueza de fauna.

Quanto aos recursos genéticos especiais, temos a copaíba, entre várias espécies medicinais (craijurú, pata de vaca, quebra pedra). No que se refere aos valores culturais, possui festas, culinária e artesanato. Sobre o uso potencial da área, temos o turismo de lazer e de aventura, turismo científico e estudos do meio.

No que diz respeito aos fatores institucionais, temos o uso existente da terra, como a agricultura de subsistência, sem comercialização de excedentes. Quanto à posse de terra, uma parte é de domínio público e outra parte é de domínio privado, com vários proprietários. Quanto à infraestrutura, tem-se estradas de piçarra, água potável, eletricidade, telefone, como também a previsão de asfaltamento de estradas.

O quadro 9 apresenta a avaliação da unidade proposta, separando por critérios de avaliação e os classificando como A (excelente), B (bom), C (regular), D (inadequado) e E (não considerado).

Quadro 9- Avaliação da unidade proposta 1.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		A	B	C	D	E
1	Representatividade de região ecológica natural		X			
2	Representatividade de região fisiográfica		X			
3	Habitat de espécie rara ou ameaçada de extinção	X				
4	Diversidade ecológica	X				
5	Raridade (aspectos mais notáveis)		X			
6	Qualidade estética		X			
7	Estado natural (ausência de alterações antropogênicas)		X			
8	Valor histórico			X		
9	Potencial educativo		X			
10	Potencial científico e monitoramento	X				
11	Potencial recreativo		X			
12	Efetividade como unidade de conservação		X			
13	Valor para turismo local		X			

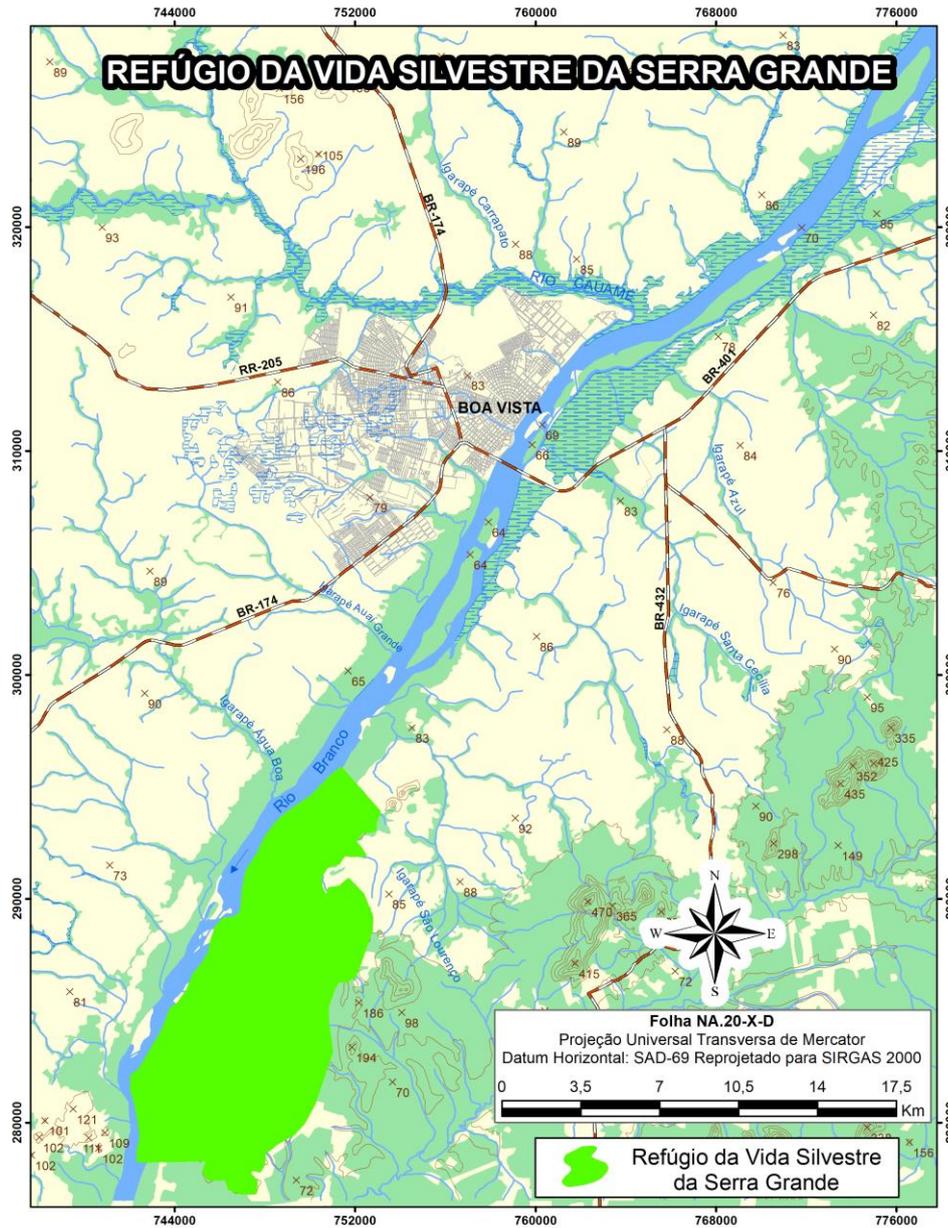
Fonte: SEPLAN/RR; Elaboração Ruschmann Consultores. Adaptador por Rondinelle Albuquerque (2019).

De acordo com os critérios de avaliação, temos vários quesitos potenciais para a criação da unidade de conservação, mas existem aqueles que recebem uma classificação A (excelente), como é o caso de: habitat de espécie rara ou ameaçada de extinção; diversidade ecológica; potencial científico e monitoramento.

Tomando como base a expressiva diversidade ecológica, no potencial científico e educativo, propõe-se como alternativa a criação do Refúgio Estadual de Vida Silvestre da Serra Grande, com área aproximada de 10.489,7 hectares. Os limites desta unidade são: norte: Rio Branco e porção de sua várzea; leste: estrada estadual; sul: cota altimétrica 100 e a partir daí linha reta até o Rio Branco na direção da ponta da ilha Santarenzinho; e oeste: Rio Branco.

O Inventário Ruschmann (2002) considera que a unidade proposta (figura 11) pode ser constituída por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas, ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

Figura 12- Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra Grande.



Fonte: SEPLAN/RR, Adaptação Ruschmann Consultores (2002). Carta Topográfica Folha NA. 20-X-D – IBGE (1977).

A segunda unidade proposta tem como nome Arquipélago do Surrão (figuras 12 e 13). Localizado no município do Cantá, tem como província biogeográfica a Amazônia. Seus habitats terrestres são compostos por floresta baixa de várzea, enquanto os habitats aquáticos possuem lagos e igarapés. As espécies observadas são: arara azul, papagaios, macacos, onças da espécie parda e preta.

Figura 13- Vista parcial da ilha de São Lourenço – Arquipélago do Surrão.



Fotografia: Joaquim Rondon Azevedo (2002).

Figura 14- Vista parcial do Rio Branco



Fotografia: Joaquim Rondon Azevedo (2002)

No que diz respeito a geomorfologia, temos arenito inconsolidado/ ondulado suave com ocorrência de cordões migrantes. Os solos são compostos de areia e argila, entretanto, a área vem sofrendo com a erosão do solo devido a retirada da mata ciliar e ocupação desordenada do solo. As bacias hídricas que compõem a área são: Bacia do Rio Branco, composta pelos igarapés: Gentil, Surrão, Preciosa, Azul, Santa Cecília, e São Lourenço.

Quanto aos recursos cênicos, possui as praias fluviais do rio Branco. Quanto aos fenômenos únicos, possui presença de espécies endêmicas e a proximidade com a capital (Boa Vista), mais os tabuleiros de desova de tartarugas. Possui uma diversidade ecológica marcada pela presença de vários exemplares de fauna e flora.

Quanto ao uso potencial da área, existe a possibilidade de ser utilizada para a implantação de estrutura para recepção e orientação de visitantes, objetivando sua efetiva conservação. E, no que diz respeito aos fatores institucionais, o uso existente da terra é representado por roças, agricultura familiar de subsistência, além de atividades de recreação e mineração de argila e seixos.

Em relação à posse de terra, a área é de domínio público, com a presença de poucos posseiros, e a atividade projetada para a área é o ecoturismo. Quanto à infraestrutura atual e prevista, atualmente é inexistente, diante disso, propõe-se a implantação de uma área de desenvolvimento intitulada “Recepção e orientação aos visitantes”. Poderá abrigar também um centro de reabilitação e reintrodução da fauna silvestre.

O quadro 10 apresenta a avaliação da unidade proposta, separando por critérios de avaliação e os classificando como A (excelente), B (bom), C (regular), D (inadequado) e E (não considerado).

Quadro 10 - Avaliação da unidade proposta 02

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		A	B	C	D	E
1	Representatividade de região ecológica natural		X			
2	Representatividade de região fisiográfica		X			
3	Habitat de espécie rara ou ameaçada de extinção			X		
4	Diversidade ecológica			X		
5	Raridade (aspectos mais notáveis)		X			
6	Qualidade estética		X			
7	Estado natural (ausência de alterações antropogênicas)			X		
8	Valor histórico				X	
9	Potencial educativo	X				
10	Potencial científico e monitoramento	X				
11	Potencial recreativo	X				
12	Efetividade como unidade de conservação		X			
13	Valor para turismo local		X			

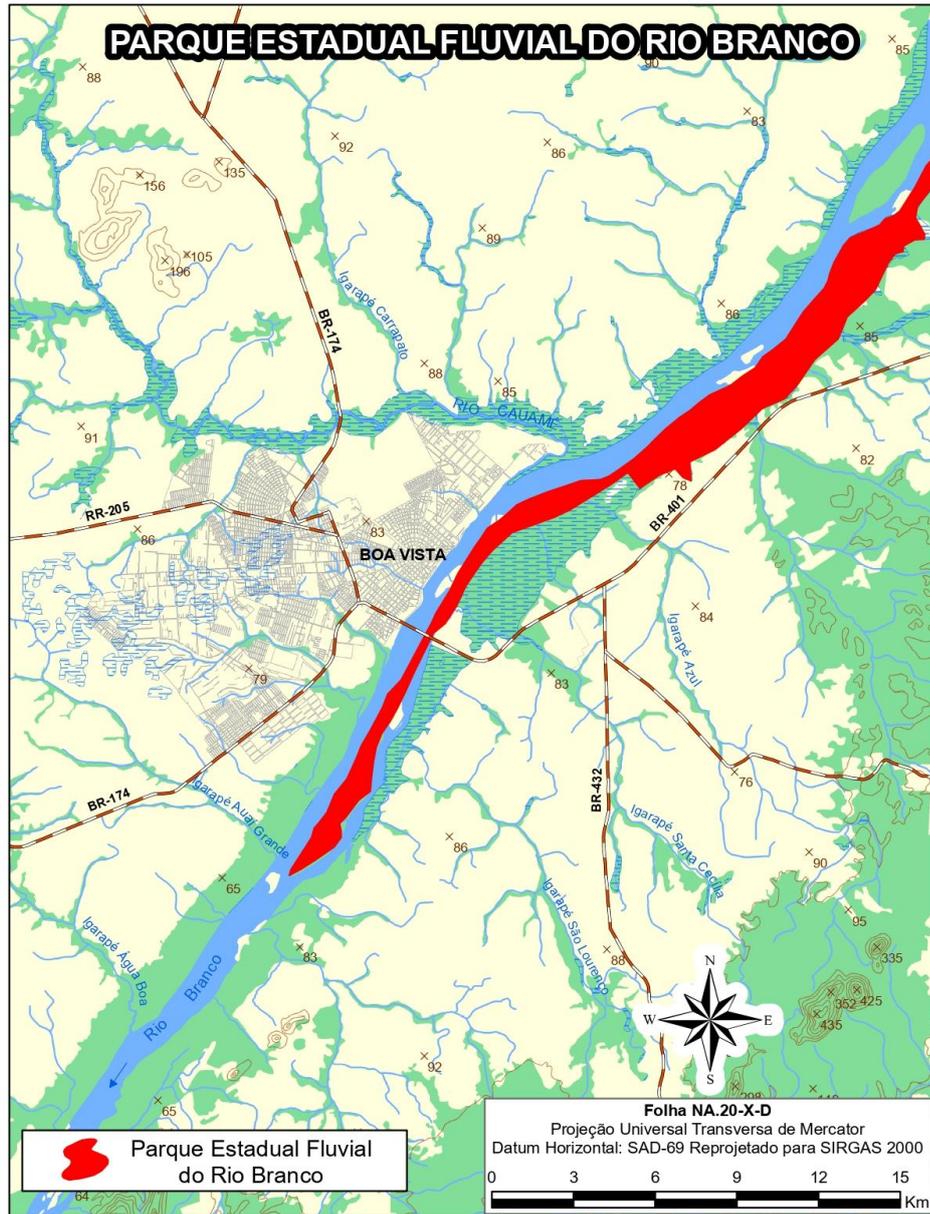
Fonte: SEPLAN/RR; Elaboração Ruschmann Consultores. Adaptador por Rondinelle Albuquerque (2019)

Os critérios de avaliação considerados mais importantes são: o potencial educativo, potencial científico e monitoramento, e potencial recreativo. De acordo com a tabela, esses critérios foram classificados como importantes para a criação da unidade de conservação.

Com base no potencial recreativo e educativo da área, associado à necessidade de conservação desse expressivo ecossistema, com área aproximada de 4.265,7 hectares, propõe-se a criação do Parque Estadual Fluvial do Rio Branco (figura 15), que engloba as ilhas de São Lourenço, São Bento, São José, o Paraná do Surrão e sua várzea adjacente.

O Parque Estadual é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

Figura 15 - Limites do proposto Parque Estadual Fluvial do Rio Branco.



Fonte: SEPLAN/RR, Adaptação Ruschmann Consultores (2002). Carta Topográfica Folha NA. 20-X-D – IBGE (1977).

O estado de Roraima possui vários potenciais turísticos; mais especificamente em que o Cantá se coloca como o município que possui os mais variados atrativos. Como vimos ao longo do capítulo, há um grande atrativo natural, a Serra Grande; como atrativo de recreação, o Balneário Sacolejo; como atrativo cultural, a Maloca do Canaúanim; e como atrativo que surgiu através da iniciativa privada, a Fazenda Castanhal. Vimos também a possibilidades de

execução de vários projetos e programas que visam alavancar o desenvolvimento do município, dentre eles a possibilidade da criação de duas unidades de conservação.

Embora existam áreas com potencialidades, ainda nos deparamos com fatores limitantes. Entre a criação dos programas e projetos até sua execução, o município ainda necessita da vontade do poder público para alavancar a economia local através do turismo rural .

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: A PESQUISA COM OS MORADORES DO MUNICÍPIO

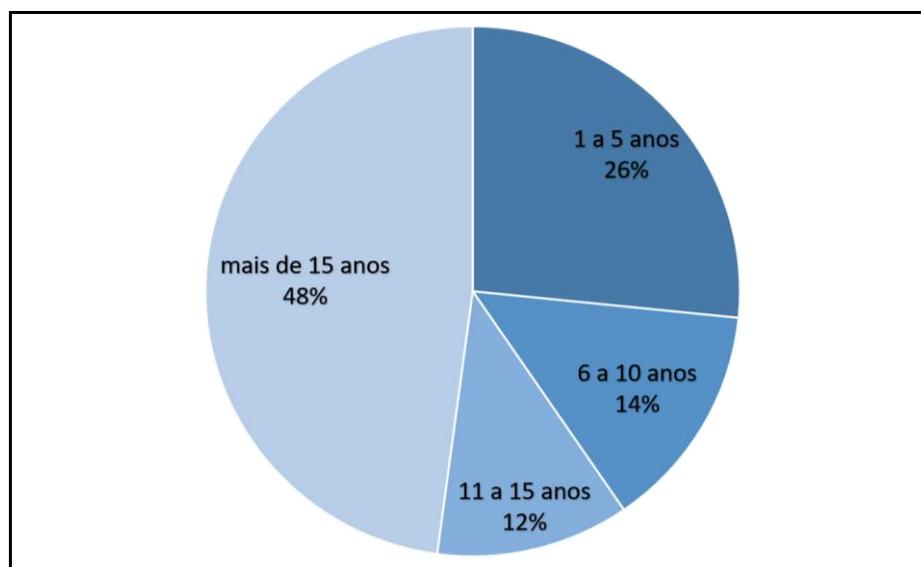
O processo de urbanização da cidade é um dos fatores que passa a se reunir com o conjunto de funções que vão definir os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, demonstrando a realidade dos habitantes.

Os sistemas de produção existentes no espaço urbano são produzidos por vários fatores, e esses sistemas compõem dinâmicas de relações complexas e diversas, em que cada parte envolvida não pode ser analisada separadamente, mas, sim, através de suas interações com os demais fatores que compõem a realidade.

Com o objetivo de verificar a percepção dos moradores do Cantá, obteve-se os dados primários por meio de um questionário aplicado diretamente a população. Ao todo, foram aplicados 278 questionários, que corresponde a 2% da população do município. Diante disso, foi possível extrair informações importantes para a elaboração das figuras, oferecendo clareza à própria pesquisa, com dados à respeito das potencialidades que o município oferece e a atuação dos agentes promotores do espaço urbano, como por exemplo, o poder público local.

A primeira pergunta do questionário foi sobre o tempo de moradia, em que o resultado se pode observar na figura 16. A princípio, a maioria dos entrevistados são moradores considerados antigos, com mais de 15 anos no município, que chegaram e se identificaram com o lugar. Para a obtenção das informações foram excluídos os indígenas e os imigrantes.

Figura 16- Tempo de moradia no Cantá.

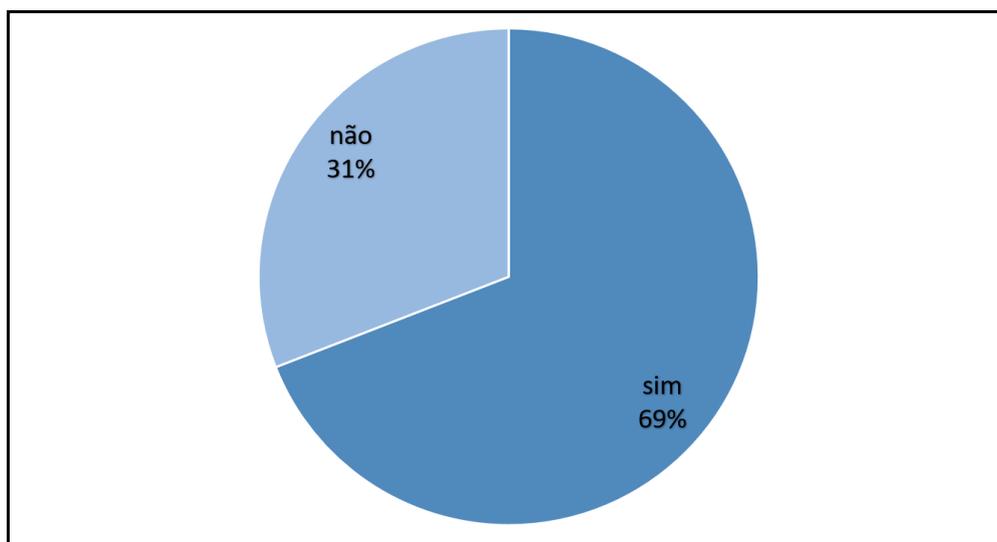


Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

É possível verificar na figura 16 que 48% dos entrevistados se declararam morar no Cantá há mais de 15 anos; 26% de 1 a 5 anos; 14% entre 6 a 10 anos; e 12% entre 11 a 15 anos. Durante as entrevistas foi possível observar que entre os moradores que vivem no município há mais de 15 anos, estes possuem uma maior identificação com o lugar. Também foi constatado que, entre eles estão as pessoas que já nasceram no Cantá, filhos dos moradores mais antigos e que continuam morando no local. Em contrapartida, pessoas que residem no município há menos tempo são aquelas que foram em busca de uma renda ou de produzir algo no meio rural.

A seguir, a figura 17 apresenta a satisfação dos habitantes em morar no Cantá.

Figura 17- Quanto à satisfação com o local moradia no Cantá



Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

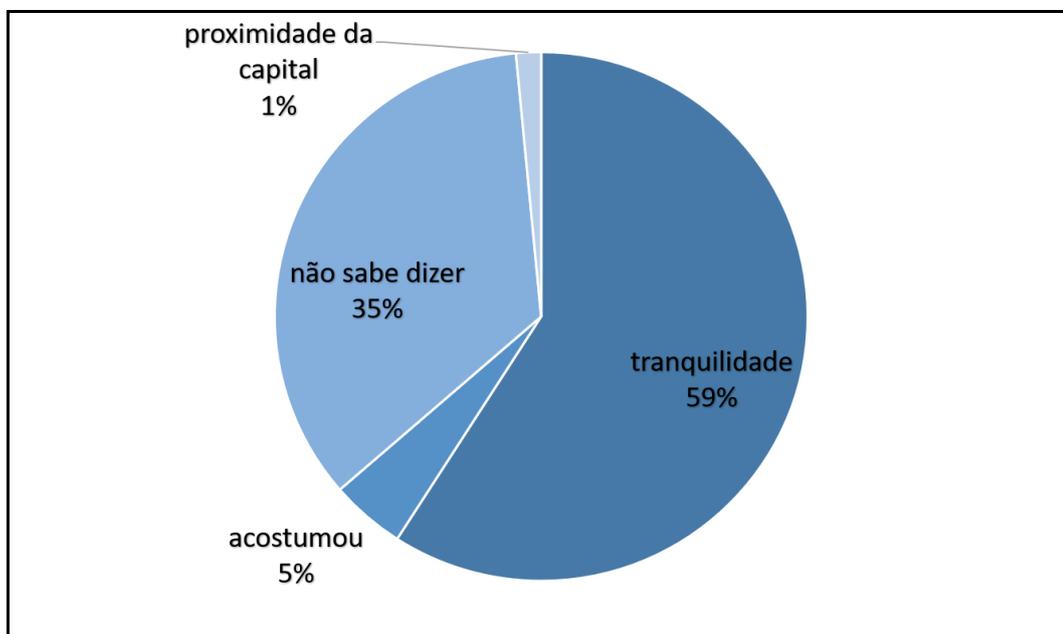
Durante as entrevistas, foi perguntado se os moradores estavam satisfeitos com o local de moradia no município (figura 16). Um total de 69% respondeu que sim enquanto 31% respondeu que não estavam satisfeitos.

No que diz respeito ao local de moradia, foi considerado o município como um todo, não apenas a residência do entrevistado. Foi realizada uma análise considerando aspectos gerais de infraestrutura urbana, saneamento básico, saúde, educação, lazer, entre outros fatores.

Dentre os moradores que responderam estar satisfeitos em residir no Cantá, a maioria se trata de moradores mais antigos que se acostumaram com a calma do lugar, os quais dizem que o município é um ótimo lugar para construir uma família e criar os filhos. Existe também uma relação de topofilia, um elo afetivo entre a pessoa e o lugar, embora se tenha

relatos de vários fatores negativos. De maneira geral, o grau de satisfação de moradia no Cantá corresponde que a maioria de residir no município. A seguir, na figura 18, estão apresentados os motivos de satisfação de moradia no Cantá.

Figura 18- Motivos de satisfação do local de moradia no Cantá.



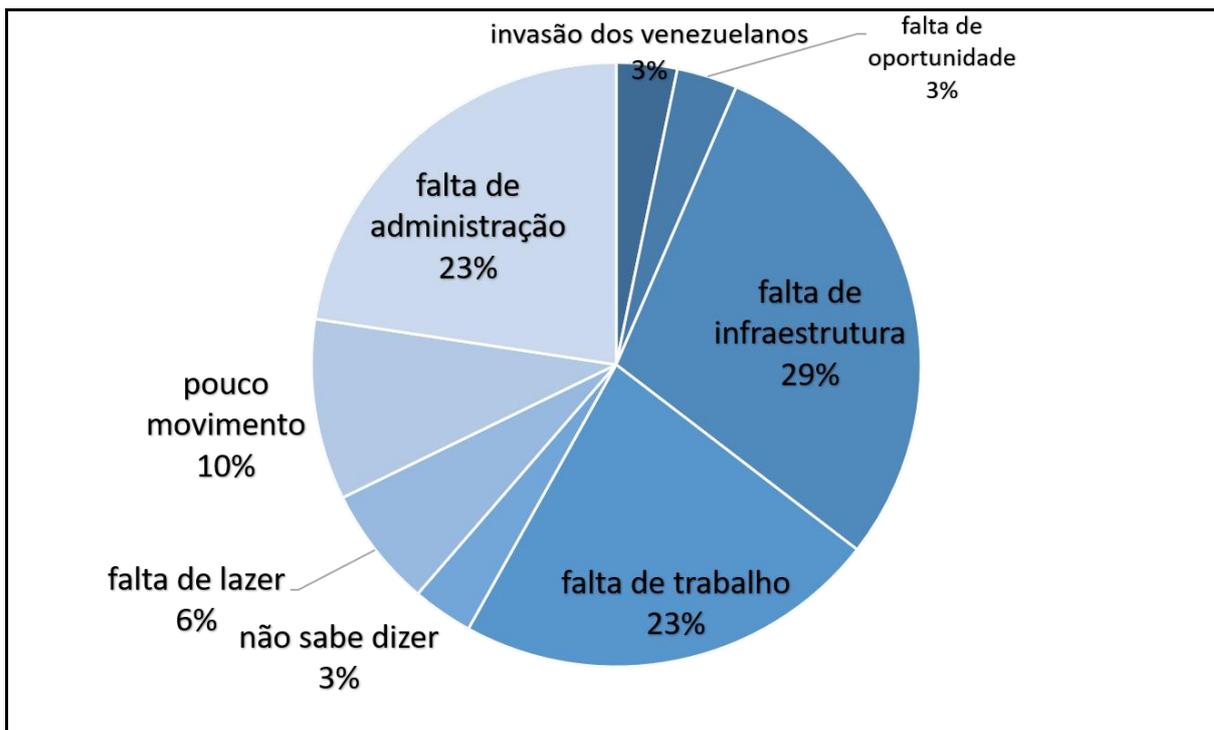
Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

Após análise dos dados coletados (figura 18), pode-se verificar quais são os motivos de satisfação do local de moradia apontados pelos entrevistados. Ainda observou-se que o motivo principal está relacionado à tranquilidade que o município apresenta.

Um total de 59% respondeu que se sente satisfeito em morar no Cantá por conta de ser um local tranquilo e oferecer uma calma aos seus habitantes. Outra grande parte dos entrevistados, correspondendo a 35%, não souberam responder porque se sentem satisfeitos em morar no Cantá. Alguns ficaram tímidos com a entrevista e responderam de forma envergonhada, mas para eles não existem um motivo claro, apenas gostam de morar no município. Já outra parte da população, equivalendo a 5%, respondeu que se acostumou em morar no município e, por esse motivo, sentem-se satisfeitos. Apenas 1% respondeu que gosta de morar no Cantá pela proximidade com a capital Boa Vista, devido ao fato de possuírem parentes, amigos ou até vínculos empregatícios.

A seguir, na figura 19 temos os resultados obtidos quanto aos motivos de insatisfação dos moradores do Cantá.

Figura 19- Motivos de insatisfação de moradia no Cantá.



Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

Através do questionário aplicado, foi constatado que a falta de infraestrutura é um motivo predominante da população, correspondendo a 29%, em que os entrevistados relataram a falta de iluminação nas vias arteriais, coletoras e locais, assim como a falta de pavimentação. A falta de trabalho corresponde a 23%, seguido da falta de administração com 23%. Vale ressaltar que os entrevistados apontaram a falta de administração como um problema chave, em que resolvida esta situação, muitos outros setores poderiam evoluir perfeitamente.

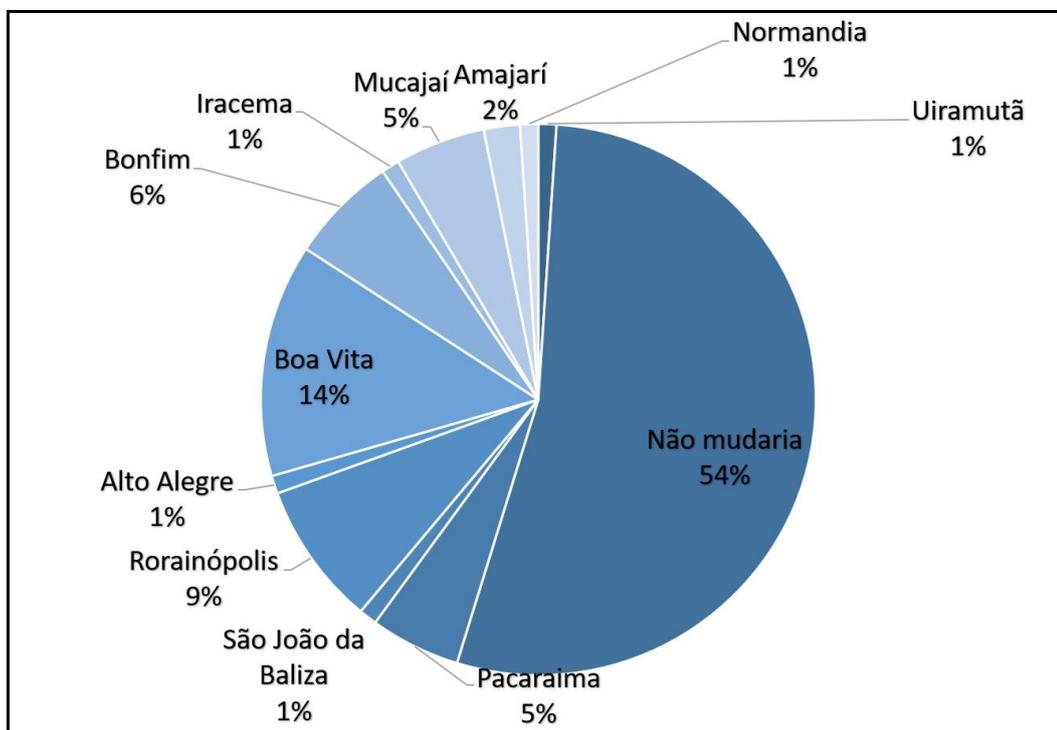
Uma outra parte da população, correspondendo a 10%, se diz insatisfeita morando no município pelo fato de ser um lugar pouco movimentado, enquanto 6% disseram que se sentem insatisfeitos por falta de lazer. Falta de oportunidade corresponde a 3%, seguido de invasão dos venezuelanos 3%. Não souberam responder corresponde a 3%.

Durante conversas com moradores locais foi comentado que uma característica não apenas do Cantá, mas também de outros municípios de Roraima, é a falta de interesse dos gestores que, na maioria das vezes, são pessoas que ocupam cargos sem ter capacidade técnica para conduzir as decisões necessárias para melhoria cidade. Esses motivos de insatisfação mostrados no Cantá se repetem entre outras pequenas cidades da Amazônia

Setentrional.

Durante a aplicação dos questionários foi perguntado aos entrevistados se eles pudessem morar em outro lugar, qual município escolheriam.

Figura 20- Municípios escolhidos para moradia.



Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

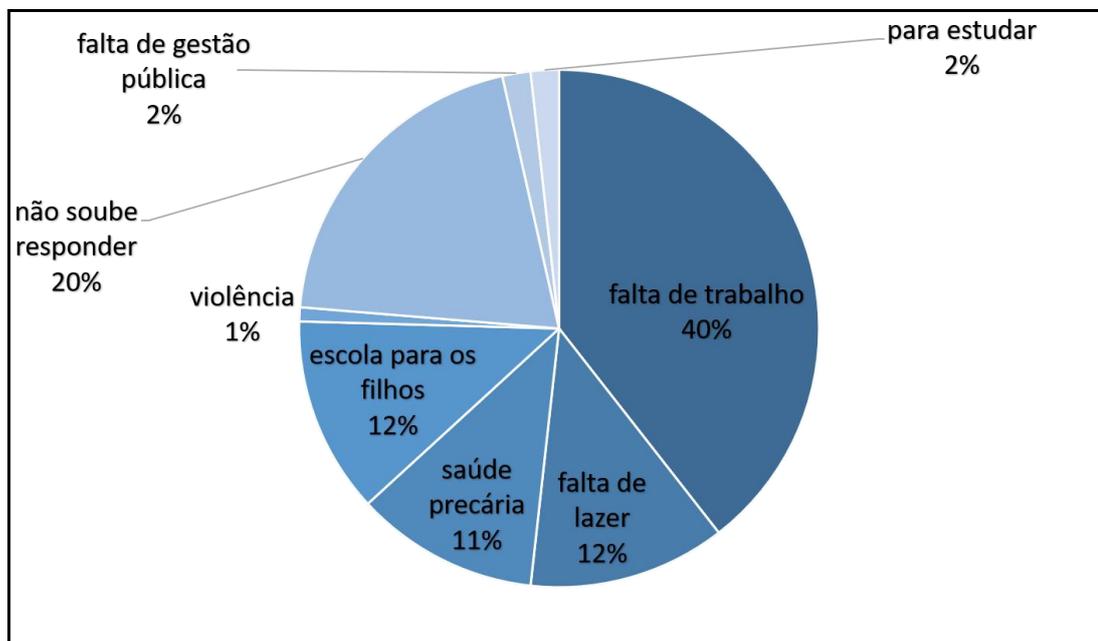
Como pode ser observado (figura 20), 54% dos entrevistados responderam que não mudariam de município. Nesse caso, trata-se dos moradores mais antigos e que já possuem estabilidade financeira no Cantá. Mudariam para Boa Vista 14% dos entrevistados, haja vista que sua proximidade com Cantá é um fator determinante. Rorainópolis corresponde a 9%, na visão dos entrevistados se trata de um município que também é calmo como o Cantá, mas que oferece mais opções de infraestrutura e lazer.

Em relação a Bonfim, corresponde a 6%, em que muitos justificaram com o fato de ser um município que faz fronteira com a Guiana Inglesa. Outros 5% responderam Pacaraima, também pelo fato de fazer fronteira com outro país, mas também por apresentar um clima mais agradável.

O município de Mucajaí corresponde a 5%, em que também sua proximidade com a capital foi mencionada como fator determinante; Amajari corresponde a 2% e, por fim, Uiramutã, Normandia, Iracema, Alto Alegre e São João da Baliza que correspondem a 1%.

Também foi questionado aos entrevistados quais motivos poderiam levá-los a deixar o Cantá, como nos mostra a figura 21 a seguir.

Figura 21- Motivos para se mudar do Cantá.



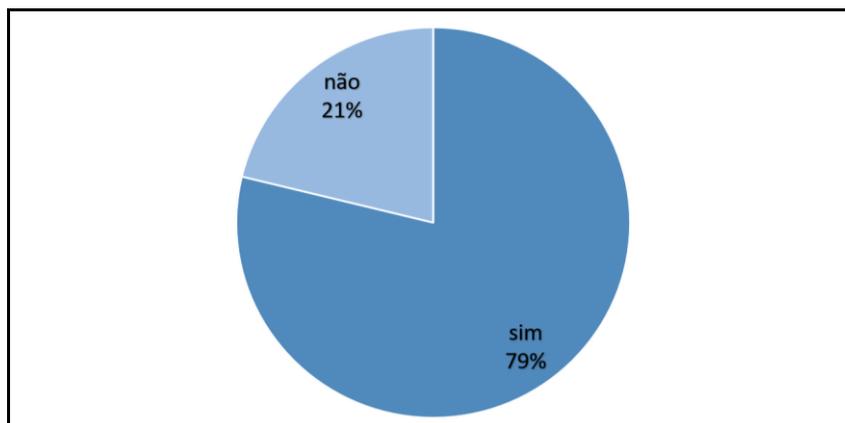
Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

Quando perguntados sobre os motivos que poderiam levá-los a se mudar do Cantá (Figura 20), 40% responderam falta de trabalho, considerando que muitos deles se encontram desempregados e outros até possuem fonte de renda, mas que não proporciona estabilidade. Não souberam responder 20% dos entrevistados; outros 12% disseram que mudariam do Cantá para ir em busca de escolas melhores para os filhos enquanto 12% disseram que sairiam do município por falta de lazer.

Os que se disseram preocupados com a saúde corresponde a 11%, seguidos de 2% que sairiam para estudar. Outros 2% alegaram que no município falta gestão pública e, por esse motivo, deixariam a cidade. Por fim, 1% respondeu que deixariam o Cantá pela violência, relatando a existência de membros de facções criminosas que têm começado a mudar a dinâmica do lugar, com alguns crimes, assassinatos, roubos e tráfico de drogas.

No que diz respeito ao potencial turístico do Cantá, podemos observar nas figuras 22 e 23 a visão dos moradores a respeito dessa potencialidade.

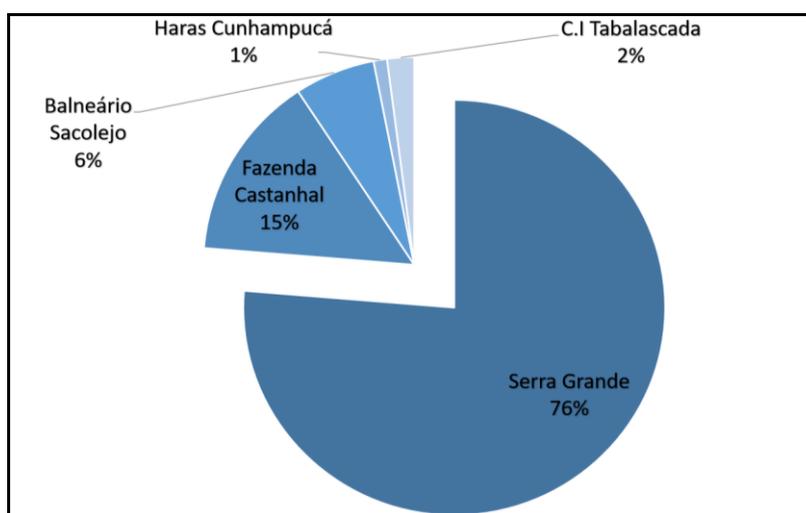
Figura 22- Quanto à existência de pontos turísticos no Cantá.



Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

Durante a entrevista foi perguntado aos moradores se o Cantá possui potencial turístico (figura 22), em que 79% respondeu sim e 21% respondeu não. Foi possível notar que muitos moradores não tem o costume de frequentar os pontos considerados como potenciais turísticos devido, às vezes, pela falta de transporte, falta de tempo, ou falta de recursos financeiros. Outro fator que contribui com esses dados é o fato do município possuir uma área relativamente extensa, o que requer uma esforço maior no que se refere ao deslocamento, seguido de viciniais de estradas de terra com difícil acesso.

Figura 23- Pontos turísticos no Cantá.



Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

As informações da figura 23 se referem aos principais pontos turísticos existentes no Cantá. Dos entrevistados, 76% responderam que a Serra Grande possui maior potencialidade

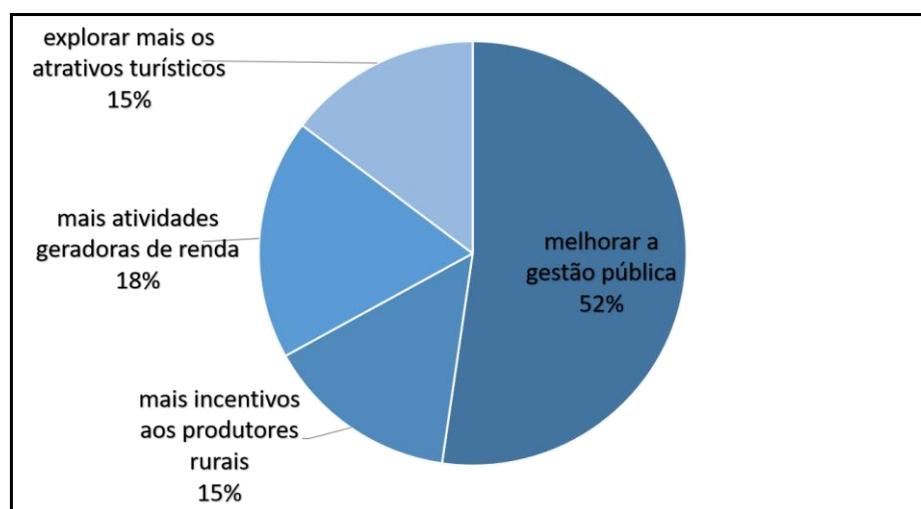
turística, (já existem empresas explorando esse potencial turístico), tendo ganhado muita visibilidade não apenas dentro do Cantá, mas em outros municípios de Roraima. A Fazenda Castanhal corresponde a 15% e também vem atraindo o público externo e ganha visibilidade a cada ano. O Balneário Sacolejo corresponde a 6% e o fato de estar localizado às margens da principal rodovia de acesso tem também contribuído para a visibilidade ao local. Já 2% dos entrevistados acreditam existir um potencial turístico na comunidade indígena Tabalascada e, por fim, 1% da população respondeu Haras Cunhã Pucá, considerando que este possui uma potencialidade cênica; no entanto, trata-se de uma área privada.

Durante as entrevistas, a população comentou sobre outro potencial turístico existente no Cantá, o Balneário Medalha, que possui esse nome pois o proprietário é conhecido como Zé das Medalhas. O balneário ainda não apresenta uma infraestrutura sofisticada, mas já recebe vários habitantes do Cantá e também de outros municípios.

Nota-se também que muitos moradores não conhecem todos os pontos turísticos do Cantá e acabam tendo mais conhecimento apenas dos locais mais próximos às suas moradias, por exemplo: como os moradores da Vila Serra Grande I tem maior proximidade com a Serra Grande, eles lhe dão maior visibilidade contudo, sem dúvida alguma, a esse lugar é o maior atrativo turístico do Cantá e tem visibilidade em todo o estado de Roraima.

Na figura 24 é possível observar os fatores que podem contribuir para o desenvolvimento do Cantá.

Figura 24- Fatores que podem contribuir para o desenvolvimento do Cantá.



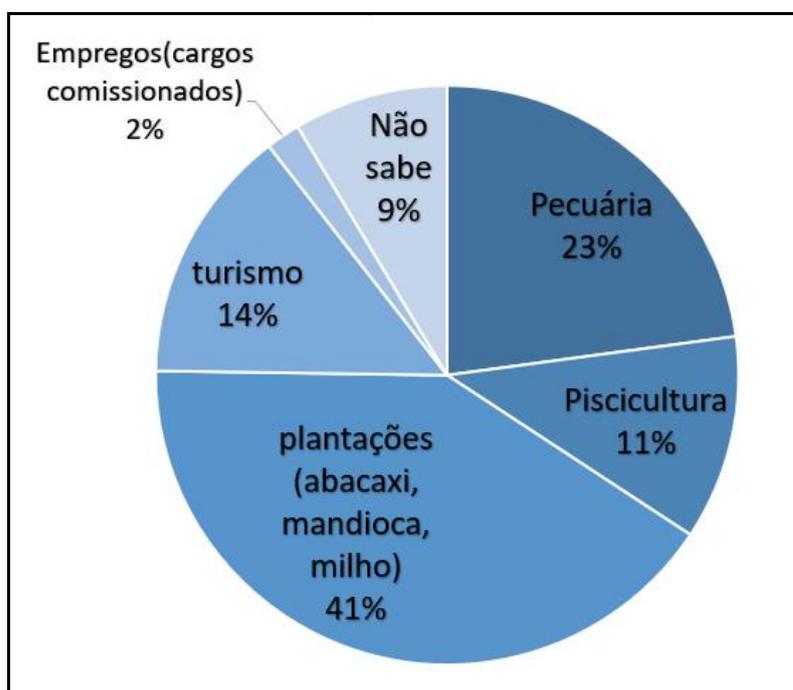
Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

Com base nos questionários foi verificado que 52% (figura 24) responderam que deve

melhorar a gestão pública, sendo muito comentado que ao se melhorar a gestão, todos os outros setores vão alavancar por reação em cadeia. A implantação de mais atividades geradoras de renda corresponde a 18%, seguido de mais incentivos aos produtores rurais com 15%, em que o Cantá se coloca como um município com características fortes na agropecuária. Por fim, também 15% responderam que, com a exploração dos pontos turísticos, o município pode aumentar seus rendimentos, tendo em vista que outras pessoas de outros municípios e até mesmo de outros estados podem começar a frequentar o Cantá, e ali fazer o consumo de vários tipos de produtos e serviços.

Foi questionado aos entrevistados quais as atividades que mais contribuem com a economia do município, como pode ser visto, a seguir, na figura 25

Figura 25- Atividades que mais contribuem com a economia do Cantá.



Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

A resposta dos moradores foi bem dividida (figura 25), pois no Cantá existe uma grande diversidade entre as atividades que trazem renda ao município. As plantações correspondem a 41%, sendo destacadas as plantações de abacaxi, mandioca e milho. A criação de gado corresponde a 23%, sendo citada por uma parte dos moradores a existência do matadouro, o qual gera emprego e renda para uma parte da população.

O turismo aparece nas respostas com 14%, em que os moradores comentaram a respeito das pessoas de outras localidades que vão ao Cantá visitar os pontos turísticos

existentes. Já 11% respondeu criação de peixes, pelo fato de existir fazendas que exercem a atividade da piscicultura. Outros 9% não souberam responder e, por fim, 2% acreditam que a economia do Cantá gira em torno dos empregos, na maioria cargos comissionados.

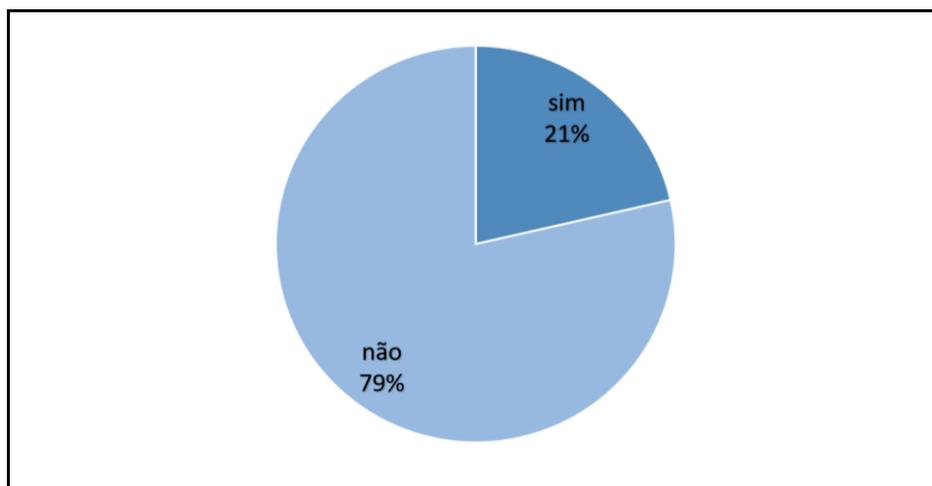
Durante as entrevistas os moradores explicaram que a maioria das atividades remuneradas existentes no Cantá são os cargos comissionados na prefeitura, em secretarias e na escola estadual e municipal, sendo a quantidade de funcionários concursados mínima.

Outro fato, no que diz respeito às plantações, é que a maioria da produção das frutas produzidas no município passa pela sede e vai ser entregue nas feiras de Boa Vista. O mesmo acontece com a piscicultura, os peixes são vendidos em Boa Vista e depois para outros destinos, até mesmo chegando a voltar a ser vendido nas feiras do Cantá.

Quanto à pecuária, já existe um mecanismo mais eficiente. No Cantá existe um matadouro que atende a demanda para o abate do gado, estando localizado às margens da RR-432 após a sede. Lá são abatidos os animais e depois enviados aos frigoríficos e açougues, não apenas dentro do município, mas também para outros do estado.

Na figura 26 a seguir, é possível observar os resultados obtidos através do questionamento perante a população se a prefeitura estava realizando a infraestrutura necessária para desenvolver o turismo local.

Figura 26- A prefeitura tem realizado a infraestrutura para desenvolver o turismo local?



Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

Para se ter noção a respeito das ações da prefeitura, questionou-se a população sobre as atividades de infraestrutura relacionadas ao turismo. Sendo assim, foi perguntado se a prefeitura tem criado incentivos e estratégias de fomento ao turismo do Cantá.

Após análise dos dados obtidos podemos observar na figura 25 que 79% dos

entrevistados responderam não, que a prefeitura estava realizando a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do turismo local. Os que responderam sim corresponde a 21%.

Dentre os moradores que responderam favoravelmente às ações da prefeitura, encontram-se alguns funcionários de secretarias municipais. Também notou-se que, por mais que a gestão atual esteja praticando algumas ações de fomento ao turismo local, percebe-se que ainda não é suficiente para que se tenha uma expressão significativa para o Cantá.

Em relação àquelas pessoas que dizem que a prefeitura não está realizando a infraestrutura necessária para desenvolver o turismo do Cantá, foi questionado o porquê de suas resposta, como pode ser visto na figura 27.

Figura 27- Motivos que a prefeitura não tem realizado infraestrutura necessária para desenvolver o turismo local.



Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

Como pode ser visto nos dados da figura 27 31% dos entrevistados disseram que a falta de competência é o principal motivo, sendo seguido da não preocupação com a população correspondendo a 19%. Os que responderam desorganização correspondem a 18%. Já 15% não souberam responder; outros 5% disseram que a prefeitura não realiza ações por falta de orçamento e, por fim, 4% respondeu que a prefeitura não investe em capacitação.

Vale ressaltar que durante as entrevistas, alguns moradores relataram que a prefeitura

realizou o curso de condutor (guia turístico) para ser aplicado aos visitantes, mas que, após o curso, os alunos não recebem mais nada, ou seja, não existe nenhuma política que direcione esses alunos do curso às atividades de turismo.

Quanto às pessoas que responderam sim, a prefeitura realiza ações necessárias para o desenvolvimento do turismo, como podemos observar os dados na figura 28.

Figura 28- Motivos que a prefeitura tem realizado a infraestrutura necessária para desenvolver o turismo local.



Organização: Rondinelle Albuquerque (2019).

De acordo com a opinião dos moradores (figura 28), 25% dos entrevistados vêem a realização de eventos destinados ao turismo como uma ação voltada ao desenvolvimento turístico; já 15% afirmam que a prefeitura incentiva a população com ações para atração do turismo; outros 10% observam algumas melhorias; 5% responderam que foi criada a coordenação de turismo; outros 5% responderam que a prefeitura pavimentou as estradas; outros 5% disseram que a prefeitura fornece suporte aos condutores; por fim, apoiar as secretarias corresponde a 5%. Para a maioria, que corresponde a 30%, a prefeitura tem realizado ações para desenvolver o turismo local, mas quando questionada que tipo de ações, não souberam responder.

Durante as visitas de campo para a aplicação de questionários, aconteceu o I

Workshop de Xxposições do Turismo Local no Cantá. O evento contou com a presença do prefeito, vereadores e a secretária do turismo (figura 29).

Figura 29- I Workshop e Exposições do Turismo Local no Cantá-RR



Fotografia: Rondinelle Albuquerque (2019).

O evento serviu como um marco para o município, pois unificou várias empresas que exploram o turismo no município. Nele foi debatido a respeito de ações e políticas que a Secretaria de Turismo tem realizado. Contou com a presença dos estudantes do ensino fundamental e médio, e também de moradores e representantes das vilas que contemplam a zona rural.

Após a análise dos dados e pesquisa de campo, foi possível compreender melhor a dinâmica dos potenciais que o Cantá possui, contudo, é importante destacar que existem limitações que atrasam o desenvolvimento dos setores do turismo e da agropecuária. Nesse sentido, criou-se um quadro para melhor síntese das informações a respeito das potencialidades e limitações do município do Cantá (quadro 11).

Quadro 11- Potencialidades e limitações no município do Cantá-RR.

QUADRO DE POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO MUNICÍPIO DO CANTÁ-RR		
	POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES
SERRA GRANDE	<p>Apresenta condições favoráveis de integrar um programa ecoturístico;</p> <p>É o maior atrativo turístico do Cantá e atende a um numeroso grupo de pessoas que procuram a região para a prática das trilhas;</p> <p>Possui locais com vistas panorâmicas, quedas d'água e favorece a prática de esportes de aventura.</p>	<p>É necessário a implantação de acessibilidade no local e melhorias no que se refere ao acesso; não existe infraestrutura turística e de alimentação disponível para os visitantes;</p> <p>Ausência de gestão e trato ambiental por parte dos proprietários da área que dá acesso às trilhas.</p>
FAZENDA CASTANHAL	<p>Possui infraestrutura para hospedagem, oferece como potencial de atração turística o contato com a natureza e o lazer;</p> <p>Possui como infraestrutura: cobertura para o abrigo de mesas, quiosques, barracões, casa principal, área de camping, piscina e trilhas;</p> <p>Fica localizada às margens do rio Quitauaú, oferece outras opções de entretenimento, pesca, passeio de barco, e o auxílio no abastecimento de água; atrai pessoas do Cantá, boa vista, e também de outros municípios de Roraima.</p>	<p>Destaca-se a necessidade de ações do poder público em oferecer melhorias no que se refere ao acesso;</p> <p>Possui 22 km de estrada de terra, alguns trechos das estradas necessitam de reparos e algumas pontes precisam ser restauradas.</p>
BALNEÁRIO SACOLEJO	<p>O acesso é bom, fica localizado cerca de 10 km de boa vista, às margens da rr-432 (asfaltada);</p> <p>Trata-se de um atrativo turístico familiar tradicional, os moradores de boa vista também frequentam o local;</p> <p>Quanto a sua infraestrutura, é suficiente para grupos familiares e de amigos, possui restaurantes, bares e quiosques às margens do igarapé.</p>	<p>Existem indícios de impactos relacionados à superação da capacidade de recepção;</p> <p>Não possui infraestrutura para hospedagem, seu funcionamento oferece aos visitantes apenas a opção de passar o dia no local;</p> <p>Trata-se de uma propriedade particular, por isso encontram-se limitações de recursos para investimentos no local.</p>
HARAS CUNHÃ PUCÁ	<p>O acesso é bom, fica localizado no quilômetro 1,5 por estrada asfaltada;</p> <p>Possui potencial em suas paisagens, variedades de floresta e savana, possui jardim botânico com variedades de orquídeas e plantas nativas;</p> <p>Oferece várias opções em sua área de lazer, onde são realizados festas e eventos.</p>	<p>No trecho da BR-401 da ponte dos Macuxí até a entrada do haras não possui acostamento, nem sinalização, o que torna o trecho perigoso, principalmente pelo fato da grande altura da estrada em relação às suas laterais;</p> <p>A energia elétrica que abastece o haras não suporta grandes demandas no que se refere à realização de grandes eventos.</p>
COMUNIDADE INDÍGENA CANAUANIM	<p>O acesso é considerado regular, fica localizado a cerca de 30 km da sede do Cantá;</p> <p>Guarda características originais em suas edificações como o uso da madeira e palha. Existem artesãos que trabalham com a técnica da palha e cerâmica;</p> <p>Sua proximidade com boa vista favorece a implantação de produtos turísticos.</p>	<p>O acesso é por estrada de terra, necessitando de melhorias no acesso;</p> <p>Não existe infraestrutura de turismo implantada; a aldeia encontra-se relativamente descaracterizada, necessitando de incentivo dos órgãos competentes</p>
PECUÁRIA	<p>Possui potencial maior na bovinocultura de corte e leiteira podendo atender ao mercado extra regional;</p> <p>Possui potencial na avicultura, suinocultura, equinos e caprinos.</p>	<p>Possui limitações no que se refere à abrangência de mercado, com exceção da bovinocultura, as demais criações só conseguem atender ao mercado local</p>
AGRICULTURA	<p>Possui maior potencial na produção de frutas (abacaxi, banana, cupuaçu, cítricos, acerola, maracujá, mamão melancia, coco, abacate, graviola e goiaba);</p> <p>Possui potencial na produção de hortaliças, arroz, feijão, milho e tubérculos.</p>	<p>Possui limitações quanto à abrangência do mercado, ficando restrita em sua maioria da produção agrícola ao mercado local e regional</p>

Organização: Rondinelle Albuquerque (2020).

O quadro anterior mostra as principais potencialidades do Cantá, sendo elas: Serra Grande, Fazenda Castanhã, Balneário Sacolejo, Haras Cunha Pucá, comunidade indígena

Canauanim, pecuária e agricultura. Elas poderiam alavancar a economia do município e ainda trazer mais visibilidade, no entanto, depara-se com várias limitações. A mais comum entre elas está ligada à falta de acesso e condições ruins das vicinais da zona rural do município, o que está diretamente ligado ao poder público e reflete na ausência de uma gestão mais ativa por parte dos gestores.

Contudo, a análise dos dados a respeito das potencialidades econômicas, turísticas e limitações do Cantá, assim como suas implicações sobre a estrutura socioespacial verificada atualmente na cidade, leva-nos a perceber que o Cantá, assim como muitas pequenas cidades, vive na dependência do poder público.

A cidade ainda não tem condições de se destacar da Amazônia Setentrional no cenário amazônico, como por exemplo, “Ponta de Pedras no Pará, que tem na agropecuária a sua atividade predominante, e se destaca como o segundo município brasileiro na produção do açaí contribuindo na economia local”.

A pesquisa ainda mostrou que o Cantá é uma cidade bem acolhedora, onde a maioria dos habitantes tem grande satisfação em morar ali e foi onde muitas pessoas escolheram para viver, mas que enfrenta um grande problema de falta de emprego. A população possui acesso à infraestrutura e serviços como: saúde, educação, lazer, entre outros, mas de forma precária.

No tocante às suas potencialidades, o município contempla vários setores, o mais forte é a agropecuária, mas a principal fonte de renda gira em torno dos empregos e cargos comissionados. O turismo, mesmo que de forma tímida, traz algum recurso para o município, mas não de forma expressiva. Nota-se que existe uma visibilidade muito grande quanto ao turismo do Cantá e, principalmente, na Serra Grande por conta de sua proporção e os recursos naturais que ela oferece.

O planejamento urbano é um processo que remete sempre para o futuro; é a forma do poder público colocar em prática o que se deseja para o município. A partir desse conhecimento torna-se imprescindível que o poder público possa atentar contra problemas e dificuldades futuras, porque um bom planejamento aumenta as chances de desenvolvimento e melhoria para a cidade.

Compreender o processo de formação e expansão urbana de uma cidade, seja ela grande, média ou pequena, é de fundamental importância para os que pensam em promover um verdadeiro crescimento econômico, visto que as cidades ao longo de seu processo de produção espacial passam a ser vistas como lugares de mais conforto e status. Para tanto, um bom planejamento urbano irá contribuir para que todos possam usufruir principalmente dos meios necessários para atingir um nível de bem-estar social adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo identificar as limitações e potencialidades do espaço urbano no município do Cantá-RR.

Nos últimos anos, a região Amazônica viu surgir novas pequenas cidades, alterando assim a sua paisagem. Nesse contexto, o estado de Roraima apresenta muitas cidades consideradas como pequenas, mas cada uma traz particularidades desenvolvidas por diversos agentes que contribuem para a reprodução desses espaços.

Ao conhecer um pouco mais sobre o Cantá, saber que o município se originou da Vila Brás de Aguiar em meados do século XX, quando foi desmembrado do município do Bonfim, questionou-se: Por que o município não se desenvolve economicamente, mesmo possuindo possibilidades e proximidade com a capital do estado? Foi dessa forma que surgiu o interesse em analisar as potencialidades que o município possui, visando seu desenvolvimento, e verificar como os moradores percebem o município e sua importância para o estado.

Para isso, buscou-se uma metodologia que abrangesse uma pesquisa bibliográfica, auxiliando na formação dos conceitos básicos referentes à temática da pesquisa, conceitos estes fundamentados nas obras de geógrafos renomados e de outros autores de áreas afins. Tudo isso foi necessário para entender sua importância e definir uma análise mais profunda sobre o tema proposto. Em seguida, constituiu-se um levantamento de fontes secundárias, tais como dados estatísticos da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN), e dados censitários do IBGE, entre outros.

A etapa seguinte se deu por meio de pesquisa de campo “*in loco*”, com o objetivo de coletar informações no que diz respeito ao crescimento urbano da cidade, o papel dos agentes que produzem e reproduzem esse espaço. O trabalho de campo ajudou a verificar a percepção dos moradores do Cantá e a composição do município.

Durante a aplicação dos questionários, houve por parte dos moradores uma ótima receptividade, todos se mostraram bem acolhedores e interessados em contribuir, passando um pouco da sua visão referente ao município. Destaca-se também o interesse dos representantes de órgãos públicos em contribuir com informações importantes para a referida pesquisa. Numa das visitas ao local de estudo, recebeu-se orientações sobre datas de eventos ligados à pesquisa de campo, que trouxeram contribuições para a pesquisa.

Através da realização deste trabalho, observou-se-se que o Cantá, como pequena cidade da Amazônia Setentrional, teve sua criação como colônia agrícola e ainda hoje carrega traços dessa época. Entretanto, tem ganhando destaque com suas produções na agropecuária e

agora também no turismo, que em sua forma embrionária começa a trazer visibilidade ao Cantá.

As pequenas cidades sobrevivem de uma infraestrutura precária e de serviços públicos que deixam a desejar e são dependentes ainda de recursos oriundos do Estado. De acordo com a pesquisa, o desemprego ainda é o maior agravante.

Deste modo, este estudo vem mostrar que, no decorrer dos anos, a falta de políticas públicas voltadas para o planejamento urbano do Cantá veio contribuir para cenário que hoje é visto no município. A demanda por serviços básicos como, saúde, educação e emprego é muito grande. Dessa forma, enfatizou-se o atrelamento da decisão política a respeito das questões econômicas na definição de investimentos na cidade e a difícil superação das dificuldades socioeconômicas em espaços não privilegiados por interesses políticos no município.

O município do Cantá possui muitas características de outras pequenas cidades da Amazônia, há carência, dependência e estrutura urbana precária.

As cidades, sejam elas médias, pequenas ou grandes, tornam-se lugar das residências, da prestação de serviços, do comércio, das atividades produtivas e da administração, criando espaços diferenciados de acordo com a ocupação e apropriação realizadas pelos diversos agentes sociais, já que as cidades ao longo de seu processo de produção espacial passaram a ser vista como espaço de mais conforto, status social, bem estar e também com maiores possibilidades de saúde, educação, emprego e lazer.

Contudo, percebe-se que o Cantá, como uma pequena cidade, através de sua administração, tem tudo para melhorar os seus serviços, sua infraestrutura, pois oferece potencialidades de desenvolvimento para o município, principalmente através da agropecuária e do Turismo.

É importante que seja necessário aprofundar os estudos sobre pequenas cidades, principalmente as que constituem o estado de Roraima, já que a literatura das mesmas ainda é embrionária para os levantamentos bibliográficos. Sendo assim, que esta pesquisa possa contribuir para aumentar as referências sobre o tema considerando sua importância no contexto da reprodução do espaço nas pequenas cidades da Amazônia Setentrional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, T. M. S. **A (re) produção do espaço urbano nas pequenas cidades da Amazônia setentrional: um estudo sobre Bonfim - RR.** Boa Vista: UFRR, 2015. 97 p: il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Geografia.

BARROS, N. C. C. de. **Roraima, paisagens e tempo na Amazônia setentrional:** estudo de ocupação na América do Sul. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 1995. 272 p.

BETHONICO, M. B. de M. Indígenas e a Gestão Territorial: desafios para o ensino superior. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. 2012, Bogotá, 7 al 11 de Mayo, 12 p.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana.** Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa, 2 ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 172 p.

BEZERRA, S. S. **Turismo rural e sustentabilidade:** uma análise de múltiplos casos no Estado de Roraima. Boa Vista: 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Roraima.

BESERRA NETA, L.C; FILHO, A. R. **Cantá: um olhar geográfico.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. 264 p.: il. (Coleção: Paisagem e Território Amazônico; v.6).

BRAGA, R. M. **O Espaço Geográfico: um esforço de definição.** *Revista GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 22, pp. 65-72, 2007.

BRITO, B. D. M. de. **A política de turismo na Amazônia setentrional:** O estado de Roraima e a construção do “tempo do turismo”. Fortaleza: 2018. 238 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará.

CARLOS, A. F. A. **A condição Espacial.** São Paulo: Contexto, 2015.

CORRÊA, R. L. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. P 41-51.

_____. **O Espaço Urbano**. Ed. Ática, Série Princípios, 3 ed., nº 174, 1995.

_____. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1 ed., 4 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, p. 41-52.

COSTA, S. M. F. et al. **Pequenas cidades do estuário do rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de ponta de pedras**. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56 - 74 maio/agos. 2012a.

_____. "A importância das pequenas cidades na rede urbana da Amazônia: um estudo comparativo entre Ponta de Pedras, PA, e Bonfim, RR" 2012b, 21p. Projeto de pesquisa a ser submetido ao Cnpq.

COSTA, S. M. F. da; BRONDIZIO, E. Dependência Interurbana entre as Cidades Amazônicas: Crescimento Urbano, Deficiências em Infraestrutura e Redes Sociais. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 211 – 234, set./dez. 2009.

COUTINHO, S. A. **Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas**. Geo Textos, vol 7,n.1, p.83 - 104 jul. 2011.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.120 p.

FAZENDACASTANHAL (Hotel Fazenda Castanhal). **Galeria de fotos (2019)**. Disponível

em: <<http://www.fazendacastanhal.com.br/index.php/depoimentos> >. Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. (Hotel Fazenda Castanhal). **Breve Histórico (2019)**. Disponível em: <<http://www.fazendacastanhal.com.br/index.php/depoimentos> > Acesso em: 22 jun. 2019.

FIGUEREDO, V. D. M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-200**. Rio Claro, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, instituto de Geociências e Ciências Exatas [s.n].

FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima**. 4 ed. Manaus: Grafima, 1996.

GOVERNODOESTADODERORAIMA. **Cantá**. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.rr.gov.br/site/governoderoraima=canta>> Acesso em 15: de jun. de 2017.

GUEDES, G.; COSTA, S. M. F.; BRONDIZIO, E. Revisiting the hierarchy of urban areas in the Brazilian Amazon: a multilevel approach. **Population and Environment**, v. 30, p.159-192, 2009.

HOLZER, W. (1992). **A geografia Humanista - Sua Trajetória de 1950 a 1990**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, datil., 2 volumes.

HUERTAS, D. M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: Fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: Annablume, 2009. Fapesp; Belém: Banco da Amazônia. 344 p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico (2000)**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 22 jun. 2013.

_____. **Censo Demográfico (2010)**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 22 jun. 2013.

_____. **Censo online (1991)**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 17 out. 2013.

_____. **Cidades**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 12 set. 2012.

KOTINSK, Maria Solania Rezende. **O município do Cantá-RR: Surgimento, evolução e situação atual**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 1999.

LEFÉBVRE, H. (1976). **Espacio y Política**. Barcelona, Ediciones Peninsula (original em francês de 1973).

_____. **A revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. Centauro, São Paulo, 2001.

MASSEY, D. B. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 312 p.

MENESES, Adones Rosalídia de; VERAS, Antônio T. de R. Atividades econômicas no município do Cantá-RR. In: NETA, Luiza Câmara Bezerra; FILHO, Arthur Rosa, (Orgs). **Cantá: Um olhar geográfico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. 264 p.: il. (Coleção: Paisagem e Território Amazônico; v.6).

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual para avaliação da gestão pública: Programa da Qualidade no Serviço Público – PQSP**. Brasília: Exército Brasileiro, 2004. 54p.

OLIVEIRA, J. A. de. **A cultura, nas (das) pequenas cidades da Amazônia brasileira**. In: III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 16, 17 e 18 de Set. 2004. Coimbra, 2004, p. 1-10.

_____. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 58, n. 3,

Sept. 2006. Disponível em:
<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252006000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Jun 2011.

OLIVEIRA, J. A. de; SHOR, T. Das cidades da natureza a natureza das cidades. In: TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro; TAVARES, Maria Gorete da Costa (orgs.). **Cidades ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

OLIVEIRA, R. V de; BETHONICO, M. B. de M. Fatores históricos de ocupação e evolução demográfica do município de Bonfim - RR. In: ROSA FILHO, A; BESERRA NETA, L. C. (Org.). **Bonfim: um olhar geográfico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013, p. 123-140.

RANGEL, J. A. **O Programa "Minha casa minha vida" e Seus Desdobramentos no Local**: Um estudo da pequena cidade de Ponta de Pedras, Pará / Jobair Assis Rangel; Orientadora Profa. Dra Sandra Maria Fonseca da Costa. São José dos Campos, 2011.

RUSCHMANN, D. V. M. **Estratégia de desenvolvimento sustentável do ecoturismo do estado de Roraima**. 5. ed. São Paulo, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 8ª reimpressão. - São Paulo: EDUSP, 2014.

_____. **A urbanização Brasileira**. 5 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.

_____. **A Urbanização Desigual**: A especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2010. 144 p.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 2 reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012. 170 p.

_____. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2012. 118 p. (Coleção Milton Santos; 12)

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informal**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.

_____. Simpósio de Estudos Urbanos I: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental. 2011, Paraná. **A (re) estruturação urbana e o desenvolvimento:** local da pequena cidade de nova palma/RS. Paraná, 2011.

SEPLAN, (Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima). **Informações Socioeconômicas do Município do Cantá – RR**, 2014. Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisa. 4ª edição, Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR, 2014, 76 p.

SILVA, P. R. de F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima - Brasil**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 329 p.

SOUZA, E.. **Território Federal Do Rio Branco: Estudo De Caso Da Criação Da Colônia Agrícola Fernando Costa**. Monografia. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, RR, 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rr/canta/panorama> acesso em 12/06/2019 às 17h58min.

SOUZA, J. S. de; FILHO, A. R. Dinâmica territorial urbana do município do Cantá-RR, no período de 2000 a 2006. In: NETA, Luiza Câmara Bezerra; FILHO, Arthur Rosa, (Orgs). **Cantá: Um olhar geográfico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. 264 p. : il. (Coleção: Paisagem e Território Amazônico; v.6).

SILVA, V. F. da. **A Construção do Cantá: Conflitos de interesse**. Boa Vista: 2001. 84f. Monografia (Especialização em Relações Fronteiriças) – Programa de Pós-Graduação em Relações Fronteiriças, Universidade Federal de Roraima.

SPÓSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2008. 161 p.

SPÓSITO, M. E. B. A Produção do espaço Urbano: Escalas, Diferenças e Desigualdades Socioespaciais. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPÓSITO, Maria E. B.

(Org.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1 ed. 4 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, p. 123-146.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das "janelas" as "portas" para os rios compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro; TAVARES, Maria Gorete da Costa (orgs.). **Cidades ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ZIMMERMANN, A.; CASTRO, I. (orgs.). **Turismo rural – um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

VERAS, A. T. de R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima-Brasil. 2009**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. 235 p.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICATIVO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA PPG-GEO

1- Tempo de moradia no Cantá

1 a 5 anos 6 a 10 anos 11 a 15 anos mais de 15 anos

2- Você está satisfeito com local de moradia aqui no Cantá?

sim não Por que? _____

3- Se você pudesse escolher moraria em outro município? Qual? _____

4- Identifique alguns motivos por que mudaria de município:

falta de trabalho falta de lazer saúde precária
 escola para os filhos outros qual? _____

5- Você considera que o Cantá possui um potencial turístico?

sim não

6- Que local da cidade você considera possuir grande potencial turístico?

Serra Grande Fazenda Castanhal
 Balneário Sacolejo Outro Qual? _____

7- Quais fatores podem contribuir para o desenvolvimento do município?

melhorar a gestão pública mais incentivos aos produtores rurais
 mais atividades geradoras de renda explorar mais os atrativos turísticos
 Outro: _____

8- Quais atividades mais contribuem com a economia do município atualmente?

Criação de gado criação de peixe plantações turismo
 Outro: _____

9- Você considera que a Prefeitura tem realizado a infraestrutura necessária para desenvolver o turismo local?

sim não Por que? _____